

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia

Gabriel Sanjuliano Tozato

**Psicologia e Políticas Públicas Voltadas a Juventude:
Interfaces possíveis no enfrentamento às desigualdades**

São Paulo

2016

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia

Gabriel Sanjuliano Tozato

Psicologia e Políticas Públicas Voltadas a Juventude:
Interfaces possíveis no enfrentamento às desigualdades

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para
graduação no curso de Psicologia, sob orientação do

Prof. Dr. Leandro Feitosa Andrade.

São Paulo

2016

Agradecimentos

Mais do que um trabalho, esta é a concretude do fim de um processo que marca minha vida para sempre, o início de uma caminhada de novas lutas e esperanças. Passado ou futuro, nenhum trajeto é realizado só, agradeço por assim ser.

A Sergio e Rosana, por me apresentarem, desde pequeno, uma posição crítica e humana em relação ao mundo e possibilitarem a caminhada.

A Anna, minha companheira, força e inspiração.

A Ivone e Giovanni, pela sustentação cotidiana.

A Rafael, Felipe, Giovanni e Vitória, pelo desassossego.

Ao Nicholas, pela amizade e todas as experiências, contradições e importância na constituição desse processo.

A Patrick, Carol, Malu e Lucas, pela amizade e companheirismo nessa jornada de cinco anos.

A Leandro e Fabíola, pelas orientações e ensinamentos, que me possibilitaram compreender e realizar este trabalho da forma mais plena.

A todas as professoras que, de alguma maneira, deixam seus ensinamentos nesse trabalho, em especial, as professoras Graça e Ana, por proporcionarem o encontro com a psicologia que conforta, inquieta e fortalece.

RESUMO

O objetivo deste trabalho apresentou-se por meio de um olhar crítico, pautado na construção do pensamento da psicologia sócio-histórica e de perspectivas que auxiliassem na compreensão da dimensão subjetiva das questões sociais e da construção desse processo. Pretendeu-se discutir o papel da psicologia na criação e implementação de políticas públicas voltadas a juventude que efetivem a garantia e promoção dos direitos, buscando a superação das desigualdades sociais presentes na juventude. Para tal, problematizou-se: a importância do enfoque e caracterização da juventude brasileira como ilustração do fenômeno a ser estudado; a conceituação e a justificativa da importância da formulação de políticas públicas e da presença da psicologia nessa estruturação. A análise de produções se deu no campo da psicologia social, buscando identificar a presença do protagonismo da psicologia e a concomitância dos temas juventude, políticas públicas e desigualdades sociais. Concluiu-se que a psicologia deve: atuar por um compromisso social no campo das políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades, se responsabilizando e se posicionando pois, dessa forma, coloca seus saberes e contribuições em consonância com os princípios de universalidade e equidade das políticas públicas; fortalecer o desenvolvimento da prática em rede, construindo atuações profissionais as quais visam abranger questões do indivíduo em sua integralidade; compreender a importância da correlação entre a ação cotidiana e os princípios e diretrizes dos documentos; estabelecer novas relações da psicologia no que diz respeito ao seu lugar de atuação com os jovens por meio da criação de novos mecanismos e estratégias que possibilitem a participação ativa desses no planejamento, execução e análise dos programas.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E A TEMÁTICA DA JUVENTUDE.....	9
Desigualdade social e juventude.....	19
PORQUE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS?	29
A Psicologia nas Políticas Públicas no Brasil – CREPOP.....	41
A Psicologia nas Políticas Públicas voltadas a Juventude.....	45
METODOLOGIA	49
Primeira coleta de dados.....	49
Segunda coleta de dados.....	53
Terceira coleta de dados.....	55
DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS.....	58
Conceitos de juventude e desigualdades	58
Exemplos de Políticas públicas voltadas a juventude.....	64
Olhar crítico para as políticas públicas voltadas a juventude.....	69
Psicologia e transformação nas políticas públicas voltadas a juventude	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS.....	96
1. Primeira, segunda e terceira coletas de dados.....	96

INTRODUÇÃO

Primeiramente, faz-se necessário salientar que, tendo em vista a presença majoritária das mulheres na atuação profissional da psicologia (CFP, 2013), toda e qualquer referência as profissionais da categoria feita neste trabalho será colocada no gênero feminino. É um reconhecimento de uma construção histórica contraditória, buscando sua desconstrução por meio desta mudança nesse trabalho, uma vez que o número majoritário de mulheres na profissão deve estar em consonância com a apresentação de terminologias que representem a maioria da categoria. Contribuindo assim no reconhecimento às diversas desigualdades e humilhações que constituem a nossa sociedade, sendo o machismo uma delas e, realizando esse pequeno ato político como forma de evidenciar as contradições e no sentido da criação de estratégias para superá-las.

O objetivo desse trabalho apresenta-se por meio de um olhar crítico, pautado na construção do pensamento da psicologia sócio-histórica. Além disso, busca-se a compreensão de conceitos teóricos e práticas que se apoiem em outras concepções da psicologia como a principal ferramenta de compreensão da dimensão subjetiva das questões sociais e da construção desse processo, evidenciando a subjetividade como o princípio norteador para a apropriação dessa estrutura de pensamento.

Pretende-se discutir o papel da psicologia na criação e implementação de políticas públicas voltadas a juventude que buscam auxiliar, desde a garantia e promoção de direitos que visem a superação das desigualdades sociais presentes na juventude, até ações efetivas, que tenham como finalidade, a superação ou a transformação dessas desigualdades.

É importante conhecer a inserção histórica da psicologia na construção das políticas públicas sociais, para dessa forma, compreender a importância e as características desse entrelaçamento e como isso se deu ao longo do processo histórico de construção da sociedade brasileira.

Faz-se imprescindível a apresentação da maneira como a psicologia sócio-histórica ou outras perspectivas dentro da psicologia social compreendem a juventude e pensam o protagonismo da construção dessas políticas como ferramenta de transformação da condição estrutural atual. Em vista disso, quais as possibilidades apresentadas que atuam

com a condição de reconhecimento da desigualdade social e objetivem a sua superação, por meio do olhar para o jovem brasileiro e as práticas nas políticas públicas.

Para além disso, a discussão da estruturação atual servirá de base para a investigação da inserção da psicologia nesse campo. Pretende-se identificar a presença da psicologia na formulação e na implementação dessas políticas ou identificar sua ausência e o que exatamente essas constatações representam nesse processo. Por conseguinte, a questão essencial a ser tratada é atravessada por como compreende-se o fenômeno das desigualdades e cada parte que o constitui, além do enfoque na dimensão subjetiva desse processo.

A fim de compreender as questões propostas acima, surge à necessidade de delimitar e discutir: a importância do enfoque na juventude, em seus âmbitos de vulnerabilidade social, tendo como alvo, possíveis ações políticas as quais objetivem o bem-estar social; a caracterização da juventude brasileira como ilustração do fenômeno a ser estudado; a conceituação e a justificativa da importância da formulação de políticas públicas e da presença da psicologia nessa estruturação.

Em resumo, o trabalho faz a tentativa de compreender as interfaces entre psicologia e as políticas públicas voltadas a juventude na construção de ferramentas de transformação das desigualdades sociais.

Para tal, inicialmente serão utilizados artigos acadêmicos e livros que, orientados pela psicologia sócio-histórica ou, outras perspectivas críticas, tragam a possibilidade de diálogo na proposta de discussão dessa estruturação.

A partir dessas explicações, a metodologia se deu por meio da análise de produções no campo da psicologia social, representadas principalmente pelas concepções da psicologia sócio-histórica. Primeiramente, foi realizada uma grande coleta de dados com publicações no campo da psicologia, as quais discutissem pelo menos dois dos temas a seguir: juventude, políticas públicas e desigualdades sociais. A partir disso, realizou-se a construção algumas tabelas para organizar e sistematizar os dados coletados.

Em um segundo momento da pesquisa, foi realizada uma busca dentro do grupo das produções encontradas na primeira coleta de dados, nessa etapa, só foram considerados artigos, os quais tiveram suas publicações entre 2006 e 2015.

A terceira coleta teve o objetivo de trazer consonância nos temas e abordagens dos artigos, para tal, foram estabelecidos dois critérios: o protagonismo da psicologia, no qual

era necessária a presença da maioria das autoras do artigo para representá-la e a presença concomitante dos temas juventude, políticas públicas e desigualdades sociais.

Por meio dos dados levantados, construiu-se quatro categorias de análise: conceitos de juventude e desigualdades; exemplos de políticas públicas voltadas a juventude; Olhar crítico para as políticas públicas voltadas a juventude; psicologia e transformação nas políticas públicas voltadas a juventude. As categorias criadas contemplaram as principais questões abordadas nas publicações escolhidas e os objetivos centrais do trabalho, buscando estabelecer interfaces entre a o protagonismo da psicologia na discussão entre políticas públicas, juventude e desigualdades.

Dessa forma, foi possível compreender a relação da psicologia com as políticas públicas voltadas a juventude e, assim, de que forma sua presença em diferentes âmbitos de construção dessas políticas, podem contribuir para a potencialização de formas de enfrentamento as desigualdades sociais que constituem a realidade da juventude brasileira.

A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E A TEMÁTICA DA JUVENTUDE

Primeiramente, mostra-se fundamental a discussão do conceito de juventude e, principalmente, como a psicologia entende esse fenômeno. Esse conceito é compreendido e estudado de diferentes maneiras devido as diferentes formações de pensamento, forças políticas e estruturação da cultura em diferentes lugares que, ao longo do tempo, foram construídas na relação do homem com o mundo.

Para iniciar o debate mostra-se necessária uma compreensão da conceituação do Estado dada à juventude, sendo assim, do ponto de vista legal, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA) estabelece a adolescência entre 12 e 18 anos incompletos. O termo juventude não é referido. Conforme o Artigo 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL ECA, 1990)

Símbolo de uma nova abordagem de direitos e deveres para determinada parte da população, o ECA tem como objetivo colocar o jovem na condição de sujeito de direitos, garantindo a premissa da universalidade da lei, atuando na sociedade sem restrição de cor, classe, ou qualquer outro atributo. Ou seja, buscou-se um equilíbrio entre deveres e direitos de crianças, adolescentes, suas famílias, sociedade e Estado. Essa nova fase jurídica no Brasil, passou a considerar o sujeito inserido em seu contexto social, desde sua conduta como indivíduo, até sua conduta como cidadão e dessa forma propôs-se mudanças tanto no plano jurídico quanto no plano social. Conforme artigo 3º:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL ECA, 1990)

Outro viés que caracteriza essa população como cidadãos de direitos e deveres se dá por meio de outros órgãos que procuram delimitá-la. A Assembleia Geral das Nações Unidas define "jovem" como sendo o grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos

(UNESCO, 2004). No Brasil, essa era a demarcação adotada para delimitar as fronteiras da juventude até 2005. No entanto, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), órgãos que representam o marco oficial do surgimento de uma preocupação estatal com a juventude brasileira, criados em 2005, seguem a delimitação de 15 a 29 anos por meio da criação de uma lei que delimita a caracterização dessa população de outra maneira.

Conforme é estabelecido no artigo 1º do Estatuto da Juventude:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. ” (BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013)

Para além disso, é fundamental, tendo em vista a importância da compreensão do processo histórico, atentar-se a constituição da juventude por meio desse. Aquino (2009) delimita alguns modos de constituição da juventude no mundo contemporâneo ao longo da história, os quais, segundo a autora, sempre se apresentaram por meio de leituras dicotômicas. De um lado apresentou-se uma concepção de juventude que sempre estava em contraponto à ordem social, expondo-a como causadora de problemas e, por outro ponto de vista, a juventude foi compreendida como uma fase transitória para a vida adulta.

A primeira concepção, tratando-a como “juventude problema”, se apresenta anteriormente a segunda concepção no que diz respeito ao seu tempo cronológico. Dessa forma, historicamente, tem-se uma primeira conceituação de juventude por meio da caracterização dessa como delinquente, desviante e ameaçadora à ordem social, demandando assim, medidas repressivas e de controle sobre essas pessoas, tanto pelo poder público, quanto pela sociedade. Em um segundo momento, compreende-se a juventude como uma fase transitória para a vida adulta, em que essa parte da população tem de incorporar elementos socioculturais que o identifiquem como pertencentes ao mundo adulto. Sendo assim, inaugura-se uma nova concepção de problemas de

comportamento da juventude, caracterizando-os como falhas ou desvios do processo de socialização. (Aquino, 2009)

Essas duas concepções ainda estão presentes na constituição social atual, as quais são atravessadas por inúmeras questões. Contudo, ao longo do processo histórico foi se colocando, cada vez mais, a juventude em uma posição a qual Aquino (2009) define como moratória social, que corresponde a “ [...] um crédito de tempo concedido ao indivíduo que protela sua entrada na vida adulta e possibilita experiências e experimentações que favorecerão seu pleno desenvolvimento, especialmente em termos de formação educacional e aquisição de treinamento” (Aquino, 2009, p. 26)

A autora ainda aponta que, a despeito disso, no final do século XX, outras constatações indicam a compreensão reducionista dessas duas visões evidenciadas até o respectivo momento. Observa-se um grande crescimento demográfico nessa época, evidenciando um aumento da população em idade ativa, o que leva a uma compreensão de juventude como protagonista, caracterizando os jovens como atores estratégicos do desenvolvimento. Essa nova concepção traz grandes investimentos na área da educação, corte geracional nos vários campos de atuação do poder público e um incentivo a participação política dessa parcela da população.

Todavia, o que se mostra em seguida, é uma impossibilidade do mercado em absorver todo o contingente de jovens, privilegiando aqueles de origem social mais elevada e com situações financeiras melhores, os quais possuíam mais condições e tempo de formação educacional. Enquanto isso, a outra parcela da juventude tem de se submeter a empregos precários e de baixa remuneração. Em ambos os casos, Aquino (2009) identifica um bloqueio à emancipação econômica que, por sua vez, acaba gerando um prolongamento da juventude.

Esse prolongamento não se apresenta somente pela impossibilidade do mercado de absorver a juventude, existem outras relações que contribuem para esse cenário, uma vez que “[...] à incerteza de entrada na vida profissional alia-se o conforto e a tolerância do meio familiar, a corrida para a obtenção do diploma e o prazer da sociabilidade juvenil, o que contribui para o retardamento na incorporação de papéis adultos” (Aquino, 2009, p. 27)

Porém, em outros âmbitos, que não o mundo do trabalho ou a emancipação econômica, a juventude vivencia as experiências do mundo adulto, criando relações e

trajetórias de vida possíveis. Portanto, Aquino (2009) percebe uma dessincronização das passagens, colocando em questionamento a inserção no mercado de trabalho e a emancipação financeira como marco necessário para a passagem a vida adulta e, assim, desfortalecendo o caráter transitório da juventude.

A autora ainda destaca que na década de 1990, com a consolidação da juventude como sujeito de direitos no Brasil, se inicia uma nova concepção de juventude, a qual busca superar a visão dessa como incompleta ou desviante. Por conseguinte, nota-se o aparecimento de diferentes grupos de jovens, os quais ganham força e destaque ao passo que se organizam para suprir um espaço vazio, deixado pela inadequação das instituições tradicionais e pela perpetuação de uma definição reducionista e ambígua do papel do jovem na sociedade. Dessa maneira, multiplicam-se as possibilidades de identificação e constituição da juventude na produção de diferentes relações e espaços, criando-se o que a autora coloca como (sub)culturas juvenis, que reivindicam reconhecimento e resistem aos padrões estabelecidos. (Aquino *apud* Pais; Peralva; Debert, 2009)

A partir dessas constatações pode-se notar que o conceito de juventude é decorrente de um processo histórico e permeado pela subjetividade de cada autor que o problematiza por meio de um viés científico determinado. Além disso, questões históricas, políticas e econômicas também atravessam essa definição, uma vez que essa é conceituada por diferentes setores da sociedade os quais procuram compreender esse grupo.

Dessa forma, para pensar as questões que permeiam e definem a juventude, é necessário tratá-la como um processo. Nesse campo de explicação é possível demonstrar a importância da inserção dos conceitos da psicologia e de outras ciências, as quais entendem que o fenômeno da juventude está calcado na estruturação da cultura e é moldado pela experiência pessoal devido ao processo dialético que se estabelece entre o ser humano e o mundo, sempre em constante movimento. Sendo assim, cada meio social é construído e “constrói” um jovem.

Para compreender esse fenômeno devemos recorrer à ampliação do entendimento da questão em sua totalidade: material, social, histórica e subjetiva. Para tal, o embasamento nos fundamentos teóricos da psicologia sócio-histórica, apresenta-se como necessário na realização desse trabalho, já que, essa perspectiva em psicologia, tem como base filosófica, teórica e metodológica, o materialismo histórico dialético. Essa perspectiva

propõe a compreensão de um sujeito ativo, histórico e social e procura compreender a subjetividade como um processo que nasce na unidade dialética entre sujeito e sociedade, na qual a história pessoal e a do meio entrelaçam-se em um movimento constante na produção do novo. Portanto, “[...] como o social se subjetiva para converter-se em algo relevante para o desenvolvimento do indivíduo, o subjetivo permanentemente se objetiva ao converter-se em parte da realidade social, com o qual se redefine constantemente como processo cultural [...]” (Gonzalez Rey, 1995, p.110)

Ao propor essa compreensão de subjetividade, o materialismo histórico dialético contrapõe-se ao princípio da universalização e racionalização de sujeito, inaugurada pela estrutura capitalista e pelo pensamento liberal. Esse princípio, tomado pela hegemonia do sistema do capital, pensa o sujeito como sendo racional, individual, natural e livre. Dessa forma:

O homem que surge com o advento do capitalismo é o indivíduo livre, sujeito de sua vida. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas põe em relevo o indivíduo, como possuidor de livre arbítrio, capaz de decidir que lugar ocupar na sociedade. Isso é possível já que a nova sociedade se abre como um mercado no qual todos podem vender e comprar em função dos seus próprios talentos. A necessidade de se produzir mercadorias impõe aos homens uma participação na sociedade na forma de indivíduos, produtores e/ou consumidores de mercadorias. (Gonçalves, 2010, p. 39)

A psicologia sócio-histórica propõe uma recolocação do conceito de sujeito, tomando-o como ativo, social e histórico, já que: o conteúdo histórico é dado pela divisão da sociedade em classes sociais que acarreta lugares e experiências distintas; a unidade contraditória entre subjetividade e objetividade se constrói a partir da ação do sujeito sobre o objeto e essa ação agrega subjetividade à objetividade; todos os fenômenos tem caráter histórico e a historicidade é inerente ao método. Como conclui:

[...] requer que se considere que a afirmação do sujeito como histórico expressa um conteúdo histórico que se contrapõe a outro. Ainda hoje, a noção liberal de sujeito, com suas variações, predomina. E predomina

porque carrega o conteúdo histórico que representa os interesses das classes sociais que defendem a manutenção do capitalismo. Contrapor a essa visão a do sujeito como histórico significa apontar outro conteúdo: o de transformação social, o de superação do capitalismo (Gonçalves, 2010, p.26)

É importante apresentar a estrutura desse pensamento que, por meio de seus preceitos teóricos, segue uma linha filosófica de pensamento e um método, os quais se relacionam de forma dialética. Em resumo, a psicologia sócio-histórica tem como perspectiva um olhar crítico e desnaturalizante da realidade e das relações que a constituem, compreendendo a lógica e a ideologia do sistema capitalista como produtor de uma sociedade com enormes contradições e desigualdades que necessitam ser superadas.

Dessa maneira, por meio de seu método, essa perspectiva produz categorias que auxiliam o olhar crítico e desnaturalizante do mundo, pois é por meio desse método que existe a possibilidade de atualizar a teoria que embasa essa perspectiva em psicologia. Além disso, o método é, também, uma maneira posicionada de atentar-se para as mediações que constituem a realidade, possibilitando a compreensão das contradições presentes em uma sociedade capitalista, orientada atualmente pela lógica neoliberal.

Ao falar de categorias, é preciso dizer que essas não se dão por meio de conceitos engessados e definidos. É uma maneira de olhar para os objetos a fim de compreendê-los, por meio de um método que, ao mesmo tempo, busca estabelecer uma visão da totalidade e da particularidade do fenômeno. Conforme propõe:

A Psicologia Sócio-Histórica [...] metodologicamente, trabalha com categorias, compreendidas como aspectos do objeto de estudo que, embora o delimitem, o recortem, não são conceitos fechados, mas indicam processos que devem ser apreendidos em seus conteúdos históricos, ideológicos, contraditórios, multideterminados, mediados, para que se possa compreender e explicar os fenômenos estudados (Gonçalves, 2003, p.41)

A categoria historicidade é base fundamental para a concepção desse pensamento, uma vez que todos os fenômenos têm caráter histórico e o sujeito é ativo nesse processo, sendo produtor e produzido por essa história. Essa relação (que está sempre em movimento dialético) é constituída por um meio social específico, expressado por suas condições materiais as quais apontam as relações que foram produzidas entre indivíduo e sociedade, evidenciando as contradições, ideologias e mediações desses processos, calcados em sua construção histórica.

Em relação com a historicidade dos fenômenos está a ação do homem sobre o mundo, que em cada contexto social e tempo, constitui sua subjetividade e a sociedade na qual está presente. Dessa forma, as categorias atividade e consciência também são fundamentais na compreensão do fenômeno psicológico e da subjetividade. Essa compreensão é proposta por meio do entendimento de que esse fenômeno surge e constitui todas as relações do homem com o meio social e que, além disso, todos os elementos psíquicos são forjados em uma relação dialética entre indivíduo e sociedade ao longo da história. Como expõe:

Trata-se de um processo contínuo de relação, que ocorre de forma dialética, expressando a unidade contraditória entre real e racional, numa perspectiva materialista. Isso significa entender que, embora as ideias tenham seu próprio movimento, que deve ser descrito e analisado a partir da comparação de diferentes autores, conceitos, representações, na sua contraposição e desenvolvimento, tal movimento deve, por outro lado, ser sempre situado na sua relação com o movimento da base material e, em última instância, como representação dela. (Gonçalves, 2011, p. 39)

Portanto, não é possível compreender essas categorias como independentes entre si, posto que a atividade do homem sobre o mundo situa esse na sua historicidade e, o próprio tempo histórico transformado coletivamente, reflete as ideias e construções de um determinado momento.

Para explicitar melhor a relação dialética atividade-consciência, entende-se por psicológico a atividade do indivíduo de registrar a experiência e relação que se mantém com seu ambiente social visto que, é por meio dessa relação, que esse indivíduo constituirá sua capacidade psíquica, seu mundo de registros. (Aguar, 2011)

A atividade se dá dentro das relações sociais e permite o acesso à humanidade, que é de apropriação da história e da cultura. Além disso, a atividade de apropriação dos objetos da cultura, sejam eles materiais ou intelectuais, desenvolvem aptidões.

Essa discussão nos leva ao conceito de subjetividade, considerando, mais uma vez, que o ser humano está em uma relação constante de movimento com o mundo, sempre atuando sobre esse e o registrando. Dessa forma, a consciência, não é uma mera reprodução mecânica da realidade e o sujeito não se constitui somente por processos internos individuais e universais.

A consciência deve ser vista como um sistema integrado, numa processualidade permanente, determinada pelas condições sociais e históricas, que em um processo de conversão se transformam em produções simbólicas, em construções singulares [...] convém frisar também que a realidade objetiva não depende de um homem em particular; ela preexiste e, nessa condição, passará a fazer parte da subjetividade de um homem em particular (Aguilar, 2011, p. 98)

Esse processo é constituído por mediações, no qual a consciência representa o real que é experienciado, vivido e modificado pela atividade, incluindo emoções e representações, sentidos e significados. Sendo assim, é possível colocar como mediações, a linguagem, a ideologia e as representações sociais.

Por meio de seus significados sociais, os quais foram produzidos ao longo da história, a linguagem é apropriada pelo indivíduo durante toda a sua vida. Além disso, em contato com os significados sociais, suas experiências e vivências, o indivíduo também constrói sentidos pessoais. No nível das ideias, a ideologia pode representar interesses concretos e contraditórios que também foram produzidos historicamente, objetivando os significados sociais construídos. Por fim, essas construções são dadas em um contexto histórico e com características específicas, definidas socialmente pelas inúmeras relações que são estabelecidas. (Gonçalves, 2003)

Com a apresentação breve dos conceitos básicos da psicologia sócio-histórica, tem-se uma base para a discussão da compreensão dessa perspectiva crítica acerca do fenômeno da juventude.

Tendo em vista essa concepção de indivíduo e a construção de subjetividade proposta, a psicologia sócio-histórica busca uma revisão crítica à compreensão de adolescência e juventude vigentes na Psicologia e em outros saberes, as quais estabelecem uma clara correspondência e pura reprodução dos significados de conceitos teóricos que atravessam a prática de muitos profissionais. Além disso, por meio de um posicionamento crítico, é necessária a superação da naturalização, universalização e patologização dos significados atribuídos à adolescência, os quais foram construídos no início do século XX e continuam cristalizados nas concepções e nas práticas de muitos profissionais dessa área. (Ozella, 2003)

Dessa forma, quando se supõe uma igualdade e uma naturalidade na adolescência de todo indivíduo, tomando-a como um processo inerente e conflituoso pelo qual todos passam, se aceita uma concepção que nasce na presença de igualdade de oportunidade e condições entre todos os adolescentes. Tomando essa posição que naturaliza um "processo de desenvolvimento inerente", ignoram-se as condições históricas, sociais e econômicas e as desigualdades estruturais que constituem nosso país, nos referindo a um conceito de subjetividade sustentada em uma ideologia dominante, trazendo o foco da compreensão do fenômeno apenas para a individualidade ou fenômenos e estruturas psíquicas universais: Como exemplifica:

Por exemplo, o predomínio de uma determinada visão de adolescência no meio social implica o predomínio de determinados significados sociais relativos a esse campo. E implica também em que o jovem, predominantemente, aproprie-se desses significados para representar a sua particular experiência de adolescência (Gonçalves, 2003, p.43)

Uma pesquisa realizada por Bock (1997), citada no livro "Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica" tinha como objetivo compreender a representação social da adolescência pelos profissionais da Psicologia. Para tal, foram criadas categorias por meio das falas dos profissionais para descobrir os significados que esses atribuíam aos adolescentes e propostas de atuação junto a esse grupo.

A partir disso, apresentou-se uma discussão sobre a definição e visão de adolescência que a postura crítica da psicologia sócio-histórica apresenta em

contraposição a outros conceitos formulados por outras perspectivas em Psicologia. Essa contraposição pode ser evidenciada quando a psicologia sócio-histórica não entende a adolescência como uma etapa inerente, momento determinado e inato do desenvolvimento "natural" do ser humano. Entende-se a adolescência como um processo, uma construção social, uma visão longitudinal e histórica, que é construída por meio das relações estabelecidas pelo indivíduo durante sua socialização, atentando-se a inúmeros fatores que constituem essa relação dialética com o meio social. (Ozella, 2003)

Quando é predominante uma visão liberal de sujeito que naturaliza, universaliza e patologiza a adolescência, criam-se práticas reducionistas de acolhimento, cuidado e atenção. Essas práticas, que dizem respeito à atuação das psicólogas em diferentes setores da sociedade, têm como norte uma concepção de atuação que visa a cura ou a prevenção, enquadrando-se em um caráter biomédico, tecnicista e causal de cuidado.

Segundo Ozella (2003), a psicologia sócio-histórica deve defender uma prática alinhada ao conceito de promoção de saúde, enfatizando a saúde e não a doença, superando as visões que referenciam como saudável somente aquele no qual a doença não está presente. Essa concepção evidencia uma caracterização liberal de indivíduo, que tem o fenômeno psicológico como natural e visa a correção de certos desvios para uma melhor adaptação deste no mundo.

O autor expõe que a prática curativa tem sua importância, assim como a preventiva, a qual se coloca por meio de técnicas que previnam a instalação da doença. Contudo, as concepções de psicologia sócio-histórica traz a defesa do conceito de promoção de saúde em suas práticas, dando ênfase à saúde e não à doença, dessa forma, buscando condições sociais, familiares, econômicas e psicológicas (cognitivas e afetivas) que visem à transformação e a autotransformação.

Portanto, após a problematização e a exposição desse outro olhar para o fenômeno da juventude, podem-se apresentar alguns pontos essenciais que auxiliam em uma nova forma de lidar com o fenômeno. Por meio da obra de Herrán (1997), Ozella (2003) indica que para abandonar um olhar que romantiza, naturaliza e estereotipa o comportamento do jovem deve-se superar a tentativa de encaixar suposições antigas a novos dados (ignorando sua contradição) e o enaltecimento do permanente caráter de crise dessa parte da vida. Deve-se buscar o estudo e a compreensão desse fenômeno estando interligado a outras fases da vida e, também, produzindo constantemente, habilidades e técnicas que auxiliem os jovens na apropriação de suas próprias transformações.

Essa visão mais liberal de indivíduo encabeçada em algumas práticas e concepções da Psicologia, auxilia, na visão de Bock (2007), à falta de Políticas Públicas para a juventude:

Os psicólogos estão, a nosso ver, perdendo a possibilidade de contribuir na construção de políticas públicas para a juventude que, entendendo a adolescência como um período do desenvolvimento com suas características constituídas nas relações sociais e nas formas de produção da sobrevivência, possam contribuir para a ressignificação, pelo adulto, deste período e sugerir novas formas de relacionamento que tenham no jovem um parceiro social. Além disso, os psicólogos devem contribuir com seus saberes para que a adolescência seja vista como de responsabilidade de todos (Bock,2007, p. 75)

Desigualdade social e juventude

Na perspectiva da subjetividade e na maneira como o ser humano atua, na relação dialética com o mundo, deve-se fazer um esforço para identificar cada âmbito do contexto em que esse sujeito participa. É de fundamental importância que delimitemos esse contexto social, construído ao longo da história, com o objetivo de compreender, em cada processo, a relação que o jovem estabelece com o meio social e como isso permeia e constitui sua subjetividade, também atuando em sua relação com as pessoas do mesmo contexto.

Com essa definição estabelecida, é essencial dizer sobre a juventude brasileira e problematizar as questões que excluem grande parte dessa população do olhar e das ações das políticas públicas. Além disso, faz-se necessário compreender quem é esse jovem marginalizado e esquecido, buscando o conhecimento de todas as questões que atravessam e constituem esse fenômeno e de que forma esse afeta a relação que as juventudes estabelecem com o mundo. Essa compreensão pode ser constituída por meio do contato com a dimensão subjetiva e social do problema. O ser humano, em sua relação dialética com o mundo, deve ser olhado, por meio das questões sociais e subjetivas, como uma unidade. E assim, a partir disso, cria-se a possibilidade de desenvolvimento de estratégias de enfrentamento a essa realidade por meio das práticas da psicologia.

Para tal reflexão e análise, é preciso entender a realidade brasileira na qual esse jovem está inserido, saber como as políticas públicas olham e entendem a concepção de juventude e de que forma ela se apresenta nos dias atuais. E mais do que isso, entender como essa realidade foi construída ao longo da história do país, já que essa compreensão nos auxilia a desenvolver um pensamento que tem como objetivo o olhar para a totalidade das questões que compõe a problematização do jovem no Brasil.

Vale ressaltar que por ser um conceito muito amplo e que está em pleno debate e transformação, as pesquisas que visam caracterizar e compreender a juventude brasileira trazem parâmetros e delimitações etárias diversas além de conceitos e demarcações com vieses científicos distintos. Sendo assim, muitos dados mostram-se de maneira a colocar um enfoque na problematização, seja ele etário, contextual ou ideológico-conceitual. Logo, “[...] tornou-se usual empregar a expressão juventudes para enfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e as necessidades dos jovens” (Aquino, 2009, p. 31)

Portanto, alinhando os conhecimentos da psicologia sócio-histórica com a realidade brasileira, busca-se nessa parte do trabalho, evidenciar as desigualdades estruturais e históricas que constituem o Brasil, que atingem drasticamente a parcela da população jovem, explicitando as contradições com seu foco principal na luta de classes.

Para a compreensão desse fenômeno como uma construção histórica, é importante salientar que em 1910, o número de jovens no Brasil era de 8,2 milhões de 15 a 24 anos de idade; em 1940 esta faixa etária já somava 18,5 milhões. Em anos mais recentes, 1991 e 1996, os respectivos censos populacionais enumeraram 28,6 e 31,1 milhões de pessoas de 15 a 24 anos de idade. (IBGE,1999).

Quadro 1: Número de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil por ano.

Ano	Número da população brasileira (15 a 24 anos)
1910	8,2 milhões
1940	18,5 milhões
1991	28,6 milhões
1996	31,1 milhões

Fonte: IBGE (1999, 2010)

Devido a mudança constante do olhar para essa população e a diferença em sua caracterização e análise, pode-se considerar outros dados, os quais delimitam a população jovem dos 15 aos 29 anos.

Dessa forma, outros dados indicam que em 1980 essa faixa etária era representada por 34,4 milhões de pessoas, em 2000, o país tinha 47 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos e essa característica é apontada como resultado da dinâmica demográfica nas décadas de 1970 e 1980, conhecida como “onda jovem” (Ipea,2010).

Dados fornecidos pelo IBGE indicam que no ano de 2010, 26,91% da população estava entre os 15 e 29 anos de idade. Considerando que a população estipulada pelo censo era de 190.732.694 milhões, o número estipulado de pessoas nessa faixa etária era de aproximadamente 51 milhões.

Quadro 2: Número de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil por ano:

Ano	Número populacional (15 a 29 anos)	Número percentual em relação a população total (%)
1980	34,4 milhões	28,9 %
2000	47 milhões	27,6%
2010	51 milhões	26,7%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e Contagem da População 1996.

Definido o crescimento do número de jovens no Brasil, busca-se, então, os dados que expõe as desigualdades presentes em nosso país, as quais geram diferenças estruturais e a exclusão de grande parte dessa população.

Dessa forma, quando entramos em contato com as questões que constituem a desigualdade social, podemos perceber que essa é determinada por inúmeros fatores objetivos. Dentre eles, é possível citar aquelas que se mostram mais presentes na determinação dessa realidade e contribuem maciçamente para a constituição da vulnerabilidade dessa população. Conforme problematiza:

Ela se funda nos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de

classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que constituem as maiorias populacionais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais (Wanderley, 2013, p.68)

As desigualdades são encabeçadas e mantidas pelo modelo econômico capitalista, que coloca o Estado a serviço dos interesses do mercado, inviabilizando políticas sociais e econômicas que possibilitem a superação dessa condição. Alguns dos dados que a seguir dialogam com essa lógica, expõe as estruturas desiguais que constituem as relações da juventude brasileira, dentre eles podemos citar: a falta de acesso à escolarização e à informação, deficiente inserção no mercado de trabalho, atravessamento do preconceito racial e de gênero, presença da violência e a falta da presença do Estado na garantia dos direitos e da justiça social, entre outras.

Um dos âmbitos que auxiliam na compreensão das condições objetivas e subjetivas do jovem brasileiro é com relação à escolarização. Em seu estudo, “Relatório de desenvolvimento juvenil”, Waiselfisz (2007), aponta que mais da metade (53,1%) dos jovens de 15 a 24 anos se encontra fora das salas de aula e, quando matriculados, grande parte está em um nível de ensino que não corresponde à sua faixa etária. Cerca de 14% dos jovens escolarizados cursam níveis de ensino que não correspondem à sua fase de vida.

Outro dado alarmante apontado pelo autor nesse mesmo trabalho é em relação a diferença de escolarização entre as classes sociais, já que, dos jovens que compõem os 10% mais pobres da população, apenas 16% tem escolarização adequada, enquanto dos 10% mais ricos, 62,6% possuem essa escolarização.

Por meio da falta de acesso à educação, pode-se problematizar a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, também constituída por outros fatores sociais. Como propõe:

Com relação à ocupação dos jovens, dados apontados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (2001) indicam que 67% dos jovens brasileiros economicamente ativos se encontravam excluídos de um emprego formal. Esse índice é cerca de 10% mais elevado com relação à

taxa de desemprego e de ocupação formal dos adultos. Aliados a isso, quase 20% do total de jovens brasileiros não estudavam nem trabalhavam em 2006, o que caracteriza um em cada cinco jovens brasileiros nessa situação de exclusão, que muitas vezes é agravada por determinantes de gênero e raça. (Paiva e Souza, 2009, p.358)

Para traçar um panorama mais amplo, segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, no ano de 2006, mais da metade dessa população (55,7%) encontrava-se em situação de vulnerabilidade. O índice constitui-se a partir da soma entre o percentual dos jovens desempregados, os que estão na informalidade, os em condição de inativos e os que não estudam.

Através, principalmente dos dados coletados por pesquisas realizadas pelo IBGE, Ipea e outros, organizados no livro “Juventude e Políticas Sociais” (Castro; Aquino e Andrade, 2009) é possível destacar dados que podem contribuir para o embasamento da desigualdade social entre os jovens.

No que diz respeito a renda, dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2007 indicam que apenas 15,7% fazem parte de famílias com renda *per capita* superior a dois salários mínimos, 53,7% pertencem a famílias com renda *per capita* entre meio e dois salários mínimos e, 30,6% pertencem a famílias que vivem com menos de um salário mínimo de renda domiciliar *per capita*. Portanto, segundo a pesquisa, 30,6% dos jovens brasileiros em 2007 poderiam ser considerados pobres, por viverem com uma renda domiciliar *per capita* abaixo de um salário mínimo, que no respectivo ano era de \$380,00.

Destaca-se que a maior parte da população de jovens pobres encontra-se na região Nordeste com 51,7% da porcentagem total do país.

Considerando a população jovem não-branca (pretos, pardos, amarelos e indígenas) no país (52,9%), por meio dos dados (Aquino,2009), pode-se realizar um recorte que traduz as injustiças e desigualdades históricas que resultam na dimensão objetiva e subjetiva desses fenômenos. Por exemplo, 70,9% dos jovens considerados pobres (renda domiciliar *per capita* abaixo de um salário mínimo) não são brancos e 53,9% daqueles considerados não pobres (renda domiciliar *per capita* acima de um salário mínimo) são brancos.

Pode-se traçar um paralelo entre os dois conjuntos de dados acima já que, segundo os dados do estudo realizado por Paiva e Souza (2009), os estados onde o jovem negro corre mais risco de vulnerabilidades estão na Região Nordeste:

Não é coincidência que a região Nordeste apresente tais índices e também seja uma das regiões com menores indicadores de renda per capita do país. Os índices de analfabetismo estão diretamente associados à distribuição de renda no Brasil. Dos jovens 20% mais pobres do país, o percentual que não sabe ler nem escrever é de 6,4%; esse índice vai caindo progressivamente até que, no quintil mais rico, o índice é de 0,4%. Além disso, observa-se uma reprodução familiar do analfabetismo, na qual mais da metade dos pais e mães dos jovens analfabetos também o são. Especificamente no Rio Grande do Norte, a taxa de analfabetismo correspondia, em 2006, a 7,7% na faixa etária jovem, o que demonstra um grande atraso com relação à evolução dos índices nacionais. (Paiva e Souza, 2009, p.358)

É também na educação que a disparidade de oportunidades entre jovens brancos e negros se apresenta no Brasil, já que o número de jovens negros analfabetos é o dobro em comparação aos jovens brancos, além disso, a taxa de frequência líquida (jovens que estão cursando as séries adequadas a sua idade) é muito menor quando se trata de jovens negros, tanto no ensino médio quanto no superior. Como apresenta:

Na faixa de 15 a 17 anos, que corresponde ao período que em que se espera que o jovem esteja cursando o ensino médio, os brancos apresentam taxa de frequência líquida de 58,7%, contra 39,3% dos negros. No ensino superior, a desigualdade entre jovens brancos e negros torna-se ainda maior: na faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de frequência líquida para os brancos é de 19,8%, enquanto para os negros é de 6,9%, três vezes maior em favor dos jovens brancos (Aquino, 2009, p.32)

Ainda dizendo a respeito da vulnerabilidade da população jovem negra no país, dados de diferentes pesquisas representam e explicitam a falta da presença do Estado no

atendimento e na atenção para com essa população nos diferentes âmbitos das políticas públicas. Essa ausência, ou presença circunstancial do Estado pode ser caracterizada por meio

dos índices de violência contra, principalmente, a juventude negra que vive nas periferias das cidades brasileiras.

Dados do relatório do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (2014), mostram que a população negra entre 12 anos e 29 anos é a principal vítima da violência. Além disso, o estudo estabelece, por meio da coleta de seus dados, que existe uma relação entre a cor da pele e o risco de exposição à violência. O índice foi formulado e executado conjuntamente entre a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Presidência da República, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Ministério da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil.

Mais dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS) apresentados por Aquino (2009) também apontam que a população jovem negra é muito mais vulnerável a morte por causas externas e por homicídios. Conforme apresenta:

[...] enquanto os jovens brancos do sexo masculino apresentam taxa média de 138,2 mortos por causas externas para cada grupo de 100 mil habitantes, as taxas dos jovens pretos e dos pardos são, respectivamente, de 206,9 e 190,6. Quando analisadas exclusivamente as mortes por homicídio, a taxa encontrada para os jovens brancos do sexo masculino foi de 63,9 por 100 mil habitantes, ao passo que para os jovens pretos esta taxa foi de 135,3 e para os pardos, 122,8. Considerando-se apenas a faixa etária de 18 a 24 anos, o grupo mais vitimado entre os jovens, a juventude branca do sexo masculino apresenta taxa de mortalidade por homicídios de 74,3 para cada grupo de 100 mil habitantes, enquanto para os jovens pretos esta taxa é de 163,1 e para os jovens pardos, de 145,5 – ou seja, para cada jovem branco morto por homicídio morrem, em média, dois jovens negros. (Aquino,2009, p.32)

O “Mapa da Violência 2015 – Mortes Matadas por Armas de Fogo” é de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. A divulgação do estudo foi feita em parceria pela Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil e Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Nesse estudo, foi constatado que jovens entre 15 e 29 anos são as principais vítimas das mortes por armas de fogo no Brasil. Segundo o Mapa da Violência, 24.882 pessoas nessa faixa etária morreram em decorrência do disparo de algum tipo de arma de fogo, o que corresponde a 59% dos 42.416 óbitos desse tipo registrados em 2012.

Dialogando com os dados supracitados, Aquino (2009) discute a representação e a manutenção dos papéis de gênero presentes na sociedade por meio dos dados coletados e apresenta que 26,5% dos homens de 15 a 17 anos conciliam os estudos com o trabalho e 11,4% apenas trabalham. Já em relação as mulheres dessa faixa etária, 17% estudam e trabalham, 5% só trabalham e 12% não estudam nem trabalham. Contudo, nota-se um crescimento nos números de mulheres do grupo que não estudam e nem trabalham ao longo de sua vida, já que esse número passa para 31,9% entre mulheres de 18 a 24 anos e 32,6% entre a faixa etária de 25 a 29 anos.

Além disso, outros dados apresentados dizem respeito a essa desigualdade quando se coloca que, dos 15 aos 17 anos, entre aqueles que são chefes de domicílio ou cônjuges, 83,1% são mulheres e 42,7% desse grupo tem renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo, ou seja, são consideradas jovens pobres. A autora indica que os respectivos números explicitam um grande ônus na estrutura domiciliar para as jovens, principalmente de 15 a 17 anos, o que pode ser explicado, provavelmente, pelo desenvolvimento de atividades domésticas e a responsabilidade maior no cuidar dos filhos.

A pesquisa ainda traz dados que indicam uma pequena superioridade da pobreza na população do gênero feminino em comparação ao masculino (53%).

Outro recorte utilizado por Aquino (2009) diz respeito a desigualdade entre jovens que vivem em áreas urbanas (84,8%) em comparação aqueles que vivem em áreas rurais (15,2%), problematizando as questões que atravessam as condições de moradia, educação, violência, desemprego, renda, entre outras.

Aquino (2009) descreve dois tipos de vulnerabilidade diferentes presentes nos dois espaços. Entre o grupo de jovens urbanos, 48,7% vivem em condições inadequadas de moradia e daqueles que moram em favelas (2 milhões) 66,9% são negros e 30,2% tem renda per capita familiar de até meio salário mínimo.

Já os jovens que vivem em áreas rurais estabelecem outra relação com o seu território e, portanto, defrontam-se com questões diferentes, como por exemplo o esforço físico excessivo do trabalho agrícola. Além disso, a autora expõe uma notoriedade na dificuldade de acesso aos serviços públicos por essa população e condições de vida muito precárias, constituindo 29% dos jovens pobres do país.

Quanto a sua escolaridade, os jovens rurais apresentam um déficit de 26,5% em relação à média dos jovens do país, devido ao atravessamento do mundo do trabalho, o qual cria uma representação de que para ser agricultor não é necessário ir à escola. Ademais, os dados apontam que 2% dos jovens que vivem em áreas urbanas são analfabetos, enquanto 8% dos que vivem em áreas rurais se encontram na mesma situação, o que pode estar ligado a falta da presença do Estado nessas regiões, diminuindo a qualidade do ensino e potencializando a falta de equipamentos para a promoção da educação.

A partir dos dados selecionados e apresentados, pode-se compreender um panorama nacional de exclusão e falta de ações governamentais para essa parcela da população. Além disso, quando nos atentamos à especificidade dos contextos e das características dessas informações, podemos ver que uma parte dessa população jovem é muito mais afetada do que outras.

Quando problematizamos a juventude no Brasil, uma questão paradoxal apresenta-se. Ao mesmo tempo em que existe uma representação social do jovem com a perspectiva de potencial transformador, questionador e norteador das mudanças, coloca-se também a representação de que esse jovem é potencialmente um gerador de problemas, um sujeito imprevisível, sem total responsabilidade sobre seus atos e que acaba por demandar medidas que contemplem um certo cuidado específico.

Acrescentando a essa representação social do jovem os recortes de classe, raça, gênero e espaço territorial o seu nível de vulnerabilidade social cresce de forma drástica. Portanto, esses jovens, apresentam-se muito mais carentes de políticas que reconheçam

sua condição de exclusão e esquecimento e, além disso, políticas sociais que busquem a transformação dessa estrutura perversa. Como compreende:

Diante dessa diversidade de situações, muitas das quais evidências de profundas desigualdades entre os jovens brasileiros, está claro que são diferentes as demandas e necessidades dos diversos grupos. Estas diferenças devem ser consideradas na formatação das políticas públicas, de modo que os objetivos de promover e garantir o bem-estar e a integração social dos jovens sejam alcançados com efetividade e equidade. (Aquino, 2009, p.35)

PORQUE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS?

Após a apresentação da perspectiva crítica de uma compreensão de mundo e sujeito (por intermédio dos conhecimentos da psicologia sócio-histórica) e um levantamento dos dados sobre as desigualdades presentes nas relações das juventudes brasileiras, pretende-se nessa parte do trabalho, problematizar o protagonismo das políticas públicas na superação das desigualdades sociais presentes no Brasil.

Uma compreensão histórica e atual da presença da psicologia nas políticas públicas também se faz necessário, criando a possibilidade de entender as interfaces entre esses dois âmbitos e buscando as contribuições que se dão nessa união. Para tal, será feito o uso dos conceitos produzidos por Gonçalves (2010) no livro “Psicologia, subjetividade e políticas públicas”, com o auxílio pontual de outros autores ou autoras que dialoguem com essa perspectiva.

Por meio do olhar minucioso para a história, o funcionamento social e a estrutura material de cada contexto se constrói a possibilidade da realização de novas práticas que possibilitem a constante problematização desse fenômeno específico e as potenciais estratégias de mudança que serão desenvolvidas. Quando identificamos uma questão a qual nos remete a objetividade do problema, deve-se olhar tanto para o contato com esse fato, quanto problematizar a origem dessa. Por exemplo, na medida em que entramos em contato com a falta de inserção da população jovem de baixa renda no mercado de trabalho nos deparamos com a constante defasagem entre as demandas do mercado e a formação dos jovens.

Entretanto, tão importante quanto identificar essa questão, é problematizar e criticar aquilo que está instituído, atentar-se para a essência do problema, a qual nos remete a uma questão muito maior e complexa. O panorama atual da sociedade brasileira também se concretiza devido ao fato dessa defasagem ser consequência de uma história de desigualdade social que é estruturada, desenvolvida e mantida pelo sistema capitalista. Esse, por sua vez, coloca o Estado, por meio do poder do capital, a seu serviço, utilizando-o como ferramenta de manipulação, manutenção e execução de seus pressupostos. Como indica:

As provisões ou subvenções patrocinadas pelo Estado, sob a máxima da competência e da qualidade, devem estar ligadas à construção de mecanismos de controle e fortalecimento da lógica neoliberal, que, ao mesmo tempo que aposta no mercado, reconhece a necessidade de exercer maior controle sobre ele. (Gonçalves, 2010, p. 54)

Conforme propõe Gonçalves (2010), ao trazer essa problematização para a realidade atual do jovem brasileiro, compreende-se essa como fruto de uma construção histórica de desigualdade, engendrada pela luta de classes, exemplificada pelo conflito de interesses entre as classes baixas em contraposição a setores que querem o fortalecimento do “Estado-mínimo” e a perpetuação da estrutura não democratizada que existe hoje.

No desenvolvimento da lógica de “menos Estado e mais mercado”, as questões econômicas e sociais são remetidas aos mecanismos do mercado. Ocorrem as privatizações e as mudanças econômicas que redefinem o lugar do Estado, sem, entretanto, abdicar dessa instituição como instrumento serviço dos interesses do capital (Gonçalves, 2010, p. 54)

O capitalismo, em sua essência, prevê a liberdade econômica e a independência do mercado em relação ao Estado, predominando a ideologia do liberalismo tanto no âmbito estritamente econômico quanto no papel das instituições e das pessoas. Portanto, nesse sistema, toma-se a máxima liberdade capitalista como princípio de constituição de todos os setores da sociedade. (Gonçalves, 2010)

Sabe-se que o sistema capitalista entra constantemente em crises desde seu início e é por meio dessas, principalmente em sua fase inicial, que se iniciam os processos de lutas pelos direitos dos trabalhadores. Isso se concretiza quando esses direitos e as políticas públicas sociais passam a ser responsabilidade do Estado devido ao fracasso da regulação natural da sociedade por meio do mercado (prevista pelo sistema capitalista) na tentativa de compensar a exclusão da população que não se adaptou a essa estrutura.

Entretanto, a desigualdade e a exclusão sociais sempre foram crescentes e cada vez mais explicitadas em diversos contextos. Sendo assim, a partir do início do

movimento operário, surge a possibilidade da afirmação da individualidade e da ampliação da concepção dos direitos dos cidadãos. Como expõe:

O início da organização do movimento operário, já em meados do século XVIII, trouxe à cena outros elementos, os quais vão possibilitar, cada vez mais, a ampliação da noção de direitos. Os direitos individuais, proclamados no processo de ascensão da burguesia, inicialmente como direitos civis e a seguir como direitos políticos dentro da concepção burguesa de democracia, estabelecem, contraditoriamente, a possibilidade de uma nova experiência subjetiva (ter direitos) e a afirmação ideológica do individualismo liberal, base de sustentação da concepção de sociedade vigente (Gonçalves, 2010, p. 38)

A autora ainda expõe que esse processo, iniciado pela luta do movimento operário e na afirmação dos direitos individuais, perpetuou-se por meio dos séculos seguintes, trazendo o protagonismo do Estado na garantia dos direitos dos cidadãos. Em um segundo momento desse processo histórico, após a afirmação da individualidade e, conseqüentemente, dos direitos individuais, nota-se o surgimento dos direitos políticos, devido a consolidação do capitalismo e o crescimento das pressões da burguesia pela democracia, contudo, uma democracia de ordem burguesa. O que segue, após um grande período, é o surgimento das reivindicações dos trabalhadores por um conjunto de direitos sociais, que passam a evidenciar a luta de classes e questionar as contradições estruturais da sociedade capitalista, lutando pelos interesses dos trabalhadores em contraposição a hegemonia da garantia dos direitos estritamente à burguesia.

As disputas e conquistas avançam pelo século XIX e algumas revoluções apontam para a ampliação dos direitos sociais e políticos, personalizando uma luta dos trabalhadores com ideais socialistas, apresentando assim, uma proposta contrária ao modo de organização da sociedade capitalista. E o que se segue perpetuando são embates ideológicos e políticos que evidenciam a luta de classes por meio da luta por direitos políticos e sociais. Conforme conclui:

O que se vai configurando de maneira cada vez mais clara nesse processo é a necessidade de garantir os direitos sociais por lei, tornando o Estado

responsável por sua implementação, num embate que revela, além da oposição burguesia-proletariado, diferentes concepções dentro do movimento operário, com consequências que avançam pelo século XX. De qualquer modo, a luta pelos direitos sociais é incorporada pelo movimento operário como forma de se opor aos interesses capitalistas e ampliar o campo de ação dos trabalhadores, o que é favorecido, contraditoriamente, pela expansão do modo de produção capitalista (Gonçalves, 2010, p. 43)

A partir disso, em alguns lugares do mundo, nota-se outro papel do Estado na relação com a sociedade, produzidas por meio de formulações de políticas sociais. Países como Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Rússia representam o início dessa diferente relação, apresentando, por exemplo, políticas de seguros sociais, arrecadações fiscais para sustentar operários incapacitados, instituição de um salário-mínimo, diminuição da jornada de trabalho, subvenção do Estado em alguns setores de produção, entre outros.

Essas conquistas só foram possíveis devido a inúmeros fatores políticos, sociais e econômicos e, o Estado, nesse período, passa a acumular funções e atuações mais complexas e tem o objetivo da garantia do equilíbrio da sociedade, regulando a garantia da distribuição da produção e o bem-estar dos indivíduos. Pode-se caracterizar esse como o Estado do bem-estar social que, por meio do dinheiro público, busca a implementação de direitos sociais com a garantia de um acesso universal.

Após seu reestabelecimento e o surgimento de uma nova concepção econômica e política, a economia capitalista passa a se efetivar por intermédio de um “novo modelo”, o qual persiste hegemonicamente até os dias atuais, o denominado neoliberalismo.

Como postula Singer (2003), o neoliberalismo é umbilicalmente contrário ao estado do bem-estar social porque seus valores individualistas são incompatíveis com a própria noção de direitos sociais, ou seja, direitos que não são do homem como cidadão, mas de categorias sociais e que se destinam a desfazer o veredicto dos mercados, amparando os perdedores com recursos públicos, captados em grande medida por impostos que gravam os ganhadores.

A partir da consolidação dessa concepção, o Estado passa assumir uma posição e uma responsabilização totalmente contraditória, representando tanto os interesses capitalistas de acúmulo de capital quanto os interesses dos trabalhadores na garantia de direitos sociais e políticos.

Contudo, o que passa a se perceber é um movimento de total aparelhamento do Estado por parte do mercado, já que a ideologia neoliberal, a qual conta inclusive com o respaldo e apoio dos meios de comunicação, busca diminuir as ações e o poder do Estado sobre a sociedade, justificada pela ilusão da auto regulação dessa por meio das relações de mercado. Dentro dessa concepção neoliberal, o objetivo é diminuir também a ação do Estado sobre as políticas públicas e sociais e usufruir das regulamentações, desregulamentações, manutenção da ordem como forma de colocar os fundos públicos alinhados aos interesses privados.

E, sem perder de vista que, também, ou principalmente, no capitalismo atual, o Estado está, predominantemente, a serviço do capital. É no contexto do neoliberalismo na economia que devemos compreender o papel, as possibilidades e os limites das políticas sociais (Gonçalves, 2010, p. 61)

Ao olhar para esse panorama que está posto, sustentado atualmente pelo neoliberalismo, que desde a crise do capitalismo de 1970 é consolidado como modelo econômico e político, faz-se necessário compreender que a responsabilidade e a decisão final sobre a mudança das estruturas vigentes estão na ação do Estado sobre a sociedade. É esse que tem o poder de desenvolver e garantir a implementação de projetos que possibilitem as transformações das injustiças construídas historicamente, por meio de ações que identifiquem as necessidades da sociedade e sejam protagonistas da promoção da equidade e universalidade dos direitos e das políticas.

Ainda no livro “Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas”, Gonçalves (2010), com o objetivo de ilustrar a estrutura do sistema econômico e político atual, recorre a Faleiros (2000) e postula que podemos entender o sistema capitalista como inconsistente, principalmente em seu processo de construção atual. Ainda discute que essa estrutura neoliberal tem de ser enfrentada, para que as condições de crescente desigualdade e exclusão social não sejam esquecidas e perpetuadas. Dessa forma, a inserção social, por meio de políticas públicas sociais, passa a ser um conceito-chave para a tentativa de solução do problema.

Além disso, faz-se necessário defender a construção de políticas sociais como sendo políticas públicas, a fim de recuperar a essência da noção de cidadania e impossibilitar sua apropriação por parte do mercado e seus interesses.

Nos últimos anos, principalmente em alguns países da América Latina, a qual registra enormes índices de desigualdades e exclusão, percebe-se a presença de outras contradições dada a atuação do Estado no sentido de garantir direitos sociais e, além disso, formular e implementar políticas públicas que trazem a possibilidade de atender e promover esses direitos.

É importante colocar, dado o contexto capitalista neoliberal atual, que o Estado deve ser responsável pela construção do bem-estar social, por meio de políticas atreladas e baseadas na garantia efetiva, legal ou pela ação, da manutenção dos direitos sociais atrelados aos direitos humanos. Como propõe Gonçalves (2010), quando exemplifica essa ideia por meio do contexto social brasileiro nos últimos anos:

Experiências nessa direção tem sido implementadas no Brasil nos últimos anos e a avaliação de seus efeitos ainda está em curso. Apesar disso, pode-se já dizer que, embora sejam políticas focalizadas, algumas de suas características representam o resgate do espaço público como o responsável por intervenções dirigidas a acelerar a superação de desigualdades profundas e estruturais, o que poderia ser considerado como uma condição primeira e fundamental para o reconhecimento e a garantia dos direitos sociais (Gonçalves,2010, p.60)

Dessa maneira, reconhecendo o papel do Estado como principal responsável pela formulação de estratégias que caminhem para a superação dessa condição social, a inserção da psicologia nesse campo mostra-se fundamental. Gonçalves (2010), por meio de alguns conceitos já apresentados da psicologia sócio-histórica e o método materialista histórico e dialético, aponta algumas propostas que propõe uma reflexão acerca das possibilidades de atuação, a partir da psicologia, que tenham como objetivo final essa superação. Além disso, defende, por meio desse olhar crítico e do posicionamento da psicologia perante as questões sociais, a compreensão da necessidade, no contexto atual, da construção de políticas sociais como sendo políticas públicas.

A autora destaca que é necessário reconhecer a condição de exclusão como não natural, e compreendê-la como uma produção de um processo histórico e que, portanto, pode ser modificado. A partir desse reconhecimento, a atuação da psicologia no campo das políticas públicas e sociais é a porta de entrada para a promoção da emancipação dessas e a possibilidade de promover a transformação social.

Contudo, é necessário pensar a estrutura dessa formulação, primeiramente responsabilizando o Estado por essa função, o que traz a necessidade de sua democratização, com o intuito de universalizar de forma efetiva essas políticas. Essa é uma forma, segundo a autora, de promover a mudança dessa estrutura, por meio da promoção dos direitos, defendendo políticas que reconheçam essas demandas como tais. Além disso, é discutida a necessidade de colocar-se do lado da luta por uma sociedade igualitária, posicionando-se em vista de promover a criação de um espaço comum de desenvolvimento de todos os indivíduos, garantindo seu direito à liberdade e a possibilidade de realização nas conquistas sociais e, portanto, humanas.

Por último, por meio da compreensão desses conceitos, é preciso delimitar o lugar específico de atuação da psicologia nesse processo de compreensão e atuação sobre a realidade, em sua dimensão subjetiva. Como exemplifica:

Devemos intervir no viés da dimensão subjetiva da realidade social em que ocorre a dinâmica entre Estado, sociedade e políticas. Trata-se de reconhecer o viés subjetivo que sempre esteve presente nesse campo, mas ampliar sua compreensão e propor intervenções que o levem em consideração. Para isso, propomos evidenciar esse viés por meio da noção de dimensão subjetiva dos fenômenos sociais presente no campo das políticas públicas sociais (Gonçalves,2010, p.64)

Portanto, reconhecer a estrutura desigual da sociedade e posteriormente, construir políticas públicas com o intuito de superação dessa e, para tal, faz-se necessário a compreensão da dimensão subjetiva da realidade, buscando a solução em sua totalidade e particularidade, ao mesmo tempo.

Retomando os conceitos da psicologia sócio-histórica, compreende-se o sujeito como ativo, histórico e social e sua subjetividade se dá no processo dialético entre esse sujeito

e seu meio social. Portanto, compreender a dimensão subjetiva na construção das políticas públicas, é compreender o indivíduo, porém, sem deixar de atentar-se a compreensão do coletivo, do grupo, das relações e dos processos sociais e históricos que, por conseguinte, são constituídos e constituem a subjetividade de cada sujeito.

A concepção crítica supracitada busca a superação da dicotomia indivíduo–sociedade na compreensão do sujeito de direitos como foco das políticas públicas, enfatizando a constituição da subjetividade dada em um processo dialético, superando as proposições e conceituações de sujeitos genéricos, universais e a-históricos. Sendo assim, propõe-se a construção de políticas públicas que compreendam as necessidades e os direitos como gerais e específicos, políticos e sociais, tomando esses indivíduos como ativos nesse processo por meio de sua participação na construção dessas políticas.

Contudo, a inserção do olhar crítico e posicionado da psicologia no Brasil é recente e, para a sua compreensão, faz-se necessário expor que, em um panorama geral, a psicologia no Brasil caracterizou-se historicamente por uma atuação predominantemente elitista, afastada da compreensão histórica e, portanto, das necessidades brasileiras, dificultando o acesso da população aos serviços oferecidos por essa profissão. Dessa forma, Gonçalves (2010) delimita a inserção da psicologia nas políticas públicas como ausência presente e presença ausente e defende uma psicologia crítica constituindo uma presença presente da profissão nessa área.

Gonçalves (2010) postula que a ausência presente da psicologia no campo das políticas públicas e sociais, dada em um primeiro momento histórico, se constituiu dessa forma graças a uma participação indireta da profissão nesse campo, determinada por condições históricas e concepções predominantes da psicologia.

No que diz respeito as condições históricas é importante salientar que até a década de 1960, na presença até então de um Estado populista e autoritário, a psicologia não era regulamentada como profissão e, portanto, se inseria nas instituições sociais, como saber secundário, auxiliando principalmente a medicina e a educação.

Além disso, as concepções predominantes da psicologia na época eram: a psicologia como uma ciência neutra, um saber que poderia ser utilizado em qualquer situação; o psicólogo como técnico ou especialista, os quais eram responsáveis pela produção de um conhecimento que daria suporte a outras ciências mais consolidadas; teorias que naturalizavam os fenômenos psicológicos, buscando explicações e ações normalizadoras

dos indivíduos a fim de adaptar esses a sociedade; a psicologia não tinha o papel de produzir conhecimentos específicos para cada situação, sua prática se reduz à aplicação de conceitos e formulações já produzidos.

Por intermédio dessas constatações a autora expõe que:

São posições que, pretensamente neutras, deixam de evidenciar os interesses que atendem. Essas convicções são produzidas pela psicologia em seu desenvolvimento histórico e ganham contornos específicos na história brasileira. Assim, é que autores críticos da história da psicologia brasileira apontam, em diferentes contextos, seu compromisso com a ideologia dominante e com as elites do país (Gonçalves, 2010, p. 83)

A partir da regulamentação da profissão (lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962) a qual responde as demandas das classes médias por ascensão social, iniciam-se algumas mudanças no que diz respeito a atuação e a posição da profissão na sociedade. As psicólogas passam a se caracterizar como profissionais liberais autônomos por meio de um modelo predominante: psicoterapia individual em consultório particular. A outra concentração da profissão se dá nas empresas e nas escolas ainda atuando pelo viés da psicometria, perpetuando o que se dava no passado recente da profissão.

No Brasil, a Ditadura Militar tem seu início no ano de 1964, uma organização extremamente autoritária, também caracterizada pelo ínfimo desenvolvimento de políticas sociais, a ausência da participação política e a ênfase no modelo privado de atuação. Dadas essas condições, a psicologia se concentra em espaços protegidos e os profissionais são legitimados pela estrutura social e política da época, a qual valoriza as profissões liberais de nível superior e desvaloriza ou reduz a zero a inserção desses profissionais na área social (principalmente saúde, educação e assistência social). Como propõe:

Se a psicologia tinha papel secundário nas instituições sociais e no desenvolvimento de políticas sociais, a partir daí, ela terá um desenvolvimento quase totalmente à margem dessas questões, aspecto que decorre, como apontamos, do cruzamento entre as características da

área e o momento histórico específico. Qualquer atuação no campo social estava impedida ou absolutamente controlada pelo Estado autoritário (Gonçalves, 2010, p. 90)

O que se dá adiante na construção histórica do Brasil é o que Gonçalves (2010) denomina como presença ausente da psicologia nas políticas públicas e sociais. Esse movimento inicial de mudança na atuação do psicólogo no Brasil surge dentro do período de Ditadura Militar, no qual uma parcela da categoria, descontente com o compromisso histórico da psicologia com as elites e com a desresponsabilização da profissão perante uma sociedade injusta e desigual, propõe-se a discutir a situação da psicologia e do seu lugar na sociedade brasileira da época.

Essa parcela de psicólogas passa a construir novas propostas de inserção na sociedade por meio de concepções que buscavam a transformação social, intervindo para a superação das opressões e das desigualdades. Dessa forma, novas perspectivas e intervenções passam a ter a possibilidade de construção e são colocadas em prática, como por exemplo, a estruturação da psicologia comunitária, a inserção dos psicólogos na educação popular e nos movimentos da luta antimanicomial. Conforme expõe:

Isso ocorreu em um processo em que o lugar da psicologia crítica não era sempre o mesmo, na medida em que se desenvolvia por entre determinadas brechas e possibilidades presentes no contexto histórico. Vinda de uma perspectiva assistencialista, como auxiliar de Estados que necessitavam “modernizar” sua relação com as populações que demandavam algum tipo de auxílio, a prática comunitária, na realidade do Brasil sob a ditadura, significou a possibilidade de acesso a essas populações por uma outra via (Gonçalves, 2010, p. 92)

Dessa maneira, uma parte dos profissionais da psicologia, aquela que a partir desse momento passa a atuar e voltar-se às questões sociais, inicia um processo de atentar-se a realidade de uma forma crítica e posicionada. Isso se dá por meio do olhar questionador, o qual desnaturaliza os fenômenos e questiona sua definição universal e genérica, olhando para as relações que se estabelecem no Brasil e problematizando essas por meio de uma concepção sócio-histórica. Esse cenário é possível,

primeiramente, por meio do surgimento da psicologia comunitária e, em seguida, tem seu início de fortalecimento com a militância na luta e consolidação do processo de redemocratização do país.

Portanto, o que se segue, muito em função da estrutura democrática e progressista da Constituição de 1988, é uma presença gradativa da psicologia no campo social e nas políticas públicas, buscando construir conhecimentos e práticas dentro dos setores públicos, compreendendo a realidade brasileira e adequando essas concepções do trabalho aos contextos que esses profissionais estão inseridos. Pode-se dizer que, por meio dessa nova inserção, o objetivo passa a ser preparar o profissional para formular, executar e avaliar as políticas públicas e, além disso, compreender a importância dessas na transformação da sociedade e na construção de sua profissão.

Sendo assim, Gonçalves (2010) defende a presença crítica da psicologia nas políticas públicas:

[...] um projeto ético-político que aponte para uma sociedade igualitária, justa e solidária, a participação da Psicologia no campo das políticas públicas.

Procuramos também defender que essa participação esteja apoiada em uma visão histórica e crítica da Psicologia, desde suas formulações teóricas até suas práticas e sua inserção. Como contribuição a uma participação com essa direção, apresentamos a noção de dimensão subjetiva de fenômenos sociais, em uma perspectiva sócio-histórica (Gonçalves, 2010, p. 124-125)

Diante disso, Gonçalves (2010) destaca alguns pontos que justificam a necessidade da atuação da psicologia nas políticas públicas de uma forma crítica e posicionada que, na verdade, já passa a ser uma primeira concepção ideal de atuação nessa área, pelo surgimento da possibilidade de superação da neutralidade das psicólogas perante a realidade brasileira. Portanto, a produção subjetiva deve incluir direção, escolha e posicionamento.

É por meio desse posicionamento que as psicólogas devem ter a compreensão do sujeito como sendo integral, reconhecendo dessa forma, todos os seus direitos e necessidades no contexto da sociedade brasileira, atuando e auxiliando na construção de

políticas públicas que contemplem a totalidade das demandas de todos os indivíduos da sociedade em sua integralidade. Reconhecendo dessa forma que as políticas públicas são para todos e para cada um, pois todos possuem uma subjetividade que é construída constantemente no coletivo e historicamente.

Essa visão é diretamente embasada na concepção de direitos, uma conquista histórica brasileira a qual surge na direção do reconhecimento das desigualdades sociais para concretizar a possibilidade de sua superação, que é dada por meio da construção de políticas públicas, reconhecendo o sujeito de direitos como detentor desses e parte real e efetiva da sociedade.

Em seguida, a concepção de direitos e o posicionamento do reconhecimento do “direito de ter direitos” aponta para a problematização do papel do Estado e das instituições democráticas na construção dessas políticas, os quais tem o papel de efetivar essa concepção de cidadania juntamente com a sociedade. Portanto, é o Estado quem deve garantir a universalidade dos direitos e das políticas e, além disso, a sociedade, representada por cada indivíduo, deve participar e trabalhar para a democratização do Estado no processo de constituir um controle social sobre essas, buscando o direcionamento das políticas públicas à superação das desigualdades sociais.

Contudo, é necessário um reconhecimento da história e da diversidade nos processos de construção de políticas públicas no Brasil, compreendendo as diferenças de interesses entre indivíduos e setores da sociedade e embasando essas no conceito de historicidade dos fenômenos. Dessa forma, o que a autora propõe é a compreensão dos processos que resultam nas diversidades por meio de seu caráter histórico de constituição a fim de entender e situar esses fenômenos em sua gênese histórica.

Atentar-se à construção histórica dos fenômenos pode ser uma das maneiras pelas quais se pode iniciar o processo de desnaturalização dos fenômenos sociais e psicológicos, sendo assim, cria-se a possibilidade de se reconhecer a dimensão subjetiva desses, ou seja, compreender a subjetividade calcada em sua relação dialética entre indivíduo e sociedade. Por meio dessa concepção explícita de sujeito, sociedade e subjetividade, é essencial a convocação do sujeito da intervenção para o protagonismo do processo, reconhecendo o espaço desse na sociedade e no processo de construção das relações e das políticas públicas.

É dessa forma que a psicologia pode intervir de maneira mais completa e humanizada nas políticas públicas, reconhecendo a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, compreendendo essa não somente como um aspecto psicológico, mas como a afirmação do homem como sujeito que possui uma subjetividade calcada em sua relação dialética com o mundo e, além disso, considerando o processo histórico pelo qual essa subjetividade foi forjada.

Por fim, a autora destaca a importância da concepção de sujeito e subjetividade formulada pela psicologia sócio-histórica, tanto para a construção das políticas públicas, quanto para a realização de uma atuação crítica e posicionada das psicólogas dentro dessas políticas. Dessa forma é possível que a psicologia, alicerçada em seu olhar para a subjetividade, atue nas políticas públicas com o intuito de transformar as práticas culturais da sociedade, contribuindo para a mudança nas relações, por meio da promoção dos direitos e da defesa da proteção social, caminhando assim, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, a psicóloga “[...] deve se reconhecer como responsável por realizar uma possibilidade: colocar a psicologia a serviço da transformação social em direção a um outro mundo possível.” (Gonçalves, 2010, p. 129)

A Psicologia nas Políticas Públicas no Brasil – CREPOP

Conforme apresentado anteriormente, a partir da década de 1970, inicia-se um processo de discussão acerca do lugar e atuação da psicologia na sociedade brasileira. Esse movimento se fortalece ao longo das décadas seguintes, consolidando novas concepções acerca desse constante redirecionamento na profissão.

É nesse cenário de inserção da psicologia no campo social e nas políticas públicas que surge a necessidade de embasar e aprofundar conhecimentos que orientem a atuação das psicólogas nesses novos campos de intervenção, principalmente nas políticas públicas.

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) nasce por meio do processo de debates internos em relação a profissão e na tentativa de estabelecer uma relação da profissão com o Estado e seus serviços, buscando a inserção da psicologia em áreas as quais essa não estava presente, mas, era compreendida pela categoria como fundamental. Os debates internos se deram nos Seminários Nacionais de

Psicologia e Políticas Públicas e o estabelecimento de relação entre a prática da psicologia e o Estado se deu por meio da experiência do Banco Social de Serviços.

Em 2004, durante o V Congresso Nacional de Psicologia, foi deliberada a ideia da criação do CREPOP e o início de suas atividades foi inaugurado dois anos a seguir. Foram criadas representações em todos os Conselhos Regionais de Psicologia e posteriormente, foram desenvolvidos métodos a fim de dividir as temáticas específicas na produção das referências técnicas de atuação no atendimento à população em diferentes serviços públicos, assim, “[...] referindo-se a uma nova etapa na construção da presença social da profissão de psicóloga no Brasil. Constitui-se em uma maneira de observar a presença social da psicóloga e do movimento da Psicologia no seu Protagonismo Social.” (Conselho Federal de Psicologia, 2013, p. 19)

Com a criação do CREPOP apresenta-se a ideia da produção de informações com embasamento teórico e prático a fim de implementar novas propostas de atuação no sentido de uma reflexão e elaboração de políticas que objetivem a promoção e a garantia dos direitos cidadãos e, além disso, criar a possibilidade de orientar as profissionais da categoria acerca da estrutura dos princípios éticos e democráticos nos quais as políticas públicas são fundamentadas.

Portanto, o CREPOP apresenta como objetivo geral: sistematizar e difundir conhecimento sobre a interface entre práticas psicológicas e políticas públicas. Por meio desse, o centro se constitui para garantir a manutenção do compromisso social da psicologia e ampliar esse no sentido da participação da psicologia nas políticas públicas e na esfera pública em geral. Dessa forma, por meio do oferecimento de referências técnicas de atuação, essa construção caminha no sentido da afirmação da Psicologia na luta da garantia dos direitos e no fortalecimento da consolidação dos conhecimentos da Psicologia na sociedade e nas políticas públicas.

Para tal, é necessário que o CREPOP identifique oportunidades as quais proporcionem o fortalecimento da participação da Psicologia nas políticas públicas, atuando constantemente no contato da profissão com a formulação, gestão e execução dessas políticas.

Sendo assim, como parte da realização desses objetivos é apresentada a Investigação Permanente em Psicologia e Políticas Públicas, a qual tem a tarefa de compreender o núcleo de atuação específico das profissionais em cada uma das políticas

públicas, pesquisando nacionalmente a maneira como as psicólogas atuam diante das especificidades regionais. Essa pesquisa visa a compreensão da atuação da psicologia por meio dos critérios: abrangência territorial, existência de marcos lógicos e legais e o caráter social ou emergencial dos serviços prestados.

Para além disso, o CREPOP apresenta uma metodologia de pesquisa apoiada em três pilares fundamentais: levantamento de Campo com o objetivo de delimitar o campo de investigação; investigação da prática com objetivo de aplicar, em todos os Regionais, os instrumentos definidos como necessários para a investigação nacional; produção de referência consiste no processo de elaboração de referências técnicas, específicas para cada área investigada. (CFP, 2013)

Esse método diz respeito ao processo de produção de documentos que irão auxiliar na atuação da psicologia nos diferentes âmbitos das políticas públicas, construindo informações referenciadas sobre as profissionais, legislações, programas e entidades que atuam no campo das políticas públicas, assim como, elaborando referências técnicas para a atuação da psicóloga em diferentes políticas públicas, as quais caracterizam um instrumento de qualificação e orientação da prática profissional em determinados contextos dessas.

A construção de referências técnicas traz a oportunidade da reflexão e o aprimoramento da atuação da psicóloga naquele contexto, uma vez que são produzidos por pessoas que vem atuando naquela política pública. Conforme expõe:

Nesta perspectiva, espera-se que esse processo de elaboração de referências técnicas reflita a realidade da prática profissional e permita também que o trabalho que vem sendo desenvolvido de modo pioneiro por muitas (os) psicólogas (os) possa ser compartilhado, criticado e aprimorado, para uma maior qualificação da prática psicológica no âmbito das Políticas Públicas. (Conselho Federal de Psicologia, 2013, p. 21)

Sendo assim, segundo dados do CREPOP, desde sua criação foram produzidas 13 referências técnicas:

Quadro 3: Referências técnicas produzidas pelo CREPOP

- *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos/os em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas [2013]*
- *Referências Técnicas para Atuação das (os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra [2013]*
- *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos(os) no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial [2013]*
- *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência [2013]*
- *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica [2013]*
- *Referências Técnicas sobre a Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS [2013]*
- *Referências técnicas para a atuação das(os) psicólogas(os) no Sistema Prisional [2012]*
- *Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto [2012]*
- *Referências Técnicas para atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS [2007]*
- *Referências técnicas para a atuação do(a) Psicólogo(a) nos Programas de DST e Aids [2008]*
- *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo [2009]*
- *Referências Técnicas para a atuação de psicólogos no âmbito das Medidas Socioeducativas em Unidades de Internação [2010]*
- *Referências Técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família [2010]*

Fonte: CREPOP

Além disso, por meio de mais dados do CREPOP, foram produzidos seis relatos de práticas inovadoras, cinco resumos de relatório sobre dados qualitativos de práticas profissionais, dois guias de contribuições para gestores e estão sendo realizadas treze pesquisas com previsão de término no ano de 2016. Dentre elas estão disponíveis:

Quadro 4: Lista de Produção do CREPOP

- *Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS: orientações para gestores [2013]*
- *Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): informações para gestoras e gestores [2011]*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Segurança Pública*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Diversidade Sexual e Promoção de Cidadania LGBT*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Atenção à Mulher sob Violência*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre o Serviço de Atenção Básica à Saúde*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Políticas de Educação Básica*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Mobilidade Urbana, Transporte e Trânsito*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Psicologia Jurídica – Varas de Família*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre o Programa Nacional de DST/AIDS*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Sistema Prisional*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Saúde do Trabalhador*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Medidas Socioeducativas – Liberdade Assistida*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Educação Inclusiva*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Medidas Socioeducativas – Unidade de Internação*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes*
- *Marcos Lógicos e Legais sobre Álcool e outras drogas*
- *Práticas Inovadoras – Atenção Básica à Saúde (2009)*
- *Práticas Inovadoras – Álcool e outras drogas*
- *Práticas Inovadoras – DST e AIDS*
- *Práticas Inovadoras – Sistema Prisional (2009 e 2010)*
- *Georreferenciamento Atuação Profissional na área do Sistema Prisional Brasileiro*
- *Georreferenciamento Atuação Profissional nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS*
- *Georreferenciamento Medidas Socioeducativas em Unidades de Internação*
- *Georreferenciamento Atuação Profissional na Área de DST/HIV/Aids*
- *Georreferenciamento Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes*
- *Georreferenciamento Questões relacionadas a Vara de Família no poder judiciário*

Fonte: CREPOP

A Psicologia nas Políticas Públicas voltadas a Juventude

Para iniciar a apresentação do debate sobre a inserção da psicologia no campo das políticas públicas voltadas para a juventude foi feita uma busca no livro: “Juventude em pauta: Políticas Públicas no Brasil”, organizado por Freitas e Papa (2011). O livro é resultado do seminário “ Políticas Públicas – Juventude em pauta 2010” que, segundo Freitas e Papa (2011), tem o objetivo de realizar um balanço da constituição no Brasil de

uma agenda de políticas dirigidas aos jovens, por meio de diferentes ângulos que foram trazidos pelos autores e autoras. Esse grupo, formado por militantes, gestores de projetos de políticas públicas e pessoas que produzem conhecimentos os quais dialogam com a área, traz diferentes percepções com base nos lugares distintos que ocupam.

A partir disso, foi feita uma busca por meio dos autores que contribuíram para a formulação dos textos do livro com o objetivo de identificar a presença da psicologia no processo de formulação e debate das políticas públicas voltadas para a juventude. Sendo assim, foram identificados dois psicólogos entre os autores e autoras, Jorge Lyra e Gabriel Medina.

Dessa forma, pode-se apresentar os principais pontos de cada texto a fim de provocar uma reflexão acerca da inserção e posicionamento desses profissionais na construção e realização das políticas públicas para a juventude.

Jorge Lyra é cofundador do Instituto Papai, professor de psicologia social (UFPE) e doutor em saúde pública (Fiocruz) e, em seu texto, em conjunto com André Sobrinho, problematiza a necessidade da distinção da atenção à saúde entre jovens e adolescentes e a pouca mobilização que a saúde traz para os jovens. Além disso, aponta a conquista da possibilidade de exercício dos direitos e acesso a informações seguras e adequadas sobre as questões de sexualidade e saúde reprodutiva. Por meio de alguns dados, identifica-se em seu texto a necessidade de estruturar e realizar políticas públicas em saúde para um novo sujeito: o homem, jovem, negro e pobre.

Lyra (2011) inicia o debate caracterizando a saúde como um direito do jovem e, a partir disso, expõe a reorientação das ações em saúde para o jovem por meio da Atenção Básica.

O autor discute a trajetória recente das políticas da área da saúde voltadas para as juventudes e as mudanças de concepção que se deram a partir da construção de políticas públicas voltadas especificamente para esse público, por meio da compreensão, em sua totalidade, das questões que atravessam essa parcela da população a fim da promoção e garantia de seus direitos.

A seguir, por meio de alguns dados de diferentes órgãos governamentais de pesquisa brasileiros, problematiza-se a questão da mortalidade da população masculina, jovem, negra e pobre no Brasil. A partir dessas constatações, os autores criticam a falta de reconhecimento das políticas públicas de saúde a essa questão devido ao fato de ações

que caminham no sentido de uma transformação estrutural dessa condição são negligenciadas. Dessa forma, apresenta-se uma crítica a forma como se lida com a violência urbana no Brasil, por meio da repressão e do aumento do rigor das leis, quando, segundo Lyra (2011), são necessárias ações de promoção e prevenção da saúde visando uma crítica à cultura machista e a ressignificação das relações de poder.

Para além dessas questões, se problematiza também na área das políticas públicas de saúde, a necessidade de avaliação das questões específicas desse campo. Como propõe:

Recolocar a saúde dos jovens como agenda prioritária e estruturante requer também desses organismos uma formulação que ultrapasse o limite das recomendações e da adequação à lógica do SUS tal como ele é, mas siga com foco direcionado, sim, para o atendimento das demandas, porém de modo estratégico, para a adesão por apoio e legitimidade às especificidades aqui mencionadas (Lyra e Sobrinho, 2011, p. 132)

Gabriel Medina, psicólogo, militante dos movimentos de juventude e ex-Secretário Nacional da Juventude, discute em seu texto a trajetória dos últimos dez anos no que diz respeito a importância dos espaços e processos de participação na construção de políticas públicas para a juventude. Também expõe o papel de algumas políticas sociais no processo de inclusão dos jovens das parcelas populares em diferentes setores da sociedade, não apenas nos espaços de educação, reconhecendo e legitimando a presença de outros direitos específicos. O autor defende a criação de um sistema nacional de juventude, a elevação da Secretaria Nacional da Juventude a Ministério e a criação de leis e processos de conferências, democratizando a construção das políticas para a juventude.

Medina (2011), inicia o debate destacando a importância dos avanços de algumas das políticas voltadas para a juventude, trazendo a possibilidade da consolidação na conquista e ampliação de direitos. Além disso, aponta os avanços das políticas sociais do governo na última década, o que, segundo ele, traz um reconhecimento para essa população e, além disso, faz com que essa entre em contato com o Estado brasileiro de outra maneira que não pelo viés da repressão da segurança pública. Isso trouxe novas

possibilidades para a relação que essa parcela tem com o Estado, ao passo que novas demandas e anseios podem chegar à cena pública.

Em contraposição, o autor expõe que muitas pautas importantes, as quais constituem a totalidade da vida de um jovem, foram deixadas de lado e o foco das políticas públicas voltadas para os jovens estavam sempre atreladas a educação.

Para além disso, o autor traz a experiência da construção de participação dos jovens na formulação das políticas públicas no governo Lula (2003 – 2001), por meio da primeira Conferência Nacional da Juventude, a qual trouxe a possibilidade de democratização da construção de certas políticas e, além disso, a experimentação do exercício da cidadania e da defesa dos direitos.

O autor reconhece que esses avanços no diálogo entre população e Estado foram fundamentais, entretanto, defende a ampliação dos espaços de democratização e participação da população na construção de políticas públicas, avançando na organização e articulação da juventude a fim de pressionar o Estado brasileiro para consolidar e legitimar, cada vez mais, o debate e a voz da juventude na construção das políticas. A manutenção desse cenário só será possível com o fortalecimento da participação política das juventudes no diálogo com o Estado. Conforme explica:

Sem dúvida, para ter êxito nesse caminho, será necessário um esforço das juventudes partidárias do campo democrático e popular e dos movimentos juvenis históricos (movimento estudantil e sindical) de se abrirem para um diálogo sincero com questões vindas de uma realidade pouco conhecida, expressão de anseios e necessidades da grande maioria da juventude. (Medina, 2011, p. 208)

METODOLOGIA

Por meio de todas as discussões apresentadas até o momento neste trabalho, essa nova etapa teve o objetivo de encontrar publicações nas quais os assuntos debatidos anteriormente se entrelacem e estabeleçam algum diálogo. Primeiramente, foi realizada uma grande coleta de dados com publicações no campo da psicologia, as quais discutissem pelo menos dois dos temas a seguir: juventude, políticas públicas e desigualdades sociais. A partir disso, realizou-se a construção algumas tabelas para organizar e sistematizar os dados coletados.

Em seguida, por meio dos dados da primeira coleta, foi feita uma nova busca a fim de encontrar artigos que abarcavam todas as temáticas em sua discussão. A partir disso, foi realizada uma análise nos artigos, com o objetivo de compreender as relações estabelecidas pelos autores dos temas abordados na primeira parte do trabalho.

Dada a inserção da psicologia no campo da reflexão, estruturação e implementação de políticas públicas voltadas para a juventude, a partir da busca de referências em diferentes bases de dados, pretendeu-se buscar a compreensão da contribuição da atuação do psicólogo na criação dessas políticas e em sua atuação dentro dessas. Além disso, nessa etapa, fez-se uma tentativa de identificar interfaces entre os quatro grandes temas até aqui apresentados: psicologia sócio-histórica ou social, juventude, políticas públicas e desigualdades sociais.

Primeira coleta de dados

A partir da coleta realizada nas diferentes bases de dados, foi possível a construção de quatro tabelas que têm o objetivo de organizar e sistematizar as diferentes referências encontradas.

O objetivo da primeira tabela foi especificar a estratégia e o processo realizados em cada base de dados escolhida para a pesquisa das referências. Em média, o tempo gasto em todas as coletas foi de 40 min. As bases de dados utilizadas na coleta foram: BVS-psi Brasil, Scielo, Periódicos CAPES, Lattes, Google Acadêmico e publicações de referências técnicas para atuação do psicólogo do CREPOP.

Nas bases de dados BVS-psi Brasil e Scielo, as palavras-chave utilizadas foram "Políticas Públicas" e "Juventude", já na base de dados Periódicos CAPES, foram utilizadas "Políticas Públicas", "Juventude" e "Psicologia". Nas demais plataformas (Lattes e Google Acadêmico), a pesquisa foi combinada de diferentes formas por meio das palavras: "Psicologia Sócio-Histórica", "Sergio Ozella", "Políticas Públicas" e "Juventude". Quanto as referências do CREPOP (Centro de Referência Teórica em Psicologia e Políticas Públicas), a pesquisa foi realizada por meio de produções do CFP (Conselho Federal de Psicologia) que buscaram definir referências técnicas para a atuação das psicólogas em diferentes áreas das políticas públicas.

Os resultados das pesquisas nas diferentes bases de dados somaram mais de setenta referências, contudo, após uma exclusão de produções repetidas e uma seleção mais direcionada, os resultados totalizaram cinquenta e uma referências encontradas, sendo elas: treze na BVS-psi Brasil, dezesseis na Scielo, nove na Periódicos CAPES, cinco entre Lattes e Google Acadêmico e oito no site do CREPOP.

Quadro 5: Pesquisa bibliográfica: relação de bases de dados e descrição dos resultados

Descritores	Bases de Dados				
	BVS-psi Brasil	Scielo	Periódicos CAPES	CREPOP	Outros
Site	BVS-psi Brasil	Scielo	Periódicos CAPES	CREPOP	Outros
Data da pesquisa	06-10-15	03-11-15	20-10-15	03-11-15	09-11-15
Tempo utilizado	1h	1:30 min	40 min	20 min	20 min
Palavras-chave	Políticas Públicas; Juventude	Políticas Públicas; Juventude	Psicologia; Políticas Públicas; Juventude	Psicologia; Políticas Públicas	Psicologia Sócio-Histórica; Sergio Ozella
Total de referências encontradas	13	16	9	8	5

A partir dessa coleta inicial, foi possível separar os dados com diferentes características e objetivos, possibilitando a criação de três novas tabelas. A primeira tabela tem como objetivo distribuir todas as referências em diferentes anos de publicação. Dessa forma, os resultados apresentam os anos de 2009, 2012 e 2013 com os maiores

números de publicações, representando sete referências e 13,5% do total cada um deles. Em seguida, com seis publicações (12%), os anos de 2010 e 2008 cada.

O ano de 2011 totalizou quatro publicações e representa 8% do valor total, já os anos de 2003 e 2007 representam 12% do total, pelo fato de cada um acumular três publicações. Por fim, com duas publicações cada um, os anos de 2005 e 2014 representam 4% cada um, já que foram coletadas duas publicações nesses dois anos. Os anos de 2000, 2002 e 2004 aparecem com 1 publicação cada (2%), somando 6% do valor total. No ano de 2015 não foi coletada nenhuma publicação.

Tabela 1: Pesquisa bibliográfica: distribuição por ano.

Ano	N	%
2000	1	2%
2002	1	2%
2003	3	6%
2004	1	2%
2005	2	4%
2006	1	2%
2007	3	6%
2008	6	12%
2009	7	13,5%
2010	6	12%
2011	4	8%
2012	7	13,5%
2013	7	13,5%
2014	2	4%
TOTAL	51	100%

A segunda tabela foi construída com o objetivo de distribuir as referências caracterizando-as por seu tipo. Portanto, os artigos somaram 53% do total com vinte e sete publicações, já as teses representam 19,5% do total porque foram encontradas dez publicações desse tipo. Por fim, encontrou-se três dissertações, as quais totalizaram 6% do total e outros tipos de publicações como livros e documentos somaram onze referências e representam 21,5% do total da pesquisa.

Tabela 2: Pesquisa bibliográfica: Distribuição por tipo de produção.

TIPO	N	%
ARTIGO	27	53%
DISSERTAÇÃO	3	6%
TESE	10	19,5%
OUTROS	11	21,5%
TOTAL	51	100%

A terceira e última tabela, representa a distribuição por região e estado de publicação, sendo assim, apenas seis estados e o Distrito Federal, registraram algum tipo de publicação dentro da pesquisa realizada. Dessa forma, o estado de São Paulo registrou o maior número de publicações com 17 referências encontradas, representando 33,5% do valor total. Em seguida, aparece o Distrito Federal, com suas onze publicações feitas na cidade de Brasília, representando 21,5% das publicações. O estado do Rio Grande do Sul apresentou nove publicações o que representa 17,5% do total, logo após, as oito publicações do Rio de Janeiro totalizaram 15,5%. Santa Catarina totaliza 6% das publicações totais com três referências encontradas. Por último aparecem Rio Grande do Norte com duas publicações e Bahia com uma e, dessa forma, esses dois estados somam 6% do valor total de referências encontradas.

Tabela 3: Pesquisa bibliográfica: distribuição por região e estado de publicação

REGIÃO	ESTADO	N	%
SUDESTE	RJ	8	15,5%
	SP	17	33,5%
SUL	RS	9	17,5%
	SC	3	6%
CENTRO-OESTE	DF	11	21,5%
NORDESTE	BA	1	2%
	RN	2	4%
TOTAL		51	100%

*a porcentagem foi realizada de forma arredondada, sendo assim, foram adotados apenas os decimais 0,0 e 0,5.

* as cidades, regiões ou anos que não obtiveram resultados foram retiradas das tabelas.

Segunda coleta de dados

Em um segundo momento da pesquisa, foi realizada uma busca dentro do grupo das produções encontradas na primeira coleta de dados, com exceção do material referenciado ao CREPOP, uma vez que as publicações não explicitam a temática específica da juventude e tem em sua estrutura uma abordagem tangencial do tema, sendo utilizadas no embasamento teórico presente na primeira parte deste trabalho.

Primeiramente, devido a viabilidade da realização do trabalho, nessa etapa, só foram considerados artigos, os quais tiveram suas publicações nos últimos dez anos (entre 2006 e 2015).

A seguir, foi realizada uma nova seleção, na qual, por meio da leitura dos resumos dos artigos, referências bibliográficas, trajetória e atuação profissional dos autores, restringiu-se as características necessárias para a escolha. Os artigos escolhidos deveriam possuir a presença da psicologia (representada por no mínimo um autor) e, ao menos dois dos seguintes temas: juventude, políticas públicas e desigualdades sociais.

A quantidade de artigos encontrados ainda era representada por um número inviável para a conclusão do trabalho (15), além disso, apresentavam assuntos ou enfoques muito amplos e distintos, portanto, constatou-se a necessidade da realização de mais uma coleta, dentro dos artigos encontrados nos critérios da segunda etapa.

Quadro 6: Apresentação das produções da segunda coleta de dados

Autoria	Título	Ano de publicação	Tipo de publicação
Almeida, Arthemis N. N. de; Campos, Caroline C. A.; Santos, Luana I. C. dos; e Paiva, Ilana L. de	Juventude e violência: o que pensam os jovens de um projoem urbano em Natal/RN	2014	Artigo
Ayres, Lygia Santa Maria; Cardoso, Ana Paula; Pereira, Livia Cretton	O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude	2009	Artigo
Bock, Ana Mercês Bahia	A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores	2007	Artigo
Camila Aloisio, Alves; Elaine Reis, Brandão	Vulnerabilidades no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens.	2009	Artigo
Frezza, Marcia; Maraschin, Cleci; Santos, Nair Silveira dos	Juventude como problema de políticas públicas	2009	Artigo
Furlan, Vinicius; De Paula Souza, Telma R.	Exclusão/Inclusão Social: Políticas Públicas de acolhimento institucional dirigidas à Infância e Juventude	2013	Artigo
Gesser, Marivete	Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo	2013	Artigo
Goulart, Marcos Vinicius; Dos Santos, Nair I. Silveira	Juventude e biopolítica: o poder jovem enquanto objeto de intervenção política	2012	Artigo
Leão, Geraldo; Nonato, Symaira Poliana,	Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o ProJovem Urbano em BH	2012	Artigo
Lico, Fátima M. de Campos; Márcia Faria, Westphal	Juventude, violência e ação coletiva	2014	Artigo
Lopes, Roseli E.; Rubens de C. F.; Adorno; Ana Paula S.; Malfitano; Beatriz Akemi; Takeiti; Carla R., Silva; Borba, Patrícia L. de Oliveira;	Juventude pobre, violência e cidadania	2008	Artigo
Lopez, Silvia Brãna; Moreira, Martha Cristina Nunes	Quando uma proposição não se converte em política?: O caso da Pol. Nac. de Atenção Integral à Saúde de Adol. e Jovens - PNAISAJ	2013	Artigo
Passone, Eric F. Kanai; Perez, José Roberto Rus	Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar	2013	Artigo
Reis, Carolina Dos; Guareschi, Neuza M. de F.; Huning, Simone Maria ; Azambuja, Marcos Adegas de	A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas	2014	Artigo
Scisleski, Andrea C. C.; Reis, Carolina dos; Hadler, Oriana; Weigert, Mariana de A. B.; Guareschi, Neuza M. de F.	Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos	2012	Artigo

Terceira Coleta de dados

A terceira coleta teve o objetivo de trazer consonância nos temas e abordagens dos artigos, para tal, foram estabelecidos dois critérios: *o protagonismo da psicologia*, no qual era necessária a presença da maioria das (os) autoras (es) do artigo como representantes da psicologia; *a presença concomitante dos temas juventude, políticas públicas e desigualdades sociais*. Nessa parte, também foram feitas leituras dos resumos e introduções dos artigos, referências bibliográficas e trajetória e atuação profissional dos autores.

Sendo assim, produções que não se configuravam como artigos ou não abarcavam em suas discussões *o protagonismo da psicologia* e os temas *juventude, políticas públicas e desigualdades sociais* foram retiradas da terceira coleta.

A partir da análise do resultado do processo de coletas de dados, notou-se a presença de seis artigos. Em sua totalidade, o grupo é formado por artigos que tem sua base teórica e metodológica na psicologia sócio-histórica ou em perspectivas que buscam a importância da desnaturalização dos fenômenos e demonstram certa afinidade com a construção das concepções e do método materialista histórico dialético. Além disso, estão presentes artigos orientados pelos conhecimentos gerais da psicologia social que têm diferentes perspectivas e concepções acerca da construção da subjetividade, contudo, trazem a possibilidade de diálogo e aproximação ideológica e metodológica com a perspectiva e a compreensão dos fenômenos e os objetivos aos quais se propõe este trabalho.

A análise das produções será feita sobre esses seis artigos selecionados no processo de coletas. É importante ressaltar que todos os artigos foram publicados nas regiões Sudeste (4) ou Sul (2) com sua maioria sendo registrada na cidade do Rio de Janeiro com três publicações.

Quadro 7: Apresentação das produções selecionadas

Autoria	Título	Ano de publicação	Tipo de publicação
Almeida, Arthemis Nuamma Nunes de; Campos, Caroline Cristina de Arruda; Santos, Luana Isabelle Cabral dos e Paiva, Ilana Lemos de	Juventude e violência: o que pensam os jovens de um projovem urbano em Natal/RN	2014	Artigo
Ayres, Lygia Santa Maria; Cardoso, Ana Paula; Pereira, Livia Cretton	O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude	2009	Artigo
Bock, Ana Mercês Bahia	A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores	2007	Artigo
Frezza, Marcia; Maraschin, Cleci; Santos, Nair Silveira dos	Juventude como problema de políticas públicas	2009	Artigo
Furlan, Vinicius; De Paula Souza, Telma Regina	Exclusão/Inclusão Social: Políticas Públicas de acolhimento institucional dirigidas à Infância e Juventude	2013	Artigo
Scisleski, Andrea Cristina Coelho; Reis, Carolina dos; Hadler, Oriana; Weigert, Mariana de Assis Brasil; Guareschi, Neuza Maria de Fátima	Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos	2012	Artigo

Por meio da análise dessas produções, quatro grandes categorias foram estabelecidas: *conceitos de juventude e desigualdades; exemplos de políticas públicas voltadas a juventude; olhar crítico para as políticas públicas voltadas a juventude; psicologia e transformação nas políticas públicas voltadas a juventude.*

A primeira categoria, *conceitos de juventude e desigualdades*, tem o objetivo de compreender as diferentes concepções de juventude que são expostas, por meio das referências adotadas por cada publicação. Também se busca a constatação das relações que as autoras estabelecem entre as concepções de juventude e as desigualdades sociais presentes nos diferentes contextos apresentados.

Desse modo, faz-se uma tentativa de entender as interfaces entre concepções de juventude e desigualdade nas publicações analisadas, procurando identificar constatações que objetivam a compreensão dos fenômenos por meio de um olhar crítico, no qual está presente uma tentativa de estabelecer relações entre juventude e

desigualdades. Portanto, essa categoria busca compreender como as relações entre esses fenômenos se constituem na sociedade brasileira e de que forma as autoras atentam-se a isso, por meio de suas concepções de juventude e desigualdade.

A segunda categoria, exemplos de políticas públicas voltadas a juventude, tem o objetivo de compreender o que é apresentado pelas autoras acerca da construção histórica das políticas públicas voltadas a juventude e, em seguida, quais políticas públicas as autoras se propuseram analisar, como são suas estruturas e quais são seus objetivos.

Por intermédio da compreensão da estrutura específica das políticas públicas as quais as autoras analisaram, cria-se a possibilidade de apropriação das especificidades, diretrizes, concepções e práticas que constituem, desde a formulação dessa política, até sua atuação profissional cotidiana. Essa apropriação auxilia no olhar das relações estabelecidas com os posicionamentos e críticas que se dão em um momento posterior.

Na categoria, *olhar crítico para as políticas públicas voltadas a juventude*, busca-se analisar os problemas identificados pelas autoras e sua problematização no que diz respeito a formulação, estrutura e práticas das políticas públicas voltadas a juventude. A análise faz uma tentativa de compreender o posicionamento crítico das autoras e suas conclusões, tanto acerca do contexto geral das políticas públicas, quanto das políticas específicas que foram analisadas nas produções.

Transformação nas políticas públicas voltadas a juventude, é uma categoria que tenta identificar quais são as saídas propostas para os problemas expostos na categoria anterior em todos os âmbitos das políticas públicas. Dessa forma, procura-se analisar quais foram as potencialidades de transformação as quais as autoras desenvolveram por meio das críticas apresentadas.

Além disso, a categoria visa identificar a presença da psicologia nas políticas públicas voltadas a juventude apresentadas pelas autoras e como as conclusões de suas produções caracterizam o papel e a responsabilidade da profissão na construção de práticas transformadoras no enfrentamento as desigualdades.

Foi produzida uma sistematização de todas as publicações encontradas nas três coletas, expondo suas informações essenciais e um breve resumo para cada publicação. A sistematização dos dados se encontra ao final do trabalho, na categoria anexos.

DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

A partir dos seis artigos selecionados por meio da segunda coleta de dados nas bases de dados (BVS-psi Brasil, Scielo, Periódicos CAPES e outras), esse capítulo tem o objetivo de, ao analisar as produções, buscar interfaces entre os temas Juventude, Políticas Públicas, Psicologia Social ou Psicologia Sócio-Histórica e Desigualdades Sociais.

Dessa forma, foram estabelecidas categorias de análise por meio da leitura dos textos. Primeiramente, foram criadas categorias individuais para cada uma das produções. Após isso, quatro grandes categorias foram estabelecidas, contemplando todas as principais questões abordadas nas publicações escolhidas: *conceitos de juventude e desigualdades; exemplos de políticas públicas voltadas a juventude; olhar crítico para as políticas públicas voltadas a juventude; psicologia e transformação nas políticas públicas voltadas a juventude.*

A partir dessas categorias procurou-se compreender: os diferentes conceitos de juventude apresentados pelos autores; a história das políticas públicas voltadas a juventude no Brasil e quais são as políticas as quais os autores se propuseram a discutir em seus artigos; um olhar crítico acerca dos problemas das políticas públicas voltadas a juventude; a participação da psicologia nas políticas públicas voltadas a juventude e práticas que possibilitem a superação de certos problemas encontrados.

Não se propõe neste trabalho identificar e analisar a fundo as dissonâncias específicas dos posicionamentos teóricos e metodológicos, apenas ressaltar as interfaces apresentadas no conteúdo das produções das autoras, a fim de construir uma lógica que evidencie o objetivo proposto: a compreensão da presença da psicologia nas políticas públicas voltadas a juventude a fim de promover ou evidenciar o enfrentamento às desigualdades sociais presentes no Brasil.

Conceitos de juventude e desigualdades

Nessa categoria, as diferentes referências da psicologia social são representadas pelas concepções teóricas e metodológicas de Foucault, da psicologia sócio-histórica e de outras perspectivas que buscam a compreensão dos fenômenos por meio de um olhar

crítico e desnaturalizante por meio da compreensão do processo social e histórico, da totalidade e singularidade dos fenômenos.

As principais referências adotadas nos textos para a abordagem do conceito de Juventude vêm da psicologia social e também dialogam com outras ciências, como a sociologia e a antropologia. Autores como Foucault (1979; 1984), Sposito (2003), Waiselfisz (2013), Novaes (2007), Abramovay et al. (2002), Bock (2007), Santos (1996), Morin (1986; 1990), Bocco (2009), tem suas perspectivas apresentadas pelas autoras dos artigos a fim de colaborar para uma crítica do que está instituído, buscando a superação das ideologias e do pensamento hegemônico acerca do que se compreende por juventude e adolescência no Brasil.

Os autores, no geral, propõem-se a uma quebra de paradigma na concepção que está posta como definição natural e delimitação do que é juventude, buscando a compreensão histórica da constituição da juventude e não categorizando essa como natural ou uma fase etária e conflituosa. Além disso, é necessário dizer que as autoras buscam a compreensão dos jovens que se constituem por meio da realidade brasileira, marcada pelas desigualdades sociais construídas e mantidas historicamente até a estrutura atual.

Portanto, a compreensão histórica dos fenômenos é central na discussão acerca da juventude, já que, a maioria dos autores adotam a postura de atentar-se ao processo histórico em suas produções ou emergências. Ayres et al. (2009) têm em sua base teórica e metodológica de pesquisa a perspectiva histórico-genealógica, apresentada por Foucault (1979), compreendendo a história por meio do conceito de emergência e conceituando-a como, “[...]encontros de forças que produzem acontecimentos que alteram e alternam a lógica vigente, a percepção e os modos de ser e estar no mundo[...]” (Ayres et al., 2009, p. 127)

Além disso, as autoras se opõe a definição de história como uma sucessão ou evolução de acontecimentos dados cronologicamente e a definição dos objetos e discursos como dados à priori e, compreendendo esses como construções sociais datadas historicamente.

Nesse sentido, também por meio do pensamento de Foucault (1984), Frezza et al. (2009) pontuam que não se deve assumir uma postura categórica a qual define uma essência ou algo natural a juventude, deve-se superar essa dicotomia, que caracteriza o

jovem, por um lado, como problema e, por outro, como potência. As autoras postulam que essa problematização e posição crítica são essenciais na criação de novas estruturas de produção de conhecimento, uma vez que, por meio desse movimento, busca-se uma ruptura, na possibilidade do estranhamento acerca daquilo que está instituído, produzindo novas estratégias que dão visibilidade a novas construções de pensamento, ação e sentimento.

Bock (2007) recorre a Morin (1986; 1990), com o objetivo de caracterizar a gênese histórica da juventude. A partir disso, expõe que o conceito de adolescência surge no século XX, mais especificamente na década de 50, nos Estados Unidos e, então, é disseminado e acolhido pelo resto do mundo até os dias atuais. O surgimento dessa concepção se dá por diversos motivos, entre eles, a mudança do padrão de vida para o meio urbano e o enfraquecimento contínuo da família como unidade de produção, já que o ofício ou, o aprendizado da profissão, não se dava mais de forma hereditária e, portanto, apresentou-se um vazio quanto a ocupação de pessoas com uma determinada idade, criando-se a necessidade dessa faixa etária se voltar à dedicação da ocupação profissional.

Dessa forma, notam-se construções de aparatos jurídicos para a legitimação dessa nova categoria, como a proibição do trabalho até determinada idade e a obrigatoriedade da presença escolar, portanto, pode-se dizer de uma produção histórica da caracterização de uma nova fase da vida. Além disso, a apropriação desse conceito, por parte da ciência e da sociedade, auxilia na legitimação e na produção de significados e sentidos que contemplem a definição dessa parte da população, a qual passa a ocupar um novo lugar na construção da sociedade que, a partir desse momento, cria expectativas e normalidades acerca dessas crianças e jovens por meio de um padrão instituído.

Entretanto, esse padrão universal e natural, construído inclusive pela psicologia, acaba patologizando qualquer desvio e naturalizando a existência humana e a produção de subjetividade, tomando o indivíduo como universal e, dessa forma, excluindo a importância da particularidade do meio social na constituição da subjetividade.

Para além disso, Bock (2007) ainda traz o diálogo com as produções de Santos (1996), nas quais estão presentes críticas aos conceitos estabelecidos a juventude, os quais fundamentam suas concepções em um tipo de sujeito: homem-branco-burguês-racional-ocidental, oriundo em geral da Europa ou dos Estados Unidos. Dessa forma, não se busca o resto da juventude com o objetivo de completar as pesquisas e contemplar

esses jovens, apenas se aplica os conceitos produzidos por meio dessas pequenas e não representativas amostras.

Dessa forma, não se pode tomar a adolescência ou a juventude como uma fase natural da vida, deve-se compreendê-las como:

[...]uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno[...]

[...] É um momento significado, interpretado e construído pelos homens[...]

[...] Como parceiro social está ali, com suas características, interpretadas nessas relações, o modelo para sua construção pessoal. Construídas as significações sociais, os jovens têm então a referência para a construção de sua identidade e os elementos para a conversão do social em individual (Bock, 2007, p.68)

Portanto, por meio dos conceitos da psicologia sócio-histórica, Bock (2007) traz sua concepção juventude por meio de uma construção histórica, só sendo possível compreendê-la na totalidade da produção desse fenômeno, buscando entender sua gênese histórica e seu desenvolvimento. Dessa forma, conclui:

Não há nada de patológico; não há nada de natural. A adolescência é social e histórica. Pode existir hoje e não existir mais amanhã, em uma nova formação social; pode existir aqui e não existir ali; pode existir mais evidenciada em um determinado grupo social, em uma mesma sociedade (aquele que fica mais afastado do trabalho) e não tão clara em outros grupos (os que se engajam no trabalho desde cedo e adquirem autonomia financeira mais cedo). Não há uma adolescência, enquanto possibilidade de ser; há uma adolescência enquanto significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas. (BOCK, 2007, p. 70)

Scisleski et al. (2012) apresentam uma crítica ao termo “adolescência”, uma vez que, na psicologia, esse termo é associado a definição de uma fase da vida, elaborada pela psicologia desenvolvimentista e, sendo assim, preferem recorrer ao pensamento de

Bocco (2009) cujas concepções expõem que o termo “juventude” é preferível pela possibilidade de trazer uma conotação de intensidade em contraposição ao conceito de identidade, buscando evidenciar o protagonismo das forças em relação ao das formas. Além disso, o artigo traz uma caracterização dos jovens que vem de Hadler (2010), a qual expõe uma concepção de juventude como sendo aquela que se constitui tanto como foco de intervenção do Estado, a partir do movimento histórico, quanto como vida a ser compreendida e cuidada.

Por meio da análise do Consórcio Social da Juventude e da leitura de outros documentos de políticas públicas voltadas a juventude (como o Plano Nacional da Juventude), buscando compreender a relação entre as práticas discursivas instituídas em políticas públicas e a definição das parcelas da juventude, Frezza et al. (2009) chegaram a quatro concepções de juventude: *voluntária, digitalizada, trabalhadora e vulnerabilizada*. A partir disso, apresentam e problematizam essas concepções:

A análise das concepções de juventude digitalizada e juventude trabalhadora possibilitou, em especial, destacar a invisibilidade conferida aos jovens de baixa renda. Seja quando as práticas dos projetos resultam em processos limitados de inclusão digital ou quando implicam a contratação dos jovens em funções que se mostram incapazes de contribuir para a produção de novos sentidos. A concepção de juventude vulnerabilizada parece ser restrita ao conjunto de jovens que é objeto das políticas. Assim, o emblema de vulnerabilização conferido a esses jovens pode intensificar o processo de exclusão e, também, despotencializar o campo de ação dos mesmos. Adicionalmente, quando problematizamos a concepção de juventude voluntária, destacamos a ambiguidade identitária conferida aos jovens em foco, uma vez que recaem sobre esse jovem, dito vulnerabilizado, as expectativas de superação — pessoal e social. (Frezza et al., 2009, p.322)

Alinhados a essa perspectiva, Almeida et al. (2014) trazem o conceito de *juventudes*, formulado por Sposito (2003). O termo é utilizado no plural para evidenciar a diversidade das situações socioeconômicas e culturais que afetam esses jovens, além disso, tem o objetivo de reconhecer que as vivências e experiências não se dão da mesma maneira na

vida de todos os jovens e, a partir dessa leitura, é possível compreender melhor os atravessamentos e questões que constituem esses indivíduos.

Citando as conclusões de Abramovay et al. (2002), Almeida et al. (2014) colocam a juventude como uma das grandes questões sociais da América Latina atual, uma vez que o número populacional dessa parcela é expressivo e o aumento da violência e da pobreza, aliados a baixa oferta de empregos, acabam por prejudicar os projetos de futuro e uma participação ativa na construção do processo de cidadania dos jovens latino-americanos.

Almeida et al. (2014) acrescentam a essa perspectiva a necessidade de compreensão das relações do mundo contemporâneo, o qual produz uma combinação entre um processo rápido e contínuo de globalização e a manutenção das desigualdades, dessa forma, essas são questões que perpassam a vida das juventudes e dificultam a inserção desses jovens na sociedade como um todo.

Frezza et al. (2009) concordam com Almeida et al. (2014) no que diz respeito ao grau de vulnerabilidade da juventude e, dessa forma, recorrem a dados da UNESCO (2004) os quais descrevem essa parcela da população caracterizada por uma situação fragilizada, a qual autoriza o fortalecimento e a elaboração de políticas públicas na área da educação e do trabalho. Essa proposta fundamenta-se na constatação de dois fatores que incidem sobre esse processo, o primeiro é formado pela grande diferença existente entre o mercado formal de trabalho e a capacidade de formação dos jovens para atender as demandas propostas e, o segundo, se dá na disparidade de articulação institucional e política entre os jovens e os adultos, a qual acaba por desfavorecer a juventude no âmbito do mercado de trabalho.

Ao falarmos de juventude no Brasil, faz-se necessário reconhecer o cenário de desigualdades presentes historicamente na constituição de todos os setores da sociedade. Portanto, Almeida et al. (2014) citam Fachinetto (2010) que compreende as vulnerabilidades presentes na vida da juventude brasileira como resultado da violação aos direitos dos jovens que, por sua vez, tem origem na falha da efetivação desses direitos.

Almeida et al. (2014) traçam um paralelo entre as condições de vulnerabilidade e a presença da violência, para isso, têm a ajuda de Waiselfisz, (2013) destacando que, o aumento alarmante e histórico dos homicídios e a recorrência da presença de jovens em casos de violência traz uma possibilidade de reflexão acerca da construção desse

fenômeno. A ele os autores atribuem o fato de os jovens estarem sujeitos a situações que vulnerabilizam sua condição, entre elas estão: a precarização do trabalho, evasão escolar, envolvimento com substâncias ilícitas, entre outras. Além disso, é apresentada a questão da ausência de perspectivas de futuro desses jovens, que acabam por produzir condições limitadas de escolha, promovendo a inserção dessa juventude em espaços que potencializam a vulnerabilidade à violência.

Tendo em vista essa compreensão de juventude, vulnerabilidade e construção social, cria-se a possibilidade de relacioná-los com o pensamento de Abramovay et al. (2002), trazido por Almeida et al. (2014), no qual, a violência sofrida ou tendo participação dos jovens estão ligadas a condição de vulnerabilidade social dessa parcela da população, a qual enfrenta dificuldades no acesso a educação, lazer, esporte, cultura e trabalho, produzindo a continuidade dessa realidade. Além disso, é necessário considerar as condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos as quais contribuem para uma grande precarização da condição da vida na juventude, em certo nível, auxiliando no crescimento da violência e restringindo os processos de integração e participação social.

Exemplos de políticas públicas voltadas a juventude

Essa categoria foi estabelecida por meio das políticas públicas voltadas a juventude apresentadas e analisadas no conjunto de artigos selecionados. Dessa forma, busca-se compreender o histórico brasileiro das políticas públicas voltadas a juventude, quais políticas públicas as autoras se propuseram analisar, como são suas estruturas e quais são seus objetivos.

A partir dessas constatações, cria-se a possibilidade de apropriação conceitual e estrutural das políticas públicas as quais as autoras analisaram em suas produções. Dessa forma, essa apresentação faz-se necessária para a compreensão histórica do desenvolvimento dessas políticas no Brasil e o conhecimento da estrutura específica de algumas delas a fim de relacioná-las com os posicionamentos e críticas que se dão em um momento posterior.

Portanto, inicia-se a apresentação com a contextualização histórica da construção de leis e políticas públicas para a juventude, realizada por Ayres et al. (2009) que se propõem a discutir em seu artigo as redes de proteção das políticas públicas de garantia

dos direitos da criança e da juventude. As autoras expõem que a primeira lei específica para crianças e jovens, é o Código de Menores, de 1927, que traz uma concepção de política higienista com o objetivo disciplinador. Sendo assim, recorrem a Cruz (2006) para caracterizar o discurso que oscilava naquele momento histórico, por um lado defendendo a criança, pensando sua infância pobre e desassistida e, de outro, defendendo a sociedade, taxando as crianças como delinquentes, marginais ou perigosas.

A partir de 1942 são criados os estabelecimentos de internação, o Serviço de Assistência do Menor (SAM) e os reformatórios tinham uma estrutura semelhante ao sistema penitenciário e tinha o objetivo de, por meio da disciplina e do trabalho, corrigir as condutas inadequadas. Dessa forma, funcionavam como instituições de “recuperação” dos menores delinquentes. (Ayres et al. *apud* Cruz, 2006)

Outra maneira de lidar com essas crianças e jovens foi instituída a partir de 1964, quando o Brasil sofre um Golpe Militar e é criada a Política de Bem-Estar do Menor (PNBEM). Essa nova política atuava sob uma perspectiva médico-patologizante, na qual estabelecia um tratamento e não uma punição, reforçando a relação crime-doença. Nesse período, o tratamento ficava a cargo Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), oscilando em sua concepção, na qual, em momentos tratava as crianças e jovens como vítima e, em outros, como criminoso.

Posteriormente, o segundo documento legal voltado a essa população é O Código de Menores de 1979 que tem o objetivo de regulamentar as políticas públicas da época destinadas a crianças e adolescentes. Contudo, segundo as autoras, apenas ocorreu uma mudança de nomenclatura no documento, sem a produção de uma mudança lógica, perpetuando a culpabilização da pobreza e dos indivíduos e famílias pobres.

A partir da Constituição de 1988, inicia-se a construção de leis e políticas públicas com outros vieses. Conforme propõem Ayres et al. (2009):

Com a constituição de 1988 foram criados diversos dispositivos legais com o objetivo de inibir as arbitrariedades que o Estado vinha cometendo no interior das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM's). Além disso, a sociedade civil encontrava-se mobilizada através do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), que funcionava como rede de articulação em nível nacional, com maior autonomia com relação

ao Estado, no sentido de defender a promoção dos direitos da criança e do adolescente. (Ayres et al., 2009, p. 130)

As autoras expõem que essas iniciativas foram imprescindíveis para a posterior promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, o qual traz uma perspectiva progressista na política de assistência e proteção da criança e jovens ao criticar os modelos anteriores, punitivo-repressivo e médico-patologizante. Além disso, o ECA fundamenta-se em uma concepção que reconhece a pobreza como um problema estrutural, promovendo o direito da criança e do adolescente de permanência em sua família, negando-se a categorizar a pobreza como uma condição determinante para o rompimento dos vínculos familiares.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco na história da concepção e afirmação de direitos e deveres das crianças e adolescentes e como subsídio para a construção de políticas públicas voltadas a essa população. Conforme apresentam Furlan & Souza (2013):

Fundamentados nos princípios preconizados no ECA, o Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006), e as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), se caracterizam como marcos normativos e direcionais nas políticas voltadas para os serviços de acolhimento institucional. (Furlan & Souza, 2013, p. 37)

A partir desses documentos e da Lei nº 12.010/2009, a qual aperfeiçoa a garantia da convivência familiar de toda as crianças e adolescentes, Furlan & Souza (2013) buscaram, em sua produção, confrontar os princípios e as diretrizes que formam uma política pública com a realidade de um abrigo.

Sendo assim, destaca-se um exemplo de diretriz presente no artigo de acordo com as Orientações Técnicas (CNAS, 2009) sobre o acolhimento e o atendimento realizado pelos profissionais que atuam nesse serviço:

[...]os serviços de acolhimento devem estar organizados de modo a possibilitar atendimento conjunto a grupos de irmãos ou de crianças e adolescentes com outros vínculos de parentesco, que podem ter faixas etárias distintas e ambos os sexos. E devem ser evitadas especializações e atendimentos exclusivos - tais como adotar faixas etárias muito estreitas e direcionar o atendimento apenas a determinado sexo. (Furlan & Souza, 2013, p. 38)

Frezza et al. (2009) realizaram uma análise acerca do Consórcio Social da Juventude (CSJ) para buscar compreender a relação entre as práticas discursivas instituídas em políticas públicas e a definição das parcelas da juventude.

O CSJ foi um projeto criado pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego a partir do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) e, no Estado do Rio Grande do Sul (onde foi realizada a pesquisa) o projeto foi implementado em 2005 e renovado para 2006.

A partir de dados do Ministério do trabalho e do Emprego, responsável pela formulação do Manual de implementação junto às entidades sociais, Frezza et al. (2009), discorrem sobre a estrutura e os objetivos do CSJ, especificamente no Rio Grande do Sul.

O projeto é criado a partir da percepção da fragilidade no atendimento das redes de apoio aos jovens na área de saúde, habitação, educação, orientação legal e alimentação e tem como objetivo dar subsídios, por meio de apoio e orientação, a jovens em situação de grandes vulnerabilidades. Outros objetivos propostos eram: a formação profissional dos jovens, o desenvolvimento da cidadania, o fortalecimento das redes de proteção dos jovens e o desenvolvimento de estudos e pesquisas referentes à juventude. Contudo, seu principal objetivo era promover, tanto a possibilidade de inserção dos jovens em atividades produtivas geradoras de renda, quanto o exercício da produção de novos sentidos para o mundo do trabalho.

O jovem inscrito no projeto participava durante cinco meses das atividades propostas e recebia um auxílio financeiro para possibilitar uma chance maior de participação ativa no processo. O projeto oferecia desde cursos de qualificação básica, com temas específicos de discussão, até cursos específicos de profissionalização, totalizando 400 horas e, além disso, estava prevista a realização de 100 horas de trabalho voluntário.

Especialmente no Rio Grande do Sul, a estrutura de organização do projeto, presente em diferentes áreas desse, era formada por Coordenação Executiva, um Conselho Gestor, um Conselho Executivo, um Centro da Juventude, uma Ouvidoria Jovem, a Entidade Âncora, Entidades Executoras e Entidades transversais. Segundo as autoras, essa organização:

[...]diversificada e descentralizadora do projeto permitiu que o planejamento, a gestão e a execução das ações ficassem sob a responsabilidade de organizações locais, mesmo que seguissem diretrizes básicas previamente definidas por órgãos federais. Assim, todas as atividades referentes à realização do projeto foram planejadas, geridas e executadas por várias entidades pertencentes a diferentes categorias e localidades das cidades participantes. Na edição de 2006, na região metropolitana de Porto alegre, o CSJ atendeu a um total de 1.992 jovens, sendo que 315 não completaram as atividades previstas e, por isso, foram considerados como evadidos. (Frezza et al., 2009, p.317)

No fim de 2007, o CSJ foi integrado ao ProJovem, na ação do Governo Federal de unificação dos programas de juventude, programa que compõe a análise feita por Almeida et al. (2014) buscando compreender a relação juventude-violência, a partir do ponto de vista dos jovens e as contribuições do ProJovem Urbano para essa questão.

Faz-se imprescindível expor que, a partir de 2008, deu-se a união de alguns programas já existentes no então denominado ProJovem Integrado. Esse programa passa a ser realizado por meio de quatro modalidades: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. (Almeida et al. *apud* Silva & Andrade, 2014 , p.857)

Dessa forma, Almeida et al. (2014) realizaram sua pesquisa apenas com jovens participantes do Projovem Urbano (PJU) e por meio das constatações de Silva & Andrade (2009) apresentam as características principais do programa. O PJU é formado por jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, que saibam ler e escrever e que sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo. Além disso, é oferecida, durante os 18 meses de duração, uma bolsa no valor de R\$ 100,00 reais, mediante frequência e atividades em dia.

A estrutura do projeto se dá em eixos de formação (educação, qualificação profissional e participação comunitária) complementada por um projeto pedagógico composto por ciclos e esses, por unidades formativas, totalizando uma carga horária de 2000 horas (1560 horas presenciais e 440 horas não presenciais).

Outra informação apresentada por Almeida et al. (2014) com base em Salgado (2008) revela que, em um cenário nacional, 53% dos usuários são do gênero feminino e 77,5% são solteiros.

Ainda recorrendo a Salgado (2008), Almeida et al. (2014) explicitam os princípios fundamentais do PJU que se dá na integração entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, nas quais possibilita-se o desenvolvimento dos jovens para uma inserção plena, criativa e produtiva na sociedade contemporânea. A partir disso, o projeto tem o objetivo de superar a situação de exclusão dos jovens, aliar teoria e prática, e, explorar a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã.

Para concluir, dentre as seis produções apresentadas, pôde-se observar a proposta de analisar políticas públicas voltadas a juventude no campo da educação, trabalho, redes de proteção dos direitos da criança e juventude. Além disso, também foi apresentado um olhar para a construção histórica do processo de estruturação das políticas públicas para essa população até a promulgação do ECA e algumas análises com base na leitura de documentos que definem princípios e diretrizes para a construção de políticas públicas voltadas a juventude.

Olhar crítico para as políticas públicas voltadas a juventude

A partir da percepção da posição crítica acerca das políticas públicas apresentadas nas produções presentes na categoria anterior, essa categoria objetiva os problemas identificados pelas autoras e sua problematização sobre a formulação, estrutura e práticas das políticas públicas voltadas a juventude.

Dessa forma, apresentar-se-á, primeiramente, perspectivas críticas acerca do contexto geral das políticas públicas voltadas a juventude e, posteriormente, uma análise das problematizações das políticas públicas específicas apresentadas pelas autoras. As perspectivas são expostas a partir de diferentes concepções teóricas e distintos enfoques

pelo fato de as diferentes autoras analisarem variados âmbitos das políticas públicas, populações atendidas e propósitos para qual essas são construídas.

Por meio das conclusões de Sposito et al. (2006), Frezza et al. (2009) expõe que as ações construídas nas políticas públicas voltadas a juventude, trazem duas possibilidades: de criação de novos sentidos e práticas para e pelos jovens, assim como, o movimento que reforça certas concepções e modos de vida da juventude que se encontra em maior vulnerabilidade social. Isso se apresenta porque existe uma relação dialética entre os programas e práticas dessas políticas e as representações sociais dos jovens e concepções ideológicas de juventude elaboradas pela sociedade.

Além disso, Frezza et al. (2009) apontam que é possível identificar na construção de certos documentos e na análise das práticas discursivas que existem definições de expectativas e modos de vida característicos em relação aos jovens que participam de determinados programas, colocando-os em um lugar com mais chances de originarem ou protagonizarem certos problemas sociais.

Por outro lado, Frezza et al. (2009), por meio dos dados e relatórios produzidos pela UNESCO (2004), trazem uma crítica no que diz respeito a formulação das políticas públicas voltadas a juventude no campo macro político dessas. Sendo assim, problematiza-se a desarticulação no planejamento e implementação das políticas públicas de juventude e a sua descontinuidade, executando-as de forma setorizada e pontual e, dessa forma, comprometendo os resultados e o campo de ação dessas políticas.

Acrescenta-se a essa crítica a problematização da centralização da gestão de políticas públicas no âmbito federal, situação a qual pode trazer entraves no reconhecimento da experiência, limitações e potencialidades das instituições que atuam diretamente com esses jovens, mas que, ao mesmo tempo, traz a possibilidade de reduzir o olhar para a complexidade dos fenômenos e as potenciais estratégias e ações para superá-los. Contudo, as autoras apresentam que, recentemente, algumas políticas públicas vêm apresentando um caráter mais descentralizado, buscando a integração de instituições locais para a construção de um diálogo no processo de criação e desenvolvimento dessas políticas, como foi apresentado no caso do Consórcio Social da Juventude (CSJ).

No que diz respeito a distância estabelecida entre o Estado, suas instituições e a sociedade civil, na elaboração, implementação e manutenção das políticas públicas

voltadas a juventude, Furlan & Souza (2013), Scisleski et al. (2012) e Ayres et al. (2009) concordam com as conclusões de Frezza et al. (2009).

Em sua pesquisa, Furlan & Souza (2013), ao estabelecerem o objetivo de confrontar as diretrizes nacionais com a realidade de um abrigo, também identificaram um descompasso entre esses dois âmbitos. Essa distância se dá principalmente na atuação dos profissionais dentro das instituições públicas, nas quais, muitas vezes a ciência acerca da realidade não é suficiente para a garantia e promoção dos direitos das crianças e jovens atendidos. Além disso, essa dissonância também se evidencia na relação com o poder judiciário, como propõem:

[...] a morosidade por parte do Poder Judiciário e a fragilidade na Rede de Atendimento à Infância e Juventude, gera o prolongamento do tempo do acolhido no abrigo, quando, se houvesse um investimento no trabalho com as famílias, as crianças e adolescentes permaneceriam no abrigo o menor tempo possível.

[...]em alguns casos, a precipitação do judiciário, no momento da intervenção junto às famílias, acaba por abrigar crianças e adolescentes sem esgotar todas as possibilidades de convivência familiar. (Furlan & Souza 2013, p. 42)

Scisleski et al. (2012), por meio das conclusões de Reis (2012), também evidenciam essa questão, contudo, contextualizadas nas diferentes ações no campo das políticas voltadas à proteção social, saúde, justiça e segurança pública, nas quais é pensada e proposta a proteção de jovens em situação de violação de direitos. O que se nota é uma ideologia de que esses jovens caracterizam um grande problema e ameaça a segurança pública e, por conseguinte, criam-se práticas punitivas e normalizadoras, as quais caminham totalmente em contraposição aos princípios em que sustentam as diretrizes de uma política pública voltada para essas pessoas. Conforme propõem:

Dessa forma, as intervenções sobre os sujeitos se justificam ao serem legitimadas normalizações sobre a vida, e, embrenhando-se em meio aos mecanismos de poder agenciados para capturar os considerados anormais e infames, as populações jovens tomadas como abjetas vão se constituindo como vida a ser gerenciada. (Scisleski et al., 2012, p. 25)

Já Ayres et al. (2009), recorrendo as proposições de Scheinvar (2004), identificam que a história da relação entre Estado e sociedade civil, no que diz respeito ao diálogo acerca da garantia dos direitos e sua efetivação, é marcada por um isolamento constante. Essa construção histórica traz uma lógica e se reflete na relação dos trabalhadores com o Estado, na qual existe uma desresponsabilização por parte dos trabalhadores acerca da construção da sociedade, apenas culpando o Estado por todas as dificuldades e problemas presentes nas políticas públicas.

Além disso, Ayres et al. (2009) completam suas colocações expondo que, apesar de um redirecionamento das políticas públicas por meio da promulgação do ECA, o qual promove a garantia dos direitos humanos e cidadãos e uma mudança na lógica de proteção, muitas políticas e suas práticas ainda permanecem no campo da assistência e da vitimização. Isso se dá pela predominância, nesse tempo histórico, da ideologia neoliberal, que propõe a lógica do Estado mínimo, situação que cria uma distância enorme entre as leis e as práticas nas instituições.

A partir dessa constatação, Almeida et al. (2014) apontam para a necessidade da manutenção das investigações acerca das políticas públicas voltadas a juventude a fim de garantir os direitos dos cidadãos por intermédio da apropriação do público. Além disso, estabelecem essa relação do sucateamento do público por um sistema que está posto quando identificam que os recursos que estão à disposição do Estado para a elaboração e implementação dessas políticas são insuficientes e, sozinhos, não criarão a possibilidade de superação da condição desses jovens, principalmente no que diz respeito a questão da violência.

Outro ponto levantado em consonância por algumas das produções, diz respeito a culpabilização ou a vitimização do sujeito legitimadas por certas práticas instituídas em algumas políticas públicas. Sendo assim, Scisleski et al. (2012) e Frezza et al. (2009) alinham-se a Ayres et al. (2009) quando pensam essa questão em sua análise crítica das políticas públicas voltadas a juventude.

Scisleski et al. (2012) problematizam a persistência da leitura reducionista dos fenômenos por parte de alguns profissionais e pelos próprios jovens atendidos nos serviços. Caracterizam-se esses jovens em situação de vulnerabilidade como estando à margem da sociedade, explicando essa “marginalidade” por meio da taxaçoão dessas

peças como criminosos e/ou doentes e, dessa forma, culpabilizando o sujeito ou sua estrutura familiar e excluindo muitas questões que constituem e atravessam aquele fenômeno.

Já Frezza et al. (2009) postulam que quando se coloca o jovem nessa posição passiva e categórica de “vulnerabilizado socialmente” se restringe a potencialidade de transformação dessas pessoas das condições que as próprias consideram como adversas e lhes rotulam como virtuais causadores de problemas sociais e dessa forma “[...]o futuro temido passa a ser o presente incontestável desses jovens. E de acordo com esse futuro-presente são elaborados projetos de políticas públicas de juventude.” (Frezza et al., 2009, p.321)

As autoras identificam que essa concepção está presente inclusive no Plano Nacional de Juventude (Brasil, 2004) no qual, em um dos trechos analisados se estabelece uma relação entre as justificativas para se melhorar as oportunidades de trabalho para jovens de baixa renda e o discurso presente de marginalização. Além disso, nota-se a implicação de uma outra relação, entre a falta de emprego ou ocupação com a possibilidade da marginalidade ou delinquência.

Além da problematização das questões que constituem a estrutura das políticas públicas voltadas a juventude em seu âmbito de concepções, princípios, diretrizes e práticas, as produções analisadas também se propuseram a olhar criticamente para algumas políticas públicas específicas em diferentes áreas de atuação e conhecimento. A análise das autoras se deu no campo da educação, trabalho, proteção social e saúde.

Por meio da análise de documentos e da construção do ProJovem Urbano, buscando compreender a relação entre juventude e violência, Almeida et al. (2014) concluem que os desdobramentos das discussões sobre violência no programa poderiam ser mais explorados se, no programa, estivesse presente uma metodologia que possibilitasse o interesse dos jovens pelas atividades do programa. As autoras acrescentam que é imprescindível considerar, quando se implementa e avalia as políticas públicas para as juventudes, as mudanças de rumo que as vidas dos jovens participantes podem tomar, especialmente na direção da sua autonomia.

Já Frezza et al. (2009) apontam, com base nos dados da UNESCO (2004), que as políticas públicas voltadas a juventude acabam atingindo jovens que estão melhores inseridos na sociedade, aqueles que estão mais integrados socialmente, ausentando-se,

completa ou parcialmente em relação aqueles que mais necessitam de uma intervenção desse ou de outro âmbito.

Esse apontamento é confirmado quando Frezza et al. (2009) identificam que, no CSJ, o processo de seleção, legitima e perpetua essa situação, uma vez que, para a primeira edição dos programas, os jovens que acessaram o projeto já possuíam algum tipo de vínculo com a entidade, pois, participavam de outros projetos ou eram filhos de integrantes da mesma. Em um segundo momento de seleção, os jovens que acessaram o programa estavam cadastrados na lista do programa Fome Zero2.

Dessa forma as autoras concluem que:

Nos dois momentos relatados, constatamos que os jovens participantes já faziam parte de uma rede de amparo social, mesmo que limitada. Uma declaração feita por uma gestora de outra entidade executora corrobora esta análise. Conforme observado por ela, o CSJ tinha como um de seus objetivos o incentivo à educação continuada dos jovens. Dessa forma, para participar do projeto, o jovem deveria apresentar atestados de frequência escolar. Segundo a reflexão da entrevistada, aí residiria uma contradição, uma vez que jovens fora da escola estariam impossibilitados de se beneficiar do projeto. [...] Em que pesem os esforços empreendidos, podemos perceber as dificuldades que jovens mais distantes das redes de amparo social têm para serem contemplados pelos programas e projetos de políticas públicas. (Frezza et al., 2009, p. 315)

Scisleski et al. (2012), por sua vez, problematizam as intervenções normativas e baseadas em perspectivas patologizantes que são realizadas em algumas políticas públicas em sua atuação sobre jovens potencialmente perigosos. As autoras atribuem a manutenção dessas práticas à sobreposição da representação de juventude com a violência, a qual consolida uma ideia de juventude potencialmente perigosa e, legitimadas por essas, constroem-se aparatos governamentais que tem o objetivo de controlar e fiscalizar a vida de alguns jovens por meio das práticas dentro das políticas públicas. Dessa forma, exemplificam:

Um exemplo dessa questão diz respeito à “epidemia do crack” entre a juventude pobre, ou melhor, em situação de vulnerabilidade social [...] A questão é que ninguém faz a pergunta: por que essa juventude tem buscado o crack? Ou ainda: o que o crack oferece a esses jovens? Considerando que estamos já há algum tempo em plena campanha da mídia e do próprio governo federal para combater o uso de crack, ressaltamos a implementação de leis que buscam, em tese, a (re)integração do dependente químico à sua família ou à sociedade, baseando-se na política de redução de danos, mas que na prática, entretanto, ainda vemos como perpetuação da lógica da tolerância zero (Scisleski et al. apud Rigoni & Nardi, 2012, p. 28)

A partir dessa problematização, Scisleski et al. (2012) citam o Protejo de Proteção de Jovens em Territórios Vulneráveis, efetivado por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que seleciona e atende jovens de 15 a 24 anos em alguma situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social, responsável pelo acompanhamento desses jovens com o objetivo de prevenir a exposição e o contato com a violência, criminalidade e com as drogas. Dessa forma, pode-se notar, segundo as autoras, são selecionados e acompanhados, jovens que tendem a representar uma possível ameaça à segurança, realizando assim, uma prevenção que recai total e somente sobre o indivíduo, gerando um controle e gerenciamento da vida desse sob a perspectiva do potencial perigo que esse representa por estar em situação de vulnerabilidade, no entanto, não se analisa para os diversos fatores que constituem a produção da criminalidade e da insegurança social.

Ultrapassando a esfera criminal, Scisleski et al. (2012) colocam essa questão em diálogo com a área da saúde mental, por meio dos dados e conclusões do Tribunal de Contas da União (TCU 2012), Reis (2012) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2011), quando identificam que:

Os serviços de saúde não têm se mostrado resolutivos diante dessa problemática, uma vez que a quantidade de serviços vigentes para substituir as instituições de lógica manicomial, por exemplo, é muito menor do que o previsto, conforme relatório do Tribunal de Contas da União (TCU, 2012). Para tornar ainda mais complexa essa questão, vemos a

proliferação de um verdadeiro arsenal de comunidades terapêuticas apresentadas como respostas eficazes para lidar com os jovens usuários de crack (Reis, 2012). Como o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2011) constatou essas comunidades, em sua grande maioria, são espaços que não oportunizam um efetivo cuidado em saúde, já que não apresentam um projeto terapêutico para os internos. (Scisleski et al. 2012, p.23)

As autoras também postulam que as práticas apresentadas em comunidades terapêuticas são reedições da laborterapia, uma herança dos manicômios e suas técnicas, estabelecendo como práticas terapêuticas uma intensa rotina de trabalhos forçados e rituais religiosos, além disso, acrescentam a essa análise a constatação de que a rede substitutiva está distante daquilo que é esperado.

Ayres et al. (2009), por meio de sua pesquisa acerca de produções acadêmicas referentes à temática abrigamento, apresentam críticas em relação a culpabilização da família ou dos abrigos pelo rompimento do vínculo familiar e que, dessa forma, não se propõem a compreender a totalidade e a complexidade das questões envolvidas no fenômeno. Além disso, é preciso compreender que esses diferentes atores constituem uma rede complexa inserida no cenário brasileiro, iniciando estruturas que efetivem a garantia de direitos.

É acrescentado pelas autoras a constatação de que o nascimento do Estado-interventor é contemporâneo a falência de uma estrutura e modelo familiar que tem o pai como figura central, sendo assim, a partir dessa concepção promovem-se uma série de políticas que buscam regulamentar as relações familiares.

Ainda apontam que o processo de normalização da sociedade brasileira é constituído pela norma em conjunto com a repressão e que, partindo dessa leitura, as autoras concluem que as políticas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes são atravessadas e constituídas por um viés caritativo-assistencial, auxiliando na manutenção da disparidade entre as classes sociais no Brasil.

Ayres et al. (2009) exemplificam essas constatações problematizando a política de adoção, a qual, segundo suas conclusões, incentiva a destituição do poder familiar no começo da vida e dessa dinâmica familiar específica por meio de um discurso de garantia

a proteção. Além disso, relatam sobre pesquisas que indicam que a maioria das crianças abrigadas possuem uma família, contudo, continuam institucionalizadas devido a precariedade das condições das redes de proteção das quais fazem parte. Conforme propõem:

Em outras palavras, práticas que, longe de operarem reformas políticas concretas no sentido da reversão do quadro de miserabilidade e injustiça social que assola a população brasileira, investem em programas assistencialistas e caritativos que ratificam e perpetuam o Brasil de duas faces: uma pobre e outra rica. Ayres et al., (2009, p.132)

Diante dessa perspectiva, Furlan & Souza (2013) concordam com as conclusões de Ayres et al. (2009) por meio da revelação que não somente existe uma violação dos direitos das crianças e jovens por parte das famílias, mas, também está presente na sociedade brasileira, uma violação desses direitos protagonizada pelo próprio Estado, devido a sua ineficiência na garantia da convivência familiar, ofertando, muitas vezes, a institucionalização como a única medida para a resolução dos problemas familiares. Além disso, também se nota uma violação dos direitos das famílias quando essas se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade social calcada na lógica de exclusão vigente na sociedade atual, negando a essas o acesso aos bens econômicos e culturais. Conforme concluem:

Dessa forma Furlan & Souza (2013) constata que, de acordo com os princípios do ECA e diretrizes do CONANDA, a falta de recursos materiais não se caracteriza como motivo para destituição ou suspensão do poder familiar, contudo, ao conhecer a realidade de um abrigo, nota-se a condição de pobreza das famílias como motivadora para abrigamento de crianças e jovens.

Por fim, Furlan & Souza (2013) exemplifica as conclusões de Ayres et al. (2009) e Almeida et al. (2014) acerca do sucateamento do público em uma sociedade na qual predomina a ideologia neoliberal, ao constatar as grandes dificuldades financeiras que estão presentes nos abrigos e em muitos serviços de proteção social. Dessa forma, problematiza-se que essas dificuldades financeiras trazem consequências substanciais no desenvolvimento das práticas cotidianas e na gestão desses serviços. Isso se dá porque,

em um abrigo, esse cenário acarreta na grande rotatividade de profissionais que, além de refletir a exploração dos trabalhadores, gera uma quebra de vínculo com as crianças e jovens atendidos, causando mais sofrimento a esses e mais dificuldades no desenvolvimento pleno do trabalho.

Psicologia e transformação nas políticas públicas voltadas a juventude

A respectiva categoria tem o objetivo de problematizar as concepções de juventude e as práticas da psicologia que estão presentes nas políticas públicas voltadas a essa população, apontando críticas e potencialidades de transformação por intermédio das políticas específicas as quais as autoras propuseram-se a analisar, tendo em vista a presença da psicologia nessas.

Faz-se necessário compreender as concepções de juventude identificadas que constituem as práticas cotidianas das profissionais, além disso, busca-se entender qual é a responsabilidade da psicologia na construção dessas concepções.

Por fim, é realizada uma tentativa de identificar a presença da psicologia nessas políticas apresentadas pelas autoras e como essas caracterizam o papel da profissão na construção de políticas públicas voltadas a juventude no enfrentamento às desigualdades sociais. Além disso, como a psicologia contribui para práticas que caminham em um sentido progressista, na garantia e promoção dos direitos ou se cristalizam em práticas normativas e naturalizantes.

Por meio da construção de quatro concepções de juventude: *juventude voluntária*, *juventude digitalizada*, *juventude trabalhadora* e *juventude vulnerabilizada*, Frezza et al. (2009) apontam que, muitas vezes, as construções de políticas públicas voltadas a juventude se dão de forma descolada do contexto e das vivências dos jovens, nas quais as próprias demandas são especificadas por apenas alguns setores da sociedade, privilegiando concepções de certas classes sociais e faixas etárias em detrimento de outras.

Em vista disso, as autoras indicam a importância da criação de novos mecanismos e estratégias que possibilitem a participação ativa desses jovens no planejamento, execução e análise dos programas. Além disso, destacam que é por intermédio do campo da ação cotidiana que os princípios e diretrizes dos documentos tornam-se práticas

efetivas de transformação, potencializando o surgimento de perspectivas e propostas inovadoras e diferenciadas, as quais devem ser valorizadas pelos futuros estudos e práticas.

As conclusões de Frezza et al. (2009) vão de encontro com a pesquisa de Almeida et al. (2014), quando as autoras se propõem a ouvir os jovens, participantes do programa ProJovem Urbano no município de Natal (RN), a fim de compreender a relação juventude-violência e como o programa contribui para a problematização dessa questão nas representações dadas pelos próprios jovens.

A partir desses relatos, Almeida et al. (2014) postulam que, segundo os jovens, a presença da discussão da relação juventude-violência no programa por meio de métodos variados, pode auxiliar no enfrentamento à violência nos seus respectivos bairros, contanto que, a discussão traga interesse e sentido para quem participa dessa.

Em outro âmbito da discussão, Furlan & Souza (2013) e Ayres et al. (2009) estabelecem conclusões acerca das práticas presentes nos abrigos e da presença da psicologia na construção de concepções que constituem e orientam as atuações dentro desses espaços.

Furlan & Souza (2013) ressaltam a presença do afeto nas instituições de acolhimento, concluindo, por meio da leitura de diretrizes dessa política pública e o relato de profissionais de um abrigo, que o afeto se mostra como uma demanda que deve ser atendida a fim de buscar o pleno desenvolvimento das crianças e jovens acolhidos nas instituições. Contudo, essa é uma questão complexa, atravessada por contradições as quais são marcadas por diferentes concepções entre os próprios profissionais de uma mesma unidade. Conforme problematizam:

Em que pese, a necessidade de afeto seja reconhecida, as formas de expressão da afetividade são entendidas diferentemente por educadores e técnicos. Para os técnicos, há uma grande preocupação em não substituir a família na instituição; alguns educadores acompanham discursivamente essa preocupação com ambiguidades, pois alguns se representam como figura materna. (Furlan & Souza, 2013, p. 45)

Por intermédio da presença da problematização da questão afetiva dentro desses espaços, Furlan & Souza (2013) identificam também o aparecimento dessa problemática na própria fundamentação das políticas públicas, na qual é destacada, por meio das contribuições da Psicologia (articuladas em diferentes teorias), a importância da presença do afeto na construção das relações entre crianças e jovens com os profissionais das políticas públicas de acolhimento.

Ayres et al. (2009), ainda na temática de instituições de acolhimento, ressalta como potencialidade de superação da normatização do poder judiciário sobre a vida dos jovens e da lógica repressiva voltada para a culpabilização dos indivíduos e da família pobre, a tomada efetiva da ideia de “rede” como algo em constante construção e articulação. Para tal, o funcionamento pleno das redes de proteção a crianças e jovens deve ser tomado como um trabalho coletivo, não apenas responsabilizando o Estado, mas também, a sociedade civil, em conjunto com os profissionais que atuam nas instituições de acolhimento, a fim de garantir e promover novas lógicas e práticas de proteção a essas pessoas.

Dialogando com Ayres et al. (2009) por intermédio de uma perspectiva crítica, Scisleski et al. (2012) propõem o questionamento do lugar que a sociedade dá e legitima a certas normas, sendo esse o encontro entre os saberes psicológicos e jurídicos e também presentes em toda sociedade moderna.

Scisleski et al. (2012) acrescentam a essa constatação o fato de que é comum, por parte dos saberes psi, despreverem os jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade como imediatistas, impulsivos, inconsequentes e sem perspectivas de futuro e que, a partir dessas concepções, constroem-se intervenções que se dão pelo viés único da disciplina, correção e contenção.

Em vista disso, traça-se um paralelo dessas concepções com a construção e implementação de políticas públicas:

Quando lançamos um olhar mais atento para as políticas públicas que se propõem a cuidar dessa população, a caracterização desses indivíduos e famílias como sujeitos disfuncionais e potencialmente perigosos é a justificativa da necessidade de intervenção do Estado, visando à proteção desses sujeitos porque sua história e seus modos de vida se parecem com

as histórias e os modos de descrever a vida de sujeitos que já se envolveram em atos ilícitos e violentos. Relação essa produzida essencialmente por saberes psi. Esses sujeitos ameaçam a ordem social não somente pela via da segurança pública, mas porque denunciam a falência das nossas instituições de disciplinamento e os limites dos conhecimentos que produzimos. (Scisleski et al., 2012, p.27)

O que se desdobra a partir disso e da ampliação das práticas psicológicas no interior das políticas públicas, segundo as autoras, é a estatização da vida, por meio de um discurso naturalizado de jovem que constitui práticas reducionistas, buscando uma formatação, um contorno, um gerenciamento dessa vida.

Por conseguinte, Scisleski et al. (2012) entendem que, por meio da compreensão dos discursos acerca dos jovens e das práticas que são realizadas com essa população, vendo essas como algo que as constitui, cria-se a possibilidade de estabelecer novas relações da psicologia no que diz respeito ao seu lugar de atuação com os jovens. Além disso, no que diz respeito ao jovem em conflito com a lei, deve-se olhar de maneira crítica para as políticas públicas que mantêm suas práticas pautadas nos discursos “re”, como ressocialização, reabilitação, reeducação, reinserção.

Bock (2007) se alinha a perspectiva de Scisleski et al. (2012), no que diz respeito a crítica a uma concepção de juventude sustentada por muitas áreas da Psicologia, que naturaliza, patologiza e culpabiliza os jovens, dificultando a construção de políticas públicas adequadas a juventude e que possibilitem a compreensão do jovem alicerçada em uma leitura crítica da sociedade e das relações que esse estabelece.

Portanto, é preciso superar as concepções que apresentam as características da adolescência e juventude de forma naturalizada, estabelecendo a essa um conceito de crise passageira entre a infância a vida adulta, universalizando e tomando todos os jovens como iguais, independentemente de sua cultura ou contexto social.

Dessa maneira, Bock (2007) expõe que as concepções da Psicologia têm uma compreensão liberal de indivíduo, fruto do pensamento moderno, que acabam por naturalizar e patologizar a adolescência e a juventude e, dessa forma, não contribuem para problematizar as relações sociais e formas de vida como estando relacionadas à

gênese das características da adolescência e da juventude, logo, se eximindo da contribuição na construção de políticas sociais para a juventude. Conforme propõe:

A Psicologia não deve manter-se divulgando e reforçando estas visões, pois não contribui para a construção de políticas sociais adequadas para a juventude; não ajuda a construir projetos educacionais adequados para manter os jovens na escola e a inserir os jovens nos grupos e nas instituições que têm como vocação o debate sobre a juventude. Enfim, a visão naturalizante da adolescência é mais do que uma visão que acoberta as determinações sociais; é uma visão que impede a construção de uma política social adequada para que os jovens possam se inserir na sociedade como parceiros sociais fortes, criativos, cheios de projetos de futuro. (BOCK, 2007, p. 75)

Essa conclusão leva a autora a contestar as práticas estabelecidas por meio dessas perspectivas, as quais, segundo ela, tornam-se remediativas, curativas e terapêuticas, pois, tentarão observar um trajeto natural e universal, previsto pela natureza e, assim, se algo desviar-se da naturalidade, lá estará o profissional para corrigir e adaptar o sujeito ao que se considera “normal” para aquela faixa etária. Além disso, ao tomar essa perspectiva como orientadora de uma prática a profissional não produz intervenções ativas que interfiram na constituição da adolescência e da juventude.

Sendo assim, as profissionais de psicologia estão:

[...]perdendo a possibilidade de contribuir na construção de políticas públicas para a juventude que, entendendo a adolescência como um período do desenvolvimento com suas características constituídas nas relações sociais e nas formas de produção da sobrevivência, possam contribuir para a resignificação, pelo adulto, deste período e sugerir novas formas de relacionamento que tenham no jovem um parceiro social. (BOCK, 2007, p.75)

Por fim, Bock (2007) concorda com Ayres et al. (2009) acerca da responsabilidade da sociedade civil sobre os jovens, não apenas entregando ao Estado essa tarefa.

Em vista disso, postula que a maneira como os jovens se apresentam ao mundo e se relacionam com esse deve ser compreendida como fruto das relações sociais, condições de vida e dos valores sociais presentes na cultura, logo, deve ser tomado como responsabilidade de todos que constituem um contexto social a formação e a construção social de nossa juventude. E, é papel das psicólogas contribuir com seus aprendizados e saberes para que essa concepção de responsabilização social pela juventude seja efetivada e mantida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a investigar as interfaces entre psicologia e políticas públicas voltadas a juventude a fim de potencializar o combate e a superação das desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. A fundamentação teórica se deu a partir da perspectiva da psicologia sócio-histórica e de concepções que dialogassem com essa, buscando a compreensão do processo histórico na constituição da subjetividade e dos fenômenos sociais.

Faz-se imprescindível salientar que se reconhece o grande número de políticas públicas em que as juventudes estão presentes, dessa forma, diante da impossibilidade e inviabilidade de análise de todas elas, este trabalho limitou-se a compreender e analisar uma parte dessas políticas, presentes nas referências teóricas e nos artigos analisados. Foram analisados artigos que problematizaram políticas públicas voltadas a juventude no campo da educação, trabalho e redes de proteção dos direitos da criança e juventude. Além disso, também se apresentou a construção histórica do processo de estruturação das políticas públicas para essa população até a promulgação do ECA e algumas análises com base na leitura de documentos que definem princípios e diretrizes para a construção de políticas públicas voltadas a juventude.

Para iniciar o debate, é necessário expor que a presença da pauta juventude na estruturação e implementação de políticas públicas é recente no Brasil e ainda está em processo inicial de construção, vide a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), criados em 2005. Essa conquista trouxe programas e políticas de Estado voltadas e pensadas especialmente para o público de 15 a 29 anos, os considerados “jovens” pelo Estado brasileiro, conforme delimita o Estatuto da Juventude (2013).

A recente introdução dessa pauta colocada no campo das políticas públicas pôde ser notada ao longo da produção deste trabalho, uma vez que, por meio da coleta de dados, foi possível identificar um aumento gradual no número de publicações encontradas que discutiam as políticas públicas voltadas a juventude, principalmente dentro da psicologia. Do ano 2000 ao ano 2009 foram encontradas um total de 27 publicações em relação ao tema e, do ano de 2010 ao ano de 2014 encontrou-se o mesmo número, o que nos

mostra que em cinco anos produziu-se a mesma quantidade em relação aos outros dez anos.

Essas constatações, diante do número dessa população no Brasil (51 milhões de pessoas no ano de 2010, segundo o IBGE), mostram que a juventude vem sendo mais problematizada em nosso país nos últimos anos, dada a importância que o Estado brasileiro passou a atribuir a essa população. Esse reconhecimento, passa a ser instituído de forma mais veemente na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (mais especificamente no ano de 2003), estabelecendo inclusive espaços de consulta pública e participação na construção das políticas públicas, constituindo estratégias como, por exemplo, as Conferências Nacionais de Juventude.

Uma consideração plausível a ser feita é em relação ao reflexo da desigualdade regional nos próprios resultados das produções analisadas. Todas elas foram publicadas nas regiões Sudeste ou Sul, apesar de uma delas relatar sobre o desenvolvimento de um programa realizado em Natal/RN, o que comprova a disparidade socioeconômica e acadêmica entre as regiões brasileiras, não em sua potencialidade, qualidade ou competência, mas talvez essa desigualdade se dê em oportunidades, visibilidade, condições financeiras e sociais.

Outra constatação importante deste trabalho se dá por meio da compreensão dos temas centrais nele, uma vez que as concepções acerca da juventude, nas diferentes áreas do conhecimento e na própria psicologia, não se dão de forma homogênea. Por isso, foi possível identificar conceitos que auxiliaram no processo de compreensão dos objetivos propostos, como as concepções de *juventudes e desigualdades*, apresentadas no seu plural para evidenciar a constituição desses fenômenos como multideterminados e atravessados por diversos âmbitos, sendo eles sociais ou subjetivos, sempre pautados nas características da sociedade brasileira.

Com a abertura do debate e da criação ou reestruturação de algumas políticas públicas voltadas a juventude também se percebeu grandes divergências no que diz respeito a compreensão e atuação em relação a essa população. Sendo assim, objetivou-se aqui a preferência por concepções críticas de juventude as quais buscassem uma compreensão desnaturalizante e não universal dessa, reconhecendo sua constituição no processo histórico da sociedade brasileira. Portanto, é necessário reconhecer as desigualdades sociais presentes em nosso país e, além disso, compreender essas como parte da dimensão subjetiva que constitui as relações.

A respeito da estruturação legal da formulação de direitos, nota-se grandes avanços, entretanto, ao olharmos para a garantia e a promoção desses no cotidiano percebe-se uma falta da presença efetiva do Estado. Essa falta pode ser compreendida pela insuficiência financeira nos investimentos em estrutura, tendo em vista a predominância da ideologia neoliberal, que se objetiva por meio do sucateamento das instituições públicas e o fortalecimento das privatizações, do mercado e das instituições privadas; ou por diversas questões que atravessam as práticas, as quais restringem e dificultam as atuações profissionais, tornando-as normalizadoras, ineficazes e reducionistas.

No que diz respeito as práticas em instituições públicas que atendem diretamente os jovens, em muitos casos, notam-se ações (produzidas também pela psicologia) que caminham em um sentido de culpabilização e criminalização do jovem e das famílias, as quais estão estritamente atreladas a sua condição de vulnerabilidade. Essa postura, acaba por reduzir a compreensão dos fenômenos pela taxação dessas pessoas por meio de rótulos e estigmas os quais limitam essas a um ato infracional ou a uma patologia, restringindo e delimitando as potencialidades de transformação daquelas condições por parte desses jovens.

Pode-se acrescentar a esses fatos, a desresponsabilização da sociedade civil na garantia e promoção dos direitos e no exercício do controle social das políticas públicas, pois essas ações não são tomadas como responsabilidade dos indivíduos. Em muitos casos, essa posição é gerada pela própria impossibilidade do acesso aos bens econômicos e culturais, produzindo um ciclo de perpetuação das vulnerabilidades e violações dos direitos, muito presente nas juventudes.

Em resumo, uma grande parte da juventude brasileira é completa ou parcialmente esquecida pelo Estado, uns mais do que outros, inclusive pela constatação que, dentre os jovens em situação de vulnerabilidade, as políticas públicas contemplam mais aqueles que estão melhores inseridos na sociedade. Dessa forma, essa ineficiência na garantia e promoção dos direitos se desdobra em diferentes âmbitos da vida da juventude, seja pela falta de acesso à educação, saúde, renda, alimentação, moradia, cultura, lazer, entre outros.

Por intermédio dos dados apresentados, pode-se constatar essas colocações, uma vez que as pesquisas indicam o alto índice de vulnerabilidade dessa faixa etária da população brasileira, com alguns agravantes em relação a diferentes grupos da sociedade, presentes nas diferenças de classe, cor, gênero e território. Pode-se citar que

os jovens negros do gênero masculino estão muito mais suscetíveis a homicídios, jovens do gênero feminino tem renda muito menor em relação ao masculino, a população rural dispõe de menos serviços públicos em relação a urbana, dentre outros inúmeros exemplos os quais evidenciam o processo de constituição das desigualdades no Brasil. Essas disparidades estão calcadas na luta de classes, no racismo, machismo entre outros atravessamentos que constituem as situações de vulnerabilidade, humilhação e exclusão sociais, as quais constituem a dimensão subjetiva das juventudes brasileiras.

Notou-se também que esses diversos fatores são potencializados pela construção vertical e hierárquica das políticas que, em muitos casos, são pensadas e implementadas com base em conhecimentos técnicos e reducionistas. Por conseguinte, não existe uma preocupação em buscar a participação e a importância de uma horizontalidade na construção de uma política pública que de fato faça sentido e contemple cada indivíduo em sua integralidade, dessa forma, não considerando as reais demandas de uma população a qual se propõe atender, sejam elas individuais ou coletivas. Em virtude desse cenário, segundo a maioria das autoras, também há uma grande disparidade entre os princípios e as diretrizes das leis e das políticas em relação ao que é efetivado na prática pelos profissionais

Dito isso, é importante reconhecer o protagonismo da garantia dos direitos na construção da cidadania e desse processo na constituição subjetiva dos indivíduos, incluindo a compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e a necessidade dessa leitura na estruturação de políticas públicas que visem a transformação das desigualdades. Uma vez que, por meio dos conhecimentos da psicologia sócio-histórica pode-se afirmar que a subjetividade se constitui em uma relação dialética entre sujeito e sociedade, na qual, ao atuar sobre o mundo e assim transformá-lo, o sujeito também é transformado.

Esse posicionamento crítico leva a reflexão acerca de qual prática as psicólogas estão desempenhando dentro das políticas públicas, sejam elas voltadas para a juventude ou não. O que se nota, muitas vezes, são práticas estritamente técnicas e naturalizadoras, as quais não reconhecem a dimensão subjetiva das desigualdades sociais, advindo de teorias construídas por ideologias hegemônicas que reduzem a compreensão da subjetividade, patologizam e despotencializam os jovens pois não se apropriam das relações que constituem a realidade das juventudes brasileiras.

Ao formular críticas em relação a essas concepções e práticas, a psicologia deve atuar por um compromisso social no campo das políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades, se responsabilizando e se posicionando, a fim de superar a histórica neutralidade da profissão, fruto de um pensamento colonizado que limita e deturpa a compreensão do processo de constituição subjetiva dos indivíduos. Dessa forma, as psicólogas devem participar e serem protagonistas na criação e implementação de políticas públicas e na atuação profissional nessas, trazendo a potencialidade da superação das desigualdades na construção coletiva com a sociedade civil.

Esse compromisso social da psicologia foi construído ao longo do processo histórico da sociedade brasileira e está longe ser uma posição unânime na classe, porém, essa perspectiva em psicologia vem se fortalecendo e se constituindo de outras maneiras desde o surgimento e consolidação da psicologia comunitária e do processo de reabertura democrática do país. É cada vez maior o número de psicólogas nas instituições públicas ou em espaços democráticos de construção de uma psicologia crítica e posicionada, atenta a falência do sistema capitalista e ao sofrimento e humilhação que esse cenário desencadeia na constituição subjetiva dos indivíduos.

Nesse sentido, no que diz respeito a participação das psicólogas nas instituições e nas políticas públicas, ressalta-se a criação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) que nasce com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento e manutenção da construção do compromisso social da psicologia. A promoção se dá por meio da sistematização e divulgação de conhecimento de interfaces entre práticas psicológicas e políticas públicas, dando subsídio as psicólogas que atuam no campo e promovendo essa área de atuação e a aproximação dos conhecimentos teóricos com as práticas realizadas nos serviços.

Dentre as produções estão 13 referências técnicas nos diferentes campos de atuação da psicologia nas políticas públicas, além disso, também estão disponíveis relatos de práticas inovadoras, resumos de relatório sobre dados qualitativos de práticas profissionais, guias de contribuições para gestores. As publicações apresentam boa abrangência nas temáticas que permeiam a juventude com o enfoque nas políticas públicas específicas já estruturadas e implementadas, apresentando referências técnicas para atuação em serviços no campo da educação, saúde, proteção social, saúde mental, garantia ou violação dos direitos.

É preciso ressaltar a criação desse centro e dessas referências, pois, encontrou-se ao longo desse trabalho, uma grande quantidade de críticas muito bem fundamentadas acerca das dificuldades, falhas e processos contraditórios, tanto nas diretrizes das políticas públicas voltadas a juventude, quanto nas práticas estabelecidas pelos profissionais. Todavia, notou-se uma presença menor de ideias e propostas de superação dessas condições adversas estabelecidas no cotidiano do desenvolvimento das práticas dentro dessas políticas.

Nas produções analisadas, as autoras propõem algumas formas de superação em relação a essas críticas como, por exemplo, a criação de novos mecanismos e estratégias que possibilitem a participação ativa dos jovens no planejamento, execução e análise dos programas e discussões de temas os quais dialoguem com a realidade dos jovens, auxiliando no enfrentamento das questões relevantes a eles

Isso se concretiza por meio da compreensão dos discursos e das demandas dos jovens no diálogo com as práticas que são realizadas com essa população. Tentando, dessa maneira, entender a importância desse processo de troca, para assim, criar a possibilidade de estabelecer novas relações da psicologia no que diz respeito ao seu lugar de atuação com os jovens.

Além disso, é imprescindível a compreensão da importância da correlação entre a ação cotidiana e os princípios e diretrizes dos documentos. Pode-se justificar essa constatação pela possibilidade do desenvolvimento de práticas efetivas de transformação, potencializando o surgimento de perspectivas e propostas inovadoras e diferenciadas e, assim, reconhecendo a contribuição do protagonismo da psicologia por meio da inserção de suas concepções, tanto na formulação das políticas públicas, quanto no embasamento para as práticas profissionais.

Todavia, tem-se como indispensável o desenvolvimento da prática em rede, construindo atuações profissionais as quais visam abranger questões do indivíduo em sua integralidade. Portanto, a atuação em políticas públicas deve ser tomada como um trabalho coletivo, não exclusivamente responsabilizando o Estado, mas também, criando processos de responsabilização da sociedade civil, em conjunto com os profissionais que atuam nas instituições de diferentes âmbitos e saberes, a fim de garantir e promover novas lógicas e práticas de atenção e acolhimento a essas pessoas.

Para tal, deve-se ter como papel da psicologia em sua atuação nas políticas públicas voltadas a juventude, a importância da contribuição de suas concepções e saberes na construção coletiva de responsabilização social pela juventude, tendo como objetivo final a efetivação e manutenção desse processo. Em vista disso, a psicologia tem de estar cada vez mais presente nas políticas públicas, porque, dessa forma, coloca seus saberes e contribuições em consonância com os princípios de universalidade e equidade das políticas públicas, dispondo-se a compartilhar suas concepções e práticas com todos, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por meio dessa atuação, a psicologia também passa a transformar suas concepções e práticas, entrando em contato com a real juventude brasileira, deparando-se com suas dificuldades e potencialidades, construindo um saber pautado na compreensão do real jovem brasileiro, aquele pelo qual irá se construir e reconstruir a psicologia.

Tendo isso em vista, é necessário dar continuidade a construção de uma psicologia que não naturaliza e universaliza os fenômenos, uma psicologia comprometida com as questões sociais e o bem-estar dos indivíduos, que reconhece as desigualdades, preconceitos e exclusões como fenômenos que constituem as relações e a subjetividade das juventudes, principalmente em um país desigual como o Brasil.

Alguns setores da psicologia mostram-se empenhados na tarefa de alinhar-se ao compromisso social de transformação das relações de desigualdade na sociedade brasileira e, sendo assim, todas as publicações aqui expostas representam, por diferentes vieses, a preocupação com o reconhecimento das desigualdades e o compromisso na construção de uma psicologia que se posicione e se responsabilize perante esse cenário.

Como já enfatizado em outros momentos, é imprescindível a compreensão do processo histórico para entender a constituição dos fenômenos aos quais se pretende olhar. No atual Brasil, no ano de 2016, identifica-se condições alarmantes das desigualdades, sejam elas de classe, cor, gênero, orientação sexual dentre muitas outras. Essas desigualdades, na última década e na primeira metade da atual, vinham sendo reconhecidas e problematizadas, ainda que a tentativa de sua superação viesse sendo realizada de forma branda, lenta ou pequena. Isso se deu por meio de gestões federais que, dentro do possível, preocuparam-se em reconhecer as escandalosas desigualdades sociais no Brasil e, a partir disso, criaram pequenas estruturas de mudança na perpetuação perversa dessas, inclusive atentando-se as questões específicas da

juventude e reconhecendo as demandas e dificuldades dessa população, buscando então a garantia e promoção dos direitos dos jovens.

Entretanto, o recente e frágil sistema democrático brasileiro, foi atentado por um golpe, retirando à força da retórica jurídica e de maneira inconstitucional, a atual presidenta da república de seu cargo. Dessa forma, o país segue sendo comandado, mesmo que de forma interina, por forças políticas as quais representam e fortalecem os interesses do capital e daquela ínfima parte da população brasileira que se beneficia com essa estrutura.

Sabe-se que o sistema neoliberal vai na contramão do fortalecimento das políticas públicas, da garantia de direitos por meio dessas e da superação das desigualdades. Esse sistema econômico tem o objetivo de fortalecer o setor privado e colocar o Estado, por meio do poder do capital, a seu serviço, para manipulação, manutenção e execução de seus pressupostos. Dessa forma, tem-se um sucateamento de tudo o que é público, principalmente das políticas públicas, as quais vinham contribuindo gradativamente para a diminuição das desigualdades no Brasil. Em última análise isso significa que terá acesso aos direitos de saúde, educação, cultura, lazer, entre outros, apenas aqueles que possuem condições financeiras satisfatórias (delimitadas pelo mercado) de os adquirirem.

Em poucos dias, ministérios, políticas e estruturas democráticas foram extintos, desdobrando-se inclusive sobre a Secretaria Nacional da Juventude, a qual, juntamente com as Secretarias das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, passaram a fazer parte do Ministério da Justiça, a fim de enxugar a máquina pública e limitar o espaço de atuação do Estado e autonomia dessas secretarias.

A transposição e efetivação dos ideais neoliberais representadas por um governo ilegítimo no Brasil, contrapõe-se a toda a pesquisa desenvolvida e conclusões realizadas neste trabalho, as quais apontam a importância das políticas públicas e da responsabilização da psicologia e da sociedade civil pelas questões sociais.

Diante desse cenário, deve-se reconhecer que o sucateamento dos serviços públicos coloca em cheque a construção efetiva de políticas públicas e, portanto, a qualidade do acesso a esses serviços por parte da população. Sendo assim, esse novo modelo se apresenta como um atentado ao fortalecimento do compromisso social da profissão em

seu enfrentamento as desigualdades, assim como os princípios de universalidade e equidade das políticas públicas

O autor se vê diante da necessidade de posicionar-se contra essa ideologia e o processo antidemocrático que se estabeleceu recentemente para evidenciar, por meio desta produção, a iminência dos retrocessos em todas as conquistas populares produzidas a partir do processo de redemocratização das últimas décadas.

Além disso, se destaca aqui, a importância do posicionamento da psicologia perante as questões políticas e sociais atuais, buscando uma superação da imparcialidade ou da neutralidade, tendo em vista o impacto que uma estrutura antidemocrática e os retrocessos anunciados na desconstrução de políticas públicas (ou de seu sucateamento) causam na subjetividade das brasileiras e brasileiros. Esse cenário torna-se mais adverso principalmente àqueles que serão ainda mais esquecidos por um Estado que enaltece e mantém o fortalecimento do mercado em detrimento às superações das desigualdades.

Tendo em vista a vulnerabilidade exposta nos dados, a recente inserção da juventude nas políticas públicas como pauta e a iminência de um projeto neoliberal que coloca o direito mediante a sua compra, sabe-se o grande prejuízo que essa ideologia e sua implementação acarretarão na vida das juventudes brasileiras. É nesse momento em que a psicologia, conjuntamente com a sociedade civil, deve intensificar seu compromisso social e posicionamento em busca da garantia e promoção dos direitos nos diferentes espaços de atuação na sociedade.

Portanto, essa postura deve se objetivar por meio da presença cada vez mais constante de uma psicologia crítica em diferentes espaços de luta, debate e militância, inclusive dentro da atuação nas políticas públicas. Pois, é dessa forma que as psicólogas podem, por intermédio de um posicionamento pautado no enfrentamento às desigualdades e na luta pela garantia da universalidade dos direitos, contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, W. M. J. Consciência e atividade: Categorias fundamentais da psicologia Sócio-Histórica. In: Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia, 2001. Cap. 5 p. 95-112
- Almeida, Arthemis Nuamma Nunes De; Campos, Caroline Cristina De Arruda; Santos, Luana Isabelle Cabral dos e Paiva, Ilana Lemos de. Juventude e violência: o que pensam os jovens de um projovem urbano em Natal/RN. Temas psicol. Ribeirão Preto, 2014 – Texto completo: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n4/v22n04a14.pdf>
- Aquino, L. Castro, J. A. De; Andrade, C.C. Introdução. In: Juventude e políticas sociais no Brasil - Brasília: Ipea, 2009. P. 23-40.
- Ayres, Lygia Santa Maria; Cardoso, Ana Paula; Pereira, Lívia Cretton. O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude. Fractal, Rev. Psicol. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100010&lng=pt&nrm=iso.
- Bock, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. Psicol. Esc. Educ. (Impr.), Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, junho 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-18572007000100007&lng=en&nrm=iso.
- Brasil. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/lei_1962_4119.pdf
- Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990- Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm
- Brasil. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm
- Brasil. Presidência da República. Secretaria-Geral. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014/ Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – Brasília: Presidência da República, 2015.
- CFP, Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília, 2013.
- CFP, Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) no CAPS -Centro de Atenção Psicossocial / Conselho Federal de Psicologia. -Brasília, 2013.
- Frezza, Marcia; Maraschin, Cleci; Santos, Nair Silveira dos. Juventude como problema de políticas públicas. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 313-323, dez. 2009.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300004&lng=en&nrm=iso>.

Furlan, Vinicius; De Paula Souza, Telma Regina - Exclusão/Inclusão Social: Políticas Públicas de acolhimento institucional dirigidas à Infância e Juventude - Diálogo, Canoas, 2013

Furtado, O.; Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. M. O psiquismo e a subjetividade social. In: Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia, 2001. Cap. 4 p. 75-94

Gonçalves, M. G. M. Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens. In: Ozella, Sergio. Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Editora Cortez, 2003. p. 41-62

Gonçalves, M. G. M. Psicologia, subjetividade e políticas públicas, 2010

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010, e Contagem da População 1996. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/populacao-total-1980-2010.html>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Rio de Janeiro, 2001/2002. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br.

Lyra, J.; Sobrinho, A. Políticas públicas de juventude: saúde em pauta? In: Papa, F. de C.; Freitas, M. V. de; Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil. Peirópolis, 2011. p. 103-138.

Medina, G. Um novo momento para as juventudes no Brasil. In: Papa, F. de C.; Freitas, M. V. de; Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil. Peirópolis, 2011. p. 205-208.

Ozella, Sergio. A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In: Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Editora Cortez, 2003. p. 17-40

Rey, F. G. Personalidad, sujeto y psicología social. In: Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. M.; Furtado, O. (org.). Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia, 2001.

Scisleski, Andrea Cristina Coelho et al., Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, p. 19-34, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672012000300003&lng=pt&nrm=iso>

Silva, Roselani Sodr e da; Silva, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, dez. 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792011000300013&lng=en&nrm=iso.

Singer, Paul. A cidadania para todos. In: Gonçalves, M. G. M. Psicologia, subjetividade e políticas públicas, 2010, P.53-54.

Souza, C.; Paiva, I. L. (2012). Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estud. psicol.* (Natal) vol.17 no.3 Natal set. /dez. 2012- Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300002.

Sposito, Marília Pontes; Carrano, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, Dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso><http://dx.doi.org/10.1590/S1413-4782003000300003>

Waiselfisz, J. J. (2007). Relatório de desenvolvimento juvenil. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana.

Waiselfisz, J. J. (2010). Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari.

Waiselfisz, J. J.; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil e Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) Mapa da violência 2015: anatomia dos homicídios no Brasil, 2015

Wanderley, B. M.; Bógus L.; Yazbek C. M. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. *Desigualdade e a questão social*, 2013. Cap. 4 p. 61-172

ANEXOS

1. Primeira, segunda e terceira coletas de dados

*Almeida, Arthemis Nuamma Nunes de; CAMPOS, Caroline Cristina de Arruda; Santos, Luana Isabelle Cabral dos e PAIVA, Ilana Lemos de. **Juventude e violência: o que pensam os jovens de um projoovem urbano em Natal/RN.** Temas psicol. Ribeirão Preto, 2014– Artigo*

Resumo: A juventude tem ganhado mais espaço na mídia, nas pesquisas acadêmicas e nos debates públicos, especialmente, por ser um grupo social que vivencia diversos contextos de vulnerabilidade. Em resposta às situações adversas que permeiam a vida dos jovens, tem-se a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projoovem) que, em 2008, passa a ser executado a partir de quatro modalidades (Adolescente, Urbano, Trabalhador e Campo). Tal pesquisa aconteceu na modalidade Projoovem Urbano (PJU) e objetivou analisar a relação juventude-violência, a partir do ponto de vista dos jovens, e a contribuição do PJU para essa questão. Foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas com os jovens do PJU, bem como a análise documental da sua estrutura curricular. Esses dados foram analisados a partir do Método Comparativo Constante (MCC), baseado na Teoria Fundamentada, que busca compreender o fenômeno sob a perspectiva dos participantes. Os resultados demonstraram que o tema da violência aparece frequentemente na fala dos jovens sob a forma de exemplos e indicações de possíveis determinantes, e também que os jovens se configuram como autores, vítimas e expectadores da violência. A respeito da contribuição do PJU, percebe-se que o programa contempla em seu currículo a temática da violência, embora as discussões e debates não alcancem todos os jovens participantes. Conclui-se que o PJU deve avançar no sentido de investigar seus efeitos para os jovens e melhor definir o método de operacionalização do currículo, contribuindo para redimensionar as possibilidades de mudanças e construção de novos projetos de vida para os jovens usuários. (AU).

Texto completo <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n4/v22n04a14.pdf>

Base de dados: BVS-psi Brasil

*Alves, Camila Aloisio; Brandao, Elaine Reis - **Vulnerabilidades no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens: interseções entre políticas públicas e atenção à saúde** - Ciênc. saúde coletiva vol.14 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2009*

Resumo: O artigo discute situações de vulnerabilidade no uso de métodos contraceptivos nas relações afetivo-sexuais na adolescência e juventude. O material analisado reúne dezessete entrevistas, semiestruturadas, com jovens de 18 a 24 anos (nove moças e oito rapazes), de classes populares do município do Rio de Janeiro, que haviam tido ao menos um episódio de gravidez na adolescência. Também foram discutidos a recente implementação de políticas públicas voltadas à sexualidade e à saúde reprodutiva dos adolescentes e o posicionamento de profissionais de saúde sobre o tema, no âmbito do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (PAISMCA/SES-RJ). Os resultados mostram que existem descontinuidades no uso dos métodos contraceptivos, tendo em vista que os relacionamentos entre adolescentes são marcados por forte hierarquia de gênero e pela ausência de uma formação adequada sobre sexualidade no contexto familiar e escolar. Há pouco espaço para o acolhimento dos jovens nos serviços de saúde e escolas, impedindo que as questões sobre sexualidade sejam tratadas de maneira a sensibilizá-los. Há também barreiras culturais que dificultam uma abertura maior da sociedade para que o tema seja abordado de maneira menos preconceituosa, tornando a iniciação sexual um processo repleto de silêncios e reprovação moral.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200035&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Amparo, Deise Matos Do et al. - **Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção** - Estud. psicol. (Natal) vol.13 no.2 Natal May/Ago. 2008

Resumo: Este estudo visou investigar fatores sociais e pessoais que possam servir como proteção a adolescentes e jovens em situação de risco social e pessoal. Os participantes foram 852 adolescentes e jovens, cursando o ensino médio em escolas públicas do Distrito Federal, com idade entre 13 e 27 anos, que responderam a um questionário com 109 questões sobre risco e proteção em seu desenvolvimento. Os resultados enfocam as redes de proteção (família, escola, amigos) e os fatores pessoais (autoestima, religiosidade-espiritualidade). Os adolescentes e jovens apresentam processos de resiliência global (social, emocional e acadêmica), evidenciando a confiança em si mesmos e na rede composta por escola, família e amigos. A análise dos dados enfatiza a compreensão contextual da adolescência e juventude no Brasil e a necessidade de implementação de políticas públicas para essas populações que permitam o exercício e a significação de suas experiências positivas e protetivas.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2008000200009&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Andrade, Elisabete Agrela de; Bogus, Cláudia Maria - **Políticas públicas dirigidas à juventude e promoção da saúde: como a proposta de auxiliares da juventude foi traduzida em prática.** - Interface (Botucatu) vol.14 n.35 Botucatu Out./Dec. 2010

Resumo: Este artigo discute uma intervenção em políticas públicas voltada para a juventude no município de São Paulo, com a finalidade de debater o funcionamento e as dificuldades que esta proposta encontrou ao ser traduzida na prática cotidiana dos gestores municipais. Teve como objetivo analisar o trabalho dos auxiliares da juventude do município e refletir a respeito dos princípios e das estratégias da promoção da saúde. Trata-se de estudo qualitativo, utilizando questionários e entrevistas, procurando aproximar a experiência prática da discussão teórica. O discurso teórico conceitual foi convincente quanto à importância deste ator social na construção de políticas públicas, entretanto sua prática mostrou que não foi efetivo pelo pouco mérito e pouca sustentabilidade despendidos ao propósito. O espaço da saúde pública pode ser um locus privilegiado no sentido de contribuir para a proposição de intervenções para esse público.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000400011&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Ayres, Lygia Santa Maria; Cardoso, Ana Paula; Pereira, Livia Cretton - **O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude** - Fractal, Rev. Psicol. vol.21 no.1 Rio de Janeiro Jan./Abr. 2009 - Artigo

Resumo: A partir de uma pesquisa acerca de produções acadêmicas referentes à temática abrigo, objetivando cartografar subjetividades construídas dentro de abrigos, analisamos textos (livros, artigos, dissertações e teses), no período de 2000 a 2008 referentes a essa temática. Debruçamo-nos sobre esse material com a finalidade de dar visibilidade aos discursos/práticas que estão sendo produzidos, traçando um breve histórico das medidas de assistência e proteção à infância e à brasileiras. A partir do conteúdo dos textos foram levantadas

diferentes categorias de análise, porém aqui estamos priorizando os debates relativos a uma delas: "Rede de Assistência ao Abrigo". Tomando o referencial da Análise do Discurso, o presente artigo problematiza as redes de proteção das políticas públicas de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Constatamos que, grande parte dos textos estudados mencionava a fragilidade das redes de proteção como responsáveis pela permanência de crianças e adolescentes em abrigos.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Base de dados: BVS-psi Brasil

Bock, Ana Mercês Bahia - A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores - Psicol. Esc. Educ. (Impr.) vol.11 no.1 Campinas Jan./Jun. 2007- Artigo

Resumo: A adolescência tem sido tema de interesse na sociedade e, conseqüentemente, a Psicologia tem dedicado a ela espaço importante, tanto no campo da Psicologia do Desenvolvimento quanto nas áreas de Psicologia da Educação e Psicologia Social. Livros, revistas e publicações têm sido produzidos para levar aos pais e educadores um saber mais técnico sobre a adolescência. O interesse de nosso estudo se colocou exatamente na concepção de adolescência apresentada nestas publicações e se propôs a uma análise crítica, indicando as conseqüências de concepções naturalizantes, tanto na prática educativa quanto na fragilidade das políticas públicas neste setor. Com base na perspectiva sócio-histórica em Psicologia, pretendeu-se contribuir para a divulgação e desenvolvimento de uma concepção de adolescência como produção social, indicando possibilidades de novas práticas e subsídios para a construção de políticas públicas para a juventude, levando-se em consideração a adolescência a partir de sua natureza histórica.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000100007&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Brito, Antonio José Rollas de - Consórcio Social da Juventude de São Paulo: tecendo considerações sobre as escolhas e as perspectivas de inserção no mundo do trabalho das juventudes - Imaginario v.11 n.11 São Paulo dez. 2005 - Artigo

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a primeira experiência de implantação do Consórcio Social da Juventude, do Programa Primeiro Emprego, na cidade de São Paulo. O eixo norteador da apresentação é o projeto metodológico do programa, com foco de análise no processo de escolha dos cursos de capacitação pelas juventudes, bem como a relação desta com a perspectiva de inserção no mercado do trabalho. Os resultados obtidos com base em pesquisas quantitativas indicaram que o maior desafio desse programa para a inserção dos jovens não está nas juventudes, mas na ausência de espaços de escuta das políticas públicas, na falta de políticas públicas estruturais, em consonância com as emergenciais, e na própria dinâmica de autoregulação do mercado de trabalho(AU)

Texto completo: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2005000200008&lng=pt&nrm

Base de dados: BVS-psi Brasil

Broide, Jorge - A psicanálise nas situações sociais críticas: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias - São Paulo: s.n, 2006. vii, 196 p - Tese

Resumo: Esta pesquisa trata da violência que abate a juventude das periferias das grandes cidades. O referencial teórico utilizado é a obra de Freud e da Escola Argentina de Psicanálise, em especial, Enrique Pichon Rivière. Foram realizadas oito sessões de grupo operativo em uma instituição que trabalha com a problemática da violência e que possuía um programa de formação de lideranças jovens na Zona Sul da cidade de São Paulo. Dois jovens desse grupo cometeram homicídio em uma briga banal, a partir de um conflito entre turmas numa festa de sexta-feira à noite, caso típico da periferia. Eles não foram presos. A instituição convidou-nos para coordenar o grupo que teria por tarefa descobrir a razão pela qual alguns jovens matam e outros não. Participaram do grupo operativo não só os dois jovens em questão, como outros (muitos deles sobreviventes de chacinas), além de alguns intelectuais, gerentes e diretores da instituição, mais ou menos vinte pessoas ao todo. O grupo operativo foi utilizado como instrumento de pesquisa do campo social, buscando os vínculos mais profundos e as razões implícitas e inconscientes da violência que afeta vasta parcela de nossa juventude. Esperamos que as conclusões sejam úteis também para a formação de profissionais que trabalham diretamente nesse campo, formulando as políticas públicas e os programas de atendimento. As categorias elaboradas a partir do material clínico foram: o território da periferia, que retrata o cotidiano da violência; a palavra, que relaciona sua presença ou sua ausência no que se refere às passagens ao ato; os processos de identificação, que trazem à tona a dinâmica familiar; e a diferença entre classes sociais que aborda o conflito de classes e relações sociais vividos pelos jovens (AU)

Texto completo: http://www.sapientia.pucs.p.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3122

Base de dados: BVS-psi Brasil

Conselho Federal de Psicologia - Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único De Assistência Social (SUAS) – informações para gestoras e gestores - Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2011.

Texto completo: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/12/GestoresSuasfinanl-corrigido.pdf>

Base de dados: CREPOP

Conselho Federal de Psicologia - Referências técnicas para atuação do(a) Psicólogo(a) em Medidas socioeducativas em Meio Aberto - Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012.

Texto completo: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/10/Atua%C3%A7%C3%A3o-dasos-Psic%C3%B3logasos-em-Programas-de-Medidas-Socioeducativas-em-Meio-Aberto.pdf>

Base de dados: CREPOP

Conselho Federal de Psicologia - Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica - Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013.

Texto completo: http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/04/MIOLO_EDUCACAO.pdf

Base de dados: CREPOP

Conselho Federal de Psicologia - Referências Técnicas para a atuação de psicólogos no âmbito das Medidas Socioeducativas em Unidades de Internação - Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2010.

Texto completo: http://crepo.p.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2015/09/CREPOP_2010_MedSocioEduc-Internacao.pdf

Base de dados: CREPOP

Conselho Federal de Psicologia - Referências Técnicas sobre a Prática de Psicólogos (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS - Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013.

Texto completo: http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/03/CREPOP_CREAS_.pdf

Base de dados: CREPOP

Conselho Federal de Psicologia - Referências Técnicas para atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS - Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2007.

Texto completo: -

Base de dados: CREPOP

Conselho Federal de Psicologia - Referências técnicas para a prática do(a) psicólogo(a) nos programas de DST E AIDS- Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2008.

Texto completo: http://crepo.p.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2010/11/DST_AIDS.pdf

Base de dados: CREPOP

Conselho Federal de Psicologia - Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo - Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2009.

Texto completo: http://crepo.p.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2010/11/Livro_ServicoProtecao_11mar.pdf

Base de dados: CREPOP

Costa, Nina Rosa Do Amaral ; Rossetti - Ferreira, Maria Clotilde - Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes - Psicol. Reflex. Crit. vol.22 no.1 Porto Alegre 2009 - Artigo

Resumo: O acolhimento de crianças e adolescentes que vivenciam violação de direitos tem sido discutido no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas e no meio acadêmico. Tais discussões visam elaborar diretrizes que garantam o direito a convivência familiar e comunitária e evidenciam um campo em reordenamento. Este artigo contextualiza o acolhimento familiar no cenário nacional, considerando-o como uma medida de proteção possível para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Discute-se também o reflexo de algumas perspectivas teóricas que abordam as relações de vínculo afetivo em situações de acolhimento. Argumenta-se que ao fomentar uma nova cultura de acolhimento são necessárias mudanças nas concepções de infância e juventude, nas significações de vinculação afetiva e nas políticas de assistência a infância e juventude.

Texto completo: http://link.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl41?ctx_ver=Z39.88-2004&ctx_enc=info:ofi/enc:UTF-8&ctx_tim=2015-10-20T17%3A16%3A48IST&url_ver=Z39.88-2004&url_ctx_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:ctx&rft_id=info:sid/primoxlibrisgrou.p.com:primox3-Article-gale_ofa&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:&rft.genre=article&rft.atitle=Family+foster+care%3A+a+p

racional da indigência, por meio da filantropia; no século XIX toma outra configuração, a tutelar, no hiato entre os ideais da democracia (igualdade no acesso de direitos sociais básicos) e do liberalismo do mercado (impossibilidade dos ideais democráticos), na tentativa de diminuir a desigualdade social. O trabalho social fundou-se tendo a população infantil como um dos alvos principais de governamentalidade. Em 1990, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) propõe uma perspectiva de direitos ou de cidadania para proteção dessa população. A mutação em curso sugere, no entanto, que o regime tutelar ainda perpassa as práticas em curso já na égide do ECA, como veremos no debate colocado pelas noções de risco e desafiliação. O debate sobre essas noções foi realizado a partir da análise de conteúdo e problematização de produções acadêmicas da base de dados virtual Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS Psi). Escolhemos artigos que trouxessem a definição das noções de risco e desafiliação e que fossem relativos à área da infância. Quanto à noção de risco, identificamos quatro usos: oposta à cidadania; tipológica; desenvolvimentista e econômica. Em relação à noção de desafiliação, encontramos três usos: conforme Castel; oposta à filiação e como um tipo de violência. A diversidade de usos nos permitiu identificar inflexões ora mais afeitas ao regime tutelar ora ao de direitos. Na perspectiva desenvolvimentista e econômica, vários artigos reiteram um estigma da infância em risco/desafiliada como a menoridade, a infância pobre, infância anormal, atípica, ameaçadora, com custo social. As noções de risco e desafiliação estão articuladas a estratégias de governamentalidade e, muitas vezes, podem reiterar o regime tutelar. São diferentes usos que refletem posições ético-políticas diferentes do trabalho social. Convém analisar as práticas no campo social, seus efeitos para que possam se aproximar mais do regime da cidadania e dos direitos da infância. Os aportes de Donzelot e Foucault nos permitiram debater os desafios da implantação de um regime de direitos no âmbito da infância e da adolescência no Brasil e da superação de uma ótica tutelar ou assistencial

Texto completo:

http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10396&gathStatlcon=true

Base de dados: CAPES- periódicos

Frezza, Marcia Maraschin, Cleci- Juventude em discurso nas políticas públicas - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008 - Tese

Resumo: A presente pesquisa teve como questão norteadora a problematização da emergência dos jovens como objeto de investimento de políticas públicas. O trabalho de dissertação se inscreveu no campo de pesquisa em Psicologia Social. Tomou-se como referência teórico-metodológica conceitos e propostas de análise de Michel Foucault. Adicionalmente, foram consultadas obras de autores tais como Dreyfus, Rabinow, Castel e Bauman, e artigos de autores como Sposito, Castro, Rojas e Abramovay. Analisaram-se documentos de dois projetos de políticas públicas de juventude — um no Brasil, o Consórcio Social da Juventude, e outro na Inglaterra, o Northamptonshire Millennium Volunteers — que propõem ações nos campos da educação e/ou da formação profissional. Para a análise, considerou-se o contexto das políticas públicas de juventude nos dois países. Foi possível, ainda, dialogar com alguns gestores e executores dos dois projetos. Deste modo, buscou-se visibilizar os enunciados e discursos sobre juventude que operam nos projetos de políticas públicas, além de destacar os modos de ser jovem que se constituem como emergências possíveis nos projetos analisados. A partir dos elementos elencados dos enunciados, definiram-se três eixos principais de análise: juventude voluntária, juventude vulnerável e juventude trabalhadora. A problematização desenvolvida permitiu falar de relações e de processos mais coletivos que destacam os modos como, na contemporaneidade, se constroem determinadas universalidades de juventudes.

Texto completo: <http://hdl.handle.net/10183/14914?gathStatlcon=true>

Base de dados: CAPES- periódicos

Frezza, Marcia; Maraschin, Cleci; Santos, Nair Silveira dos - **Juventude como problema de políticas públicas** Psicol. Soc. vol.21 no.3 Florianópolis Set./Dez. 2009 - Artigo

Resumo: Tendo como foco discutir concepções de juventudes que se expressam em políticas públicas para jovens no Brasil, concentramos nossa pesquisa no Consórcio Social da Juventude. A partir da perspectiva da Psicologia Social, usamos como estratégia metodológica a problematização e como ferramenta teórica conceitos de Michel Foucault. Buscamos compreender como as práticas discursivas instituídas em políticas públicas definem e denominam parcelas da juventude. Ao problematizarmos as tensões elencadas do material analisado, discutimos quatro concepções de juventude: voluntária, digitalizada, trabalhadora e vulnerabilizada. Estas se constituíram em profícuos indicadores de análise para a problematização dos enunciados dos documentos e entrevistas. A análise sinalizou o quanto as políticas públicas de juventude estão inseridas em uma rede discursiva que desenha, forma e institui modos de viver de jovens - de baixa renda - na contemporaneidade. Observamos que, de forma generalizada, discursos de educação, cidadania, inclusão, entre outros, operam, principalmente, para legitimar programas de políticas públicas.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300004

Base de dados: BVS-psi Brasil

Furlan, Vinicius ; De Paula Souza, Telma Regina - **Exclusão/Inclusão Social: Políticas Públicas de acolhimento institucional dirigidas à Infância e Juventude** - Diálogo, Canoas, 2013 - Artigo

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivos: 1) compreender a realidade de um abrigo, confrontando-a com as diretrizes nacionais; e 2) compreender os sentidos das ações dos profissionais que atuam nesse abrigo. Para isso, foram realizadas observações participante, entrevistas semidirigidas com os profissionais e pesquisa documental. O principal motivador do abrigamento é a situação de envolvimento dos familiares com as drogas. Os profissionais têm clareza da realidade do abrigamento, mas são insuficientes para se garantir os direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar.

Texto completo

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj3Nz_j7fLAhVGhJAKHSNsCXMQFggIIMAE&url=http%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F5113440.pdf&usq=AFQjCNF91mW/LwRhI4Ltn1FVWxRNUfltmq&sig2=cf8omWiguOi9HE4rL7ExVw&bvm=bv.116573086,d.Y2I

Base de dados: CAPES- periódicos

Gesser, Marivete - **Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo** - Psicol. cienc. prof. vol.33 no.spe Brasília 2013 - Artigo

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar subsídios teórico-metodológicos voltados para a atuação profissional do psicólogo nas políticas públicas com base na perspectiva dos direitos humanos. Acredita-se que tal propósito tenha grande relevância no contexto contemporâneo, que vem sendo marcado por processos sociais voltados para a pedagogização e a medicalização dos sujeitos que divergem dos padrões normativos de ser. Para dar conta de tal propósito, propõem-se alguns fundamentos ancorados na perspectiva ético-política de psicologia de Sawaia e na psicologia histórico-cultural de Vygotski. Entre eles, destaca-se que a atuação profissional do psicólogo nas políticas públicas deve: a) voltar-se para o rompimento dos padrões normativos e opressores da diversidade humana, b) considerar a dimensão subjetiva no trabalho junto às

políticas públicas, c) potencializar o sujeito para superar o processo de exclusão e d) promover a participação social dos sujeitos na construção de políticas públicas. Por fim, sustenta-se que a atuação do psicólogo deve ter como horizonte ético a potencialização do sujeito e o reconhecimento de sua humanidade.(AU)

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000500008

Base de dados: BVS-psi Brasil

Glens, Mathias - Órfãos de pais vivos: uma análise da política pública de abrigamento no Brasil - São Paulo: s.n, 2010. 215 , p.- Tese

Resumo: O objetivo desta dissertação é analisar o desenvolvimento da política pública de acolhimento institucional no Brasil atual. Para isso, inicialmente, apresenta-se um breve histórico das políticas dirigidas à infância e juventude em situação de vulnerabilidade, tendo como foco a questão da internação de crianças e adolescentes. Em seguida, abordam-se as mudanças trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) referentes às ações e aos projetos de atendimento dirigidos a esse público. Por fim, por meio da análise de três grandes pesquisas quantitativas a respeito do tema, propõe-se um exercício de comparação entre o que está determinado em lei e nos documentos oficiais de orientação e normatização da política pública e a realidade concreta das instituições de abrigamento, tal como apontada pelas referidas pesquisas

Texto completo: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-09112010-113124/publico/glens_me.pdf

Base de dados: BVS-psi Brasil

Gonzales, Zuleika Köhler Guareschi, Neuza Maria De Fátima - Protagonismo: formas de governo da população juvenil - : Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007 - Dissertação

Resumo: Esta dissertação trata da temática juventude a partir da preocupação da sociedade no desenvolvimento de políticas públicas sociais por esta população. Em um primeiro momento, objetiva-se analisar algumas concepções sobre esta categoria em diferentes momentos da sociedade nas últimas décadas do século XX, no contexto brasileiro, e as implicações das práticas do campo "psi" a partir de discursos que produzem sentidos sobre o que é juventude. Em um segundo momento, discutimos a questão sobre desenvolvimento da cidadania e organização juvenil, colocada como princípio básico no Plano Nacional de Juventude, a fim de problematizar a noção de Protagonismo Juvenil como um modo de governo dessa população.

Texto completo: <http://hdl.handle.net/10923/4961?gathStatIcon=true>

Base de dados: CAPES- periódicos

Goulart, Marcos Vinicius ; Dos Santos, Nair Iracema Silveira- Juventude e biopolítica: o poder jovem enquanto objeto de intervenção política - INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar, Santa Catarina, 2012, Vol.9(1), p, p.305-333 - Artigo

Resumo: Problematiza-se neste artigo, a partir da Psicologia Social, como e em função de quais razões os jovens foram vistos como objeto estratégico de intervenção política global, a partir da década de 1980. Analisando documentos oficiais da Organização das Nações Unidas e outros produzidos no Brasil, sob um referencial genealógico inspirado pelo trabalho filosófico de Michel Foucault, investigou-se uma área tensa que são as práticas direcionadas aos jovens, especialmente os discursos que prescrevem políticas públicas, nos quais eles são tratados como um grupo populacional e, ao mesmo tempo, um grupo politicamente relevante para o progresso

social. O poder jovem aparece, aqui, como um analisador importante que visa refletir sobre uma maneira de encarar a força da juventude que, por um lado é considerada incontrolável e, por outro é canalizável, podendo ser utilizada como um recurso estratégico para os países em desenvolvimento. A pesquisa sinalizou que há um deslocamento importante na problemática dos jovens, mostrando que não é mais a força política contestadora que está em jogo, mas uma força positiva que visa ao desenvolvimento político e social e, por conseguinte, esse é o objetivo estratégico das ações governamentais que visam melhorar a vida da população em geral.

Texto completo: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/1807-1384.2012v9n1p305/22516>

Base de dados: CAPES- periódicos

Haddad, Sérgio; Maria Clara, Di Pierro - **Escolarização de jovens e adultos** - Rev. Bras. Educ. no.14 Rio de Janeiro Maio/Ago. 2000

Resumo : O artigo aborda os processos sistemáticos e organizados de formação geral de pessoas jovens e adultas no Brasil sob a ótica das políticas públicas. Oferece uma visão panorâmica do tema ao longo dos quinhentos anos de história brasileira, dedicando especial atenção à segunda metade do século XX, em que o pensamento pedagógico e as políticas de educação escolar de jovens e adultos adquiriram identidade e feições próprias. Analisa o sentido político que a ditadura militar conferiu à alfabetização de adultos e ao ensino supletivo nos anos 70, as diversas configurações assumidas pelas políticas públicas de educação escolar de jovens e adultos ao longo do processo de redemocratização dos anos 80, assim como a posição marginal conferida a essa modalidade de ensino pela reforma educacional dos anos 90. O ensaio indica como desafios a redefinição dos papéis do poder público e da sociedade na democratização de oportunidades de alfabetização, escolarização básica e educação continuada para que possam responder às crescentes necessidades formativas da juventude e das pessoas adultas no Brasil contemporâneo.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200007&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Hadler, Oriana Holsbach Guareschi, Neuza Maria De Fátima - **Nas trilhas de João e Maria: a produção do sujeito jovem entre práticas de institucionalização, políticas públicas e formas de governo** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul , 2010 - Dissertação

Resumo: Esboçada nas trilhas de questionamentos sobre a tomada do sujeito jovem como objeto de investimento, esta dissertação busca compreender como certas práticas de institucionalização da juventude são produzidas e refletir quais efeitos tais práticas, ao serem tomadas no campo das políticas públicas juvenis, têm sobre o sujeito jovem. O fio condutor para esta análise parte uma instituição de apoio socioeducacional localizada na cidade de Pelotas – o Instituto de Menores D. Antonio Zattera (IMDAZ) –, elegendo como recorte as oficinas ministradas no local bem como a articulação destas com programas apresentados no Guia de Políticas Públicas de Juventude. A escolha em trazer as oficinas e o Guia como as duas materialidades utilizadas como campo de análise toma forma no momento em que ambas vêm servir como estratégia de governo sobre o sujeito jovem. Trata-se de colocar em destaque as articulações do processo de objetivação do sujeito jovem, observando as condições de possibilidade pelas quais a vida (jovem) entra na história a partir de múltiplas relações de poder/saber que atravessam e institucionalizam verdades sobre a população juvenil. Oficina e Guia, nesse sentido, são compreendidos como processos que promovem a construção do sujeito jovem cidadão produtivo. Para essa discussão, este trabalho aposta na estratégia genealógica arquitetada por Michel Foucault para problematizar a configuração do sujeito jovem no decorrer da história. Portanto, este estudo apresenta reflexões

sobre as condições de possibilidade para o surgimento das práticas de institucionalização da juventude no Brasil, problematizando o quanto elas produzem determinadas formas de ser jovem.

Texto completo: <http://hdl.handle.net/10923/4864?gathStatIcon=true>

Base de dados: CAPES- periódicos

Horta, Natália De Cássia; Sena, Roseni Rosângela de - Abordagem ao adolescente e ao jovem nas políticas públicas de saúde no Brasil: um estudo de revisão - Physis vol.20 no.2 Rio de Janeiro. 2010

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar a abordagem e a concepção de adolescente e jovem presentes nos documentos oficiais de saúde publicados pelo Ministério da Saúde, bem como a organização da atenção à saúde proposta para esses sujeitos. Além disso, objetivou contrapor, comparar e relacionar os documentos oficiais com as experiências e pesquisas publicadas nas bases selecionadas, buscando propor estratégias de aperfeiçoamento para as políticas de saúde atuais. Estudo de abordagem exploratória e descritiva, com caráter documental, realizado por meio de revisão de documentos oficiais publicados pelo Ministério da Saúde e de artigos disponíveis em bases científicas selecionadas. Por meio da análise de conteúdo e da estruturação de três categorias analíticas, os dados foram discutidos considerando: a concepção de adolescência e juventude; a perspectiva das políticas públicas para os jovens; e a análise do processo saúde-doença na juventude versus as práticas de saúde. Como resultado, foi possível identificar que a abordagem do setor saúde centra-se no conceito de adolescência, numa perspectiva do risco, com pouco enfoque para a juventude, o que tem repercussão nas políticas públicas estruturadas. Na área da saúde, as publicações analisadas evidenciam a compreensão do processo saúde-doença de forma fragmentada, com pouca repercussão para uma atenção integral à saúde dos jovens. As evidências deste estudo apontam para a necessidade de integração da saúde com outras políticas voltadas para os jovens, a necessidade de diálogo com as produções acadêmicas sobre juventude para a melhoria das ações ofertadas a essa população e a incorporação desse referencial na área da saúde.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000200008&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Leao, Geraldo; Nonato, Symaira Poliana- Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o ProJovem Urbano em Belo Horizonte - Educ. Pesqui. vol.38 no.4 São Paulo Out./Dec. 2012 Epub July 31. 2012

Resumo: O artigo discute alguns resultados de uma pesquisa qualitativa realizada entre 2009 e 2011 que investigou as trajetórias de jovens participantes do Programa ProJovem Urbano (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) no ano de 2009, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Procurou-se compreender a vivência da condição juvenil pelos participantes do programa a partir de suas experiências de escolarização e trabalho e de seus projetos de futuro, para assim compreender os significados e sentidos do programa para eles. Na primeira etapa da pesquisa, foram aplicados 103 questionários a fim de construir um breve perfil socioeconômico dos alunos. Após o levantamento inicial dos dados, duas turmas foram selecionadas e observadas. Posteriormente, foram selecionados dez jovens para a realização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa revelou uma maioria de mulheres, negros e jovens em condições precárias de trabalho ou desempregados e com uma sociabilidade restrita em relação a outros estratos da população. Evidenciou-se que as desigualdades sociais têm uma importância central nas trajetórias de vida desses jovens, com impactos marcantes em suas experiências atuais e em suas expectativas em relação ao futuro. Com base nesse solo comum, foi possível perceber uma diversidade de experiências a partir das quais são produzidos diferentes significados e motivações em relação à

escolarização, o que delimitava também a relação construída com o programa. De uma maneira geral, a busca pela certificação escolar era o principal interesse dos participantes.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000400004&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Liborio, Renata Maria Coimbra; Koller, Silvia Helena - Adolescência e juventude - São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. 340 , p. - Livro

Resumo: Com base em ampla pesquisa com jovens em várias cidades brasileiras, moradores de áreas de vulnerabilidade social, o livro aborda os temas: sexualidade e resiliência, redes de apoio social, religiosidade, gravidez na adolescência e juventude, lazer, trabalho, analisando os fatores de risco e proteção. A comunidade científica, os executores de políticas públicas, os agentes educacionais, de saúde e comunitários encontrarão fundamentação consistente para o desenvolvimento de serviços de atendimento aos adolescentes e jovens

Texto completo: -

Base de dados: BVS-psi Brasil

Lico, Fátima Madalena De Campos; Westphal, Márcia Faria- Juventude, violência e ação coletiva - Saúde soc. vol.23 no.3 São Paulo Jul./Set. 2014

Resumo: O objetivo do estudo foi analisar e comparar as ações coletivas e as experiências participativas de promoção da saúde dos jovens, para o enfrentamento e resistência à violência, nos distritos administrativos do Grajaú e Jardim Ângela, visando contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à juventude local. Estudo de caso que compreendeu a articulação de dados obtidos por meio de entrevistas individuais, formulários semiestruturados, questionários autoaplicáveis com lideranças, profissionais de saúde e da educação, jovens, pais de jovens não estudantes e gestores. Foi realizada a análise de conteúdo com o auxílio do software Sphinx plus Versão 4.0 e comparados os dados entre os dois distritos. Na análise da rede de proteção aos jovens, constatou-se que as intervenções, nos distritos do Grajaú e Jardim Ângela, estão voltadas principalmente para a redução do risco de violência, com foco na educação, cultura, desenvolvimento socioeducativo, esportes e lazer. As políticas públicas e ações coletivas destinadas à juventude são fragmentadas e desarticuladas em ambos os distritos e os jovens não atuam como protagonistas das ações. A rede de proteção aos jovens é difusa em ambos os Distritos, as escolas têm papel preponderante e as entidades têm vocação para a prática assistencial. Verificou-se uma tendência de queda maior da taxa de mortalidade por agressões/homicídios no distrito do Jardim Ângela do que no de Grajaú, a partir de 2003. Apesar da redução registrada nos índices de violência, estes são, ainda, elevados nos dois distritos em relação ao restante do município.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000300764&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Lopes, Roseli Esquerdo et al.- Juventude pobre, violência e cidadania – Saúde soc. vol.17 no.3 São Paulo July/Set. 2008 – Artigo

Resumo: Este trabalho problematiza, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, formas de enfrentamento à violência a que estão submetidos adolescentes e jovens de grupos populares urbanos no Brasil. Considera-se a violência como um fenômeno complexo de grande relevância para diversas instâncias sociais. A vulnerabilidade daqueles adolescentes e jovens, expressa por

inúmeros índices relacionados à violência, tem alcançado patamares alarmantes no nosso país, num contexto de políticas públicas que são, em grande parte, insuficientes, fragmentadas e/ou inadequadas. Assim, apresenta-se o relato e a análise de uma intervenção social calcada na educação e na defesa dos direitos decorrentes da cidadania, para adolescentes e jovens vulneráveis socialmente, tomando-se como referência uma região composta por bairros pobres e carentes de infraestrutura social numa cidade média do interior do estado de São Paulo. Trabalhou-se em diferentes projetos com ações pautadas na abordagem interdisciplinar, por meio de três eixos bases: Violência Escolar; Violência Urbana; e Violação de Direitos e Comunidade. Os resultados alcançados refletem elaborações coletivas acerca das ações destinadas aos jovens de grupos populares urbanos e suas alternativas, buscando produzir estratégias de enfrentamento dessas questões em espaços públicos, desde a instituição escolar historicamente constituída para essa população, assim como as instituições mais recentes que respondem à lógica contraditória e complexa da assistência ao direito. Cria-se, portanto, subsídios para políticas públicas cujo impacto se dê na direção de promover a diminuição da desigualdade, da discriminação e da violência a que está sujeita a maioria dos adolescentes e jovens no Brasil.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300008&lang=pt

Base de dados: SCIELO

López, Silvia Braña; Moreira, Martha Cristina Nunes - **Quando uma proposição não se converte em política?: O caso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens - PNAISAJ** - Ciênc. saúde coletiva vol.18 no.4 Rio de Janeiro Abr. 2013

Resumo: As três últimas décadas foram fecundas à instituição de políticas públicas voltadas para a saúde integral de vários extratos populacionais no Brasil. Pretendemos apresentar os resultados parciais da análise das narrativas de atores participantes da construção da proposta da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ), com o objetivo de explorar os dissensos observados neste processo. A análise se baseou nas narrativas de 8 atores partícipes do processo e buscou identificar as unidades temáticas que expressam tais dissensos numa leitura compreensivista segundo a perspectiva socio-lógica de Bourdieu. Concluímos que a não legitimação de uma Política Nacional para este extrato populacional expressa o não reconhecimento dos adolescentes e jovens como sujeitos autônomos e protagonistas de decisões políticas a estes afetas. Apesar do protagonismo juvenil ser enunciado nos textos políticos como um novo paradigma para a promoção da saúde integral dos adolescentes e dos jovens, concluímos que, culturalmente, o que prevalece é a legitimação de outros sentidos. Sentidos estes deliberados segundo os interesses e a compreensão da adolescência e da juventude pelas instâncias sociais mais ampliadas, se constituindo como políticas culturais.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400031&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Ozella, Sergio (Org.) - **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica** -Sao Paulo: Editora Cortez, 2003. 349, p.- Livro

Base de dados: Plataforma Lattes

Ozella, Sergio; Crochik, J. L.; Lehman, Y. , P.; Sass, Odair; Albertini, , P.. **Participação Em Banca De Angela Biazi Freire - A juventude e os processos de formação cultural** - Universidade de São Paulo, 2003 - Tese (Doutorado em Pós Graduação Em Psicologia)

Base de dados: Plataforma Lattes

Ozella, Sergio; Maria de Lourdes Jeffery Contini; Sílvia Helena Koller; Monalisa Nascimento dos Santos Barros. - **Adolescência & Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas** - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002, v. , , p. 16-24.- Livro

Base de dados: Plataforma Lattes

Ozella, Sergio; Sawaia, Bader B; Baptista, Myriam Veras; Batista, Marisa Todescan D S.; Participação em banca de Sueli de Paula Santos. **Educadores sociais, adolescentes em situação de rua e políticas públicas: a construção de sentidos e de significados a partir da dialética inclusão/exclusão** - Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo, 2004 - Dissertação (Mestrado em Programa de Estudos Pós Graduados em Psic. Social)

Base de dados: Plataforma Lattes

Ozella, Sergio; Souza, M. , P. R.; Vicentim, M. C. G.; Bock, Ana Mercês Bahia; Pereira, I. **Participação Em Banca De Maria Izabel Calil - Protagonismo juvenil: uma praxis socio-histórica de ressignificação da juventude** - Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo ,2008.- Tese (Doutorado em Programa de Estudos Pós Graduados Em Psicologia Social)

Base de dados: Plataforma Lattes

Passone, Eric Ferdinando Kanai And Perez, José Roberto Rus - **Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar.** - Psicol. cienc. prof. vol.33 no.3 Brasília 2013 - Artigo

Resumo: O presente ensaio resulta da apresentação do tema Metodologias de análise de implementação de políticas públicas, no I Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado pelo Conselho Regional do Rio de Janeiro, e visa a aprofundar a interlocução da Psicologia com a construção das políticas sociais a partir de uma revisão teórica sobre o campo de análise de implementação de políticas públicas. Apoiando-se na constatação do crescente interesse e da participação da Psicologia no campo das políticas públicas, discute-se o padrão de intervenção do Estado dentro do processo histórico de consolidação do sistema de proteção social no Brasil.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300008

Base de dados: SCIELO

Quéfren Weld Cardozo, Nogueira - **Esporte, desigualdade, juventude e participação** - Rev. Bras. Ciênc. Esporte (Impr.) vol.33 no.1 Porto Alegre Mar. 2011

Resumo: O presente texto apresenta reflexões sobre esporte e juventude tendo como referencia o conceito de participação no contexto da sociedade brasileira marcada pela desigualdade social. Para tanto, problematiza a constituição da desigualdade social no Brasil e como tal aspecto afeta diretamente os jovens. Enfim, debate sobre o lugar do esporte em políticas públicas para a juventude brasileira.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892011000100007&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Raitz, Tânia Regina; Petters, Luciane Carmem Figuered, - Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família - Psicol. Soc. vol.20 no.3 Florianópolis Set./Dez. 2008

Resumo: Os dilemas da juventude na atualidade se apresentam não somente de forma inédita e desafiante, mas se constituem como um complexo e grave problema de crise do trabalho juvenil no Brasil. Este estudo foi realizado com jovens do Ensino Médio em um município litorâneo do interior de Santa Catarina. As estratégias utilizadas pelos jovens na relação "trabalho, educação e família", numa nova ética do trabalho na sociedade contemporânea, se constituiu na problemática central. A pesquisa realizada foi de natureza quantitativa e qualitativa, por meio de aplicação de questionários e entrevistas (grupo focal) com o objetivo de identificar a situação de educação e de trabalho desses jovens. Os resultados indicam a necessidade de políticas públicas para a juventude que sinalizem a emergência de se repensar propostas de educação e trabalho que atendam as condições juvenis, em consequência da incerteza que hoje rodeia o mercado de trabalho.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300011&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Reis, Carolina Dos; Guareschi, Neuza Maria de Fátima; Huning, Simone Maria And Azambuja, Marcos Adegas De.- A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas- Estud. psicol. (Campinas) .2014- Artigo

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil sobre as temáticas de risco e vulnerabilidade social a partir de uma análise arqueogenealógica. Para isso, analisam-se os documentos produzidos pelos grupos de trabalhos vinculados ao campo da Psicologia Social e apresentados nos simpósios da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia no período compreendido entre 1988 e 2010. Com a discussão sobre a produção de conhecimento pelos grupos de trabalho, pode-se visibilizar e discutir como os saberes que envolvem os temas de risco e vulnerabilidade social têm sustentado as práticas em políticas públicas no campo da Psicologia Social.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2014000400012&script=sci_arttext

Base de dados: SCIELO

Santos, Luana Isabelle Cabral dos; Oliveira, Andressa Maia de; Paiva, Ilana Lemos de; Yamamoto, Oswaldo Hajime - Juventude e violência: trajetórias de vida e políticas públicas - Estud. pesqui. psicol, Rio de Janeiro ,maio-ago. 2012 tab. – Artigo

Resumo: Os jovens têm sido os mais atingidos pela violência. Dados mostram que o número de homicídios entre indivíduos de 15 a 24 anos é maior do que entre outras faixas etárias. Este trabalho objetiva refletir sobre os contextos em que jovens vítimas de homicídios estavam inseridos. Para tanto, realizou-se entrevistas com familiares de sete jovens assassinados em Natal-RN, atendidos pela Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias. Discutiram-se questões como: violência e possíveis vetores, políticas públicas, entre outras. Verificou-se que cinco jovens eram do sexo masculino, cinco estavam fora de faixa na escola e todos tinham condições econômicas precárias. Familiares refletiram sobre violência, frequentemente relacionando-a às drogas (uso e/ou tráfico) e sobre ausência de ações governamentais direcionadas à juventude. Ao final, problematizou-se a relação da condição juvenil com sociedade e equipamentos públicos, e a ausência de políticas focalizadas no jovem que busquem resgatar a cidadania dessa população. (AU)

Texto completo: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v12n2/v12n2a12.pdf>

Scisleski, Andrea Cristina Coelho et al. - **Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos** - Arq. bras. Psico., Rio de Janeiro. dez. 2012.- Artigo

Resumo: Este artigo tem por objetivo problematizar como vêm sendo constituídos os modos de subjetivação do jovem na articulação das práticas psicológicas às políticas de saúde, assistência social e justiça. Entendemos que é no seio dessas políticas que se propõe a proteção de jovens vítimas de violações de direitos; no entanto, se produz inversamente uma série de práticas normalizadoras e punitivas na vida desses sujeitos. O fio condutor para essa análise concerne às práticas de saber-poder-subjetivação presentes no caso de Highlander, um jovem em conflito com a lei que foi alvejado com 15 tiros e vem sendo acompanhado por diversos setores de cumprimento de medida socioeducativa. Como conclusão, salientamos que entender os discursos acerca do jovem em conflito com a lei e as práticas concernentes a ele é um caminho potente para provocar deslocamentos quanto ao lugar da psicologia nas políticas públicas (AU)

Texto completo: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672012000300003
Base de dados: BVS-psi Brasil

Scisleski, Andrea Guareschi, Neuza Maria De Fátima - **Governando vidas matáveis: as relações entre a saúde e a justiça dirigidas a jovens em conflito com lei** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010 – Tese

Resumo: Esta tese trata de uma pesquisa que problematiza as relações entre a saúde e a justiça voltadas para jovens em conflito com a lei, a partir do contexto de Porto Alegre/Brasil. O referencial teórico utilizado baseia-se em Michel Foucault e em Giorgio Agamben, principalmente nos conceitos de governo e de vida nua, respectivamente. Analisam-se os efeitos das práticas desses referidos saberes dirigidos a essa população, bem como se conclui que o modo de governar essa juventude reside em práticas tanatopolíticas; ou seja, trata-se mais de um governo sobre a morte do que sobre a vida desses adolescentes.

Texto completo: <http://hdl.handle.net/10923/4890?gathStatlcon=true>

Base de dados: CAPES- periódicos

Silva, Roselani Sodré da; Silva, Vini Rabassa da. - **Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios** - Cad. CRH vol.24 no.63 Salvador Set./Dec. 2011

Resumo: Este artigo   resultado de uma revisão teórica sobre a Política Nacional de Juventude (PNJ) e tem como premissa a necessidade de maior reflexão sobre esse tema, considerando os graves problemas enfrentados pelos jovens na atualidade. Apresenta, inicialmente, alguns comentários sobre o significado da juventude para a sociedade contemporânea e, logo a seguir, alguns dados sobre a situa o da juventude brasileira, destacando a premência de políticas públicas adequadas às necessidades específicas das diferentes juventudes. Após essa breve contextualiza o,   realizada uma abordagem sobre a g nese e o desenvolvimento dessa política, e apresentado o mapeamento dos programas nacionais existentes atualmente. Encerra a exposi o com uma análise sobre a atual PNJ e com a indica o de alguns desafios para a sua consolida o.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300013&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Souza, Tatiana Sampaio De Santos, José Vicente Tavares Dos - **Juventude e sociedade: reconhecimento e vínculos na vida dos jovens participantes do Projeto/Pronasci em Novo Hamburgo/RS** - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012 - Tese

Resumo: O Estudo do tema proposto se insere no campo da sociologia da conflitualidade, da violência e da criminalidade, atentando para os mecanismos de controle social formal e informal. Como não poderia deixar de ser, a presente pesquisa se guia também pelo princípio da interdisciplinaridade, articulando distintas áreas de conhecimento, tais como a ciência política, a educação, o direito e a psicologia. O objeto empírico desta pesquisa são os jovens atendidos pelo Programa de Proteção à Jovens em Território Vulnerável – Protejo, projeto que integra as ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. Já o objeto teórico é a investigação da história de vida dos jovens, e os desdobramentos dos vínculos e esferas de reconhecimento presentes em suas vidas dentro e fora do Protejo. A principal conclusão é que tanto as configurações vinculares, quanto as esferas de reconhecimento desempenham papel fundamental na vida dos jovens, influenciando diretamente em seu comportamento dentro do projeto.

Texto completo: <http://hdl.handle.net/10183/56078?gathStatIcon=true>

Base de dados: CAPES- periódicos

Sposito, Marília Pontes; Carrano, Paulo César Rodrigues - **Juventude e políticas públicas no Brasil** / Rev. Bras. Educ. no.24 Rio de Janeiro Set./Dec. 2003

Resumo: Esboça um esforço de compreensão abrangente, de modo a situar os caminhos percorridos nos últimos dez anos pelas iniciativas focalizadas nos segmentos juvenis da sociedade brasileira. Com base em uma concepção democrática de realização das políticas públicas e de uma clara defesa dos jovens como sujeitos de direitos, inicia uma análise das políticas para a juventude. Para tanto, a partir de algumas considerações teóricas sobre o tema juventude, particularmente sobre sua abrangência, examina as ações federais propostas no período de 1995/2002 e traça alguns dos caminhos percorridos no âmbito dos municípios em direção à constituição dessas políticas.

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lang=pt

Base de dados: SCIELO

Tavares, Claudia Sampaio - **Os vínculos e a construção de projetos profissionais de jovens inseridos em um programa social** - São Paulo: s.n, 2011. 125 , p. - Tese

Resumo: As políticas públicas de juventude vêm procurando lidar com a questão do desemprego, e com a preparação da população mais vulnerável para o mercado de trabalho. Algumas destas políticas têm como princípio o adiamento da entrada dos jovens de baixa renda no mercado de trabalho, acompanhadas de transferência de renda, bem como retorno ao processo educativo para que os mesmos possam obter uma maior qualificação social e profissional. No âmbito deste programa de juventude, as propostas sócio-educativas, além da formação profissional, colocam os jovens em contato com experiências prioritariamente grupais onde são protagonistas de ações voltadas ao interesse público. Outras são relacionadas a atividades culturais ou sociais. Esta tese tem a intenção de compreender a relação entre a formação de vínculos sociais e a construção de projetos profissionais no âmbito de uma política pública governamental de jovens trabalhadores do município de Guarulhos. A presente pesquisa constituiu-se de entrevistas em profundidade na modalidade de narrativa biográfica, de seis jovens que concluíram o Programa Oportunidade ao Jovem entre 2004 e 2010. A partir da análise das narrativas observa-se como os vínculos sociais estabelecidos no processo educativo funcionam como suporte de representações psíquicas

positivas de si, permitindo a construção de projetos profissionais, aumentando as perspectivas dos jovens frente às vulnerabilidades sociais

Texto completo: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-10112011-092751/publico/tavares_do.pdf

Base de dados: BVS-psi Brasil

Zanella, Andréa Vieira; Groff, Apoliana Regina; Silva, Dâmaris Oliveira Batista da; Mattos, Laura Kemp de; Furtado, Janaína Rocha; Assis, Neiva de - **Jovens, juventude e políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011)** - *Estud. psicol.* (Natal);18(2):327-333, abr.-jun. 2013 - Artigo

Resumo: Neste artigo discute-se a produção acadêmica entre 2002 e 2011 sobre jovem, juventude e políticas públicas, divulgada em periódicos científicos brasileiros que integram a base de dados SCIELO. Os artigos selecionados foram categorizados em relação à instituição de origem, titulação dos pesquisadores, área do conhecimento da publicação e dos pesquisadores, ano de publicação do artigo, tipo de pesquisa, objetivos, recursos metodológicos, concepção de jovem, juventude e políticas públicas. Constatamos uma concentração de estudos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Quanto às concepções de jovem e juventude, predominou a concepção de sujeito com base em fases e estágios claramente marcados pela entrada e saída do trabalho, sendo evidente nesses estudos a lógica de que a tutela se faz necessária, seja da família, do Estado e de Instituições outras, inclusive a Acadêmica. Sob essa lógica se apresentam grande parte das justificativas para a reivindicação de políticas públicas para os jovens nos artigos analisados.(AU)

Texto completo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2013000200019

Base de dados: BVS-psi Brasil